CADERNOS DO POVO BRASILEIRO

13

Jorge Miglioli

COMO SÃO FEITAS AS GREVES NO BRASIL?

Como são feitas as greves no Brasil?

CADERNOS DO POVO BRASILEIRO

Diretores:
ALVARO VIEIRA PINTO
ÊNIO SILVEIRA

Vol. 13

desenho de capa:
EUGÊNIO HIRSCH

Exemplar № 04275

Direitos desta edição reservados à
EDITÔRA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.
Rua 7 de Setembro, 97
RIO DE JANEIRO

1963

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

JORGE MIGLIOLI

COMO SÃO FEITAS AS GREVES NO BRASIL?

CDD 331.892
CDU 331.892

EDITÔRA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.
RIO DE JANEIRO

ÍNDICE

Advertência e Agradecimentos 9

I — Preliminares 11

II — Quem faz greve 29

III — Como se faz greve 44

IV — Ação contra a greve 64

V — Tipos de greve 79

VI — Causas das greves 92

Notas 127

UNICAMP
Biblioteca - IFCH

UNIDADE - IFCH
Nº CHAMADA 331.8929 81
M588c
V. _____ Ed. _____
TOMBO BC/ 917427
PROC. 94173
C [ ] D [X]
PREÇO R$ 77,00
DATA 22/07/73
COD. TIT. 195009

ADVERTÊNCIA E AGRADECIMENTOS

1. Êste trabalho trata exclusivamente das *greves operárias no Brasil nos últimos anos*. Dispensâmo-nos de muitas considerações teóricas, tendo em vista que o livro do Prof. Álvaro Vieira Pinto, *Por que os Ricos não fazem Greve?* (Vol. 4 desta Coleção) supre perfeitamente esta parte.

2. Agradecemos aos senhores Almir Matos, Álvaro Vieira Pinto, Antônio Luiz Araujo, Nelson Werneck Sodré e Roberto Morena pela leitura do original dêste trabalho e pelas sugestões que apresentaram. Agradecemos aos diversos dirigentes operários que nos auxiliaram fornecendo-nos informações sôbre o movimento grevista no Brasil.

Dezembro de 1962.

Cápitulo I

PRELIMINARES

1

Quais são os elementos que caracterizam o *fato* da greve? 1) Em primeiro lugar, sòmente os trabalhadores fazem greve; 2) em segundo lugar, as greves sempre são feitas para obrigar os capitalistas, diretamente ou através do Estado, a atenderem às reivindicações dos trabalhadores. Qualquer que seja o motivo que as tenha gerado, são sempre feitas com aquêle objetivo; 3) a greve altera o rendimento do trabalho, paralisando-o ou reduzindo-o, momentâneamente. É exatamente êste fato que lhe dá poder coercitivo. Se não prejudicasse os capitalistas, não teria razão de ser, não teria qualquer eficácia como arma de luta dos trabalhadores. Observemos, porém, que a greve não é feita com a finalidade de prejudicar os capitalistas, e sim de beneficiar os trabalhadores. Contudo, dada a oposição de interêsse entre a classe operária e a burguesia, o benefício de uma significa o prejuízo de outra; 4) a greve é realizada estritamente nos quadros das relações de trabalho. Como relações de trabalho entendemos as relações entre trabalhadores e patrões que se processam *dentro* da emprêsa, nas atividades que os

trabalhadores realizam para os patrões. No conjunto do movimento operário, encontramos diversas formas de luta: manifestações públicas, como as passeatas e os comícios; luta parlamentar, em que, por via do Parlamento, os operários procuram conquistar benefícios; luta ideológica, pelo debate de idéias; luta armada, pela fôrça, podendo ir até a guerra civil. Tôdas essas formas de luta se processam fora das relações de trabalho. A greve é uma forma de luta que se processa dentro das relações de trabalho.

Como forma específica de luta, a greve sòmente surgiu em determinada fase histórica — a do capitalismo. Como qualquer outra forma de luta da classe operária, tem seu fundamento na exploração a que essa é submetida. Só existe luta operária porque há exploração da classe operária. Em têrmos mais gerais, só existe luta de classe porque há exploração de uma classe por outra. E a exploração de uma classe por outra existe desde o momento em que a sociedade se dividiu em classes — portanto, desde êste momento há lutas de classe. Embora constantes na História, essas lutas se apresentavam esporàdicamente, em geral sob formas violentas. São os motins, sublevações e revoluções que pontilham a Antigüidade e a Idade Média. Essas formas de luta se mantêm até hoje. Mas a elas se juntaram outras, menos radicais ou menos violentas — é verdade —, porém mais persistentes e, mesmo, muitas vêzes, mais eficientes. Dentre essas novas formas de luta está a greve.

A greve surgiu com as novas formas de relações de trabalho criadas pelo capitalismo industrial. Surgiu com a grande indústria, com as grandes concentrações operárias. As massas trabalhadoras foram agrupadas pela necessidade das emprêsas industriais. E agrupa-

das não só dentro da emprêsa, mas em núcleos urbanos, resultantes da concentração industrial. A classe operária se constituiu com a fôrça de trabalho deslocada das zonas rurais e com a proletarização da pequena burguesia — dos pequenos proprietários de terras, de manufaturas, de casas comerciais — crescendo também vegetativamente: a população da Europa que, em 1760, nos primórdios da Revolução Indústrial, era de 130 milhões de pessoas passou a 150 milhões vinte anos depois, a 175 milhões em 1800 e, em 1860, era de 280 milhões — portanto, mais do dôbro do que era um século antes. Na Grã-Bretanha, onde se iniciou e mais intensamente se processou a Revolução Industrial, a população quase triplicou, de 1760 a 1860, passando de 8,3 a 22,3 milhões. O crescimento e a concentração da classe operária, a par da intensa exploração a que era submetida, fortaleceu-a como classe, desenvolvendo nela uma consciência comum, sua unidade de classe. Contudo, êsses fatos, por si sós, não explicam o aparecimento das greves, embora sejam condições para elas. Tanto é assim que as primeiras manifestações da classe operária contra a exploração que o capitalismo lhe impunha foram manifestações violentas contra as máquinas. O operário via na máquina o responsável por essa exploração, daí se originando o movimento dos quebradores de máquinas, na Inglaterra — conhecido como o movimento *ludista* (de John Ludd, um dos chefes) —, que foi brutalmente esmagado. A greve surgiu da compreensão de que a responsabilidade pela exploração não cabia às máquinas, mas aos proprietários delas, e de que a fôrça de trabalho era imprescindível ao processo produtivo. Portanto, não era necessário quebrar as máquinas; bas-

tava paralisá-las, e com o fim de paralisá-las, bastava aos trabalhadores não comparecerem à emprêsa. Nesta ação, tinham a cobertura do próprio princípio da liberdade industrial, segundo o que o trabalhador era *livre* para escolher seus patrões, o trabalho que desejasse e até mesmo para deixar de trabalhar se assim quisesse, — o que não quer dizer que os capitalistas aceitassem tranqüilamente êsse princípio com relação às greves. Nada disso. As greves eram combatidas violentamente. Mas nem por isso deixaram de ser feitas, de generalizar-se. Até que a greve se institucionalizou. A partir daí o movimento grevista cresceu ainda mais. Atualmente, o número e a extensão dos "conflitos de trabalho" (englobando greves e *lockouts*), em alguns países podem ser avaliados pelos quadros abaixo, assinalando os dois anos anteriores à Segunda Guerra Mundial e alguns anos da década de 50:

ESTADOS UNIDOS(a)

Anos	*Número de conflitos*	*Trabalhadores afetados*	*Dias de trabalho perdidos*
1937	4 740	1 860 621	28 424 857
1938	2 772	688 376	9 148 273
1950	4 843	2 410 000	38 800 000
1952	5 117	3 540 000	59 100 000
1954	3 468	1 530 000	22 600 000
1956	3 825	1 900 000	33 100 000
1958	3 694	2 060 000	23 900 000

REINO UNIDO(b)

Anos	*Número de conflitos*	*Trabalhadores afetados*	*Dias de trabalho perdidos*
1937	1 129	597 000	3 413 000
1938	875	274 000	1 334 000
1950	1 339	302 000	1 389 000
1952	1 714	415 000	1 792 000
1954	1 989	450 000	2 457 000
1956	2 648	508 000	2 083 000
1958	2 629	524 000	3 462 000

JAPÃO (c)

Anos	*Número de conflitos*	*Trabalhadores afetados*	*Dias de trabalho perdidos*
1937	553	55 972	353 407
1938	227	13 257	40 566
1950	584	763 453	5 486 059
1952	590	1 623 610	15 075 269
1954	647	927 821	3 836 276
1956	646	1 098 326	4 561 890
1958	903	1 279 434	6 052 331

a) Exclusive os conflitos que afetam menos de 6 trabalhadores e os de uma duração inferior a um dia ou turno completo.

b) Exclusive os conflitos que não resultem do contrato de emprêgo ou das condições de trabalho. Exclusive os conflitos que afetam menos de 10 trabalhadores ou aquêles cuja duração é menor do que um dia, exceto quando implicam uma perda de mais de 100 dias de trabalho.

c) Exclusive os trabalhadores indiretamente afetados e os conflitos de menos de 4 horas de duração.

FONTE: *Anuário de Estatísticas do Trabalho,* do Bureau International du Travail, de Genebra.

Alguns outros países, sòmente em 1958: na Itália perderam-se 4 172 000 dias de trabalho; na Bélgica, 294 000 (em 1957 atingira 3 789 000); na Autrália, 440 000; na Argentina (apenas em Buenos Aires), 6 245 000; etc. etc.

2

Em janeiro de 1858, os tipógrafos do Rio de Janeiro entraram em greve. Tinham solicitado aumento de salário, que lhes foi negado. Em vista desta negação, paralisaram suas atividades. Acredita-se que esta tenha sido a primeira greve no Brasil. A partir daí, começaram a aparecer outras. Em 1863, os trabalhadores da Estrada de Ferro Pedro II, em Barra do Piraí, entraram em greve. Em 1866, foram os caixeiros do Rio de Janeiro. Algumas associações operárias já se haviam constituído, principalmente no Rio de Janeiro, com objetivos assistenciais. Já se editavam alguns jornais de cunho popular. Até mesmo um livro sôbre socialismo (nìtidamente utópico), de autoria de um general brasileiro, já aparecera, em 1855. No fim do século, em 1892, realizou-se o Primeiro Congresso Socialista Brasileiro, que visava a constituir um partido político operário, não atingindo, porém, seu objetivo. Em 1895, pela primeira vez no País, na cidade de Santos se comemorou a data do 1.º de Maio, criando-se, neste mesmo ano, o Partido Socialista Operário, de curta existência. Brotava, assim, o movimento operário no Brasil, principalmente sob a ação dos imigrantes europeus e sob a inspiração do anarquismo. Por exemplo, em 1899, foi criado o jornal *O Protesto,* que tinha por epígrafe duas frases: "A propriedade é um roubo", de Proudhon, e "A expropriação é uma necessidade", de Kropotkin, e que dizia: "Somos anarco-comunistas; portanto, inimigos de todo o convencionalismo e organização que não seja pela livre afinidade. Guerra aos

governos e a tôdas as suas leis." (1)* E as greves surgiam esporàdicamente. Em 1896, a greve dos chapeleiros, em São Paulo. Em 1900, no Distrito Federal, a dos estivadores, a dos trabalhadores em calçados, a dos cocheiros. Em 1901, em São Paulo, a greve na fábrica Tabacow e na fábrica Diodatto Lemme; no Rio de Janeiro, a dos trabalhadores em pedreiras. As greves ganhavam a consciência da parte mais esclarecida do movimento operário que se formava. Dizia o Manifesto do Partido Socialista, em 1902:

> Contra a exploração dos patrões, a exigência dos assalariados: tal é a fórmula da luta hodierna, cada vez mais renhida quando irrompe, cada vez mais fácil de repetir-se quando apaziguada. É assim que as *grèves,* as manifestações mais significativas dêsse antagonismo social, estão a generalizar-se, sempre mais freqüentes, mais imponentes pelo número, mais ameaçadoras pela resistência do operariado, respondendo à opressão, sempre maior, do capitalismo. Países onde essas manifestações eram, até há pouco tempo, desconhecidas, inclusive o vocábulo que as designa, têm-nas visto explodir e alastrar-se de modo assustador, e por vêzes multíplices. Nem as tem podido evitar o obscurantismo dos governos, que, impulsionados pela necessidade de sua própria conservação, as procuram atenuar por meio de concessões *paternalmente* aconselhadas ou aparentemente impostas à burguesia, que os sustenta como delegação sua própria. (2)

Em 1905, a industrialização brasileira toma impulso, acelerando-se em 1915, sob efeito da Primeira Guerra Mundial. Dos 13 336 estabelecimentos industriais recenseados em 1920, 5 940 (45%) foram criados entre 1915 e 1919. A fôrça de trabalho industrial que, em 1907, era de 149 000 operários, passa, em 1920, a 275 500. Somada aos empregados no comércio e nos transportes, tínhamos, naquele último ano, cêrca de um milhão de trabalhadores. Surgiam as primeiras

* As notas encontram-se no fim do volume.

grandes emprêsas industriais, representadas principalmente pelos frigoríficos inglêses e americanos. Antes da Primeira Guerra, a indústria brasileira não passava de um conjunto de pequenas emprêsas, quase artesanais, destinadas a suprir parte da procura de bens de consumo. Ao crescimento do operariado industrial e à formação dêsses primeiros núcleos industriais, correspondeu o desenvolvimento da luta operária. Por essa época, o padrão de vida e as condições de trabalho eram dos mais baixos. Os horários de trabalho variavam, segundo as regiões e os setores, entre 9 e 16 horas. Os salários eram baixíssimos. Em São Paulo, enquanto o salário médio, em 1917, era de 150 mil-réis por mês, as necessidades mensais mínimas de alimentação, alojamento, vestuário e outros bens de uma família operária composta de homem, mulher e duas crianças orçavam em mais de 207 mil-réis. Não havia qualquer segurança contra o desemprêgo, e a velhice era apavorante. Os riscos e acidentes de trabalho corriam por conta do trabalhador. (3) Vemos crescer o número de associações e jornais operários, crescendo também o número e a extensão das greves. Em julho de 1917 eclode em São Paulo uma greve geral, paralisando a cidade. (4) Em 1919, as greves gerais na Bahia e em Pernambuco, as diversas greves no Rio de Janeiro e em São Paulo. (5)

A partir de 1930, o movimento grevista começa a declinar. Isto porque, de um lado, o nôvo govêrno, surgido da Revolução de 30, era mais sensível às reivindicações operárias, eliminando, assim, algumas razões das greves. De outro lado, porque o nôvo govêrno passou a intervir no movimento operário, controlando-o quase que inteiramente, por meio de verdadeira máquina paternalista e repressiva montada no Ministério do Trabalho, criado em 1931. Era a implantação do

peleguismo, que encontrou seu auge no período do *Estado Nôvo,* de 1937 a 1945. A derrocada do peleguismo começou com a queda do Estado Nôvo. Assim, a partir de 1946, os trabalhadores começaram a se bater para livrar o movimento operário das amarras que lhe impunha o Ministério do Trabalho. Essa luta ganhou impulso com o fim do govêrno policial do presidente Dutra, em 1950, e vem, aos poucos, obtendo êxitos. O movimento grevista, por seu turno, desenvolve-se intensamente, principalmente nestes últimos cinco anos. Sòmente em São Paulo, em 1960, registraram-se 180 greves, paralisando 954 emprêsas e englobando 254 215 operários que tomaram parte nos movimentos, com "perda" de 3 252 069 horas de trabalho, enquanto que, em 1961, o número de greves foi de 154, em 980 emprêsas, com participação de 158 891 trabalhadores e 3 067 474 horas "perdidas". (6)

A intensidade e a extensão das greves no Brasil, nestes últimos anos, bem se expressam nas palavras de espanto e de pânico do Sr. Franco Montoro, ex-ministro do Trabalho do gabinete Tancredo Neves. Em declarações à Câmara dos Deputados, em 1º de novembro de 1961, dizia o Sr. Montoro que as greves estão ligadas a uma crise de transformação que atinge o Brasil e o mundo, transformação que não representa uma crise econômica, militar, moral, política, educacional, mas uma "crise de civilização".

Para nós, contudo, essas greves têm razões bem determinadas, que podemos indicar em poucas palavras. Em primeiro lugar, devemos ter em vista o crescimento da classe operária. Sòmente o operariado industrial cresceu de 781 185 pessoas, em 1940, a .... 1 279 184, em 1950, e, em 1958, computando-se sòmente os estabelecimentos de industrias com mais de 5 operários, êsse operariado abrangia 2 151 460 pessoas.

Portanto, o operariado industrial cresce em números absolutos. Mas não apenas em números absolutos: cresce também sua participação dentro da classe operária em geral, dinamizando-a. E o o crescimento do operariado industrial vai acompanhado por sua concentração nas emprêsas. As emprêsas crescem de proporções, constituem-se maiores unidades industriais, representadas principalmente pela indústria de bens de produção, que é o setor industrial que mais se desenvolve atualmente no Brasil. Embora grande contingente do operariado urbano seja ainda fornecido diretamente pelas zonas rurais e que para elas pretende voltar, não se integrando, assim, no comportamento da classe operária, outra parte do operariado urbano (cada vez maior) provém diretamente dêsse operariado, devendo-se considerar também que mesmo a parcela oriunda das zonas rurais, na atualidade, acaba por permanecer nas cidades e por adotar os padrões de comportamento do operariado urbano. Constata-se, portanto, a formação de um operariado urbano fixo (e não transitório, como ocorria em fases anteriores) e a participação crescente de operários formados no seio da classe operária, nas cidades. Tais fatos atuam no sentido da unificação do operariado urbano, do fortalecimento de sua consciência de classe. Neste último sentido atuam também outros fatôres. Um dêsses é a formação da tradição de lutas, que aos poucos o operariado vem engendrando. Outro é a alfabetização crescente, que permite aos trabalhadores tomar conhecimento de problemas antes inalcançáveis. Um terceiro elemento, de grande importância, é a atuação dos comunistas na organização e politização do operariado. Ao mesmo tempo conseqüência e causa da unificação e conscientização da classe operária, liquida-se o peleguismo, o domínio do operariado pelos organismos

oficiais, intensifica-se a sindicalização e criam-se entidades extra-sindicais unificadoras e coordenadoras, como o Pacto de Unidade e Ação, as Comissões Permanentes das Organizações Sindicais, o Comando-Geral dos Trabalhadores. Por outro lado, atua o desequilíbrio financeiro e político do País, sensibilizando e afetando a classe operária, enquanto a ascensão mundial do socialismo tem sôbre ela efeito altamente educativo, ao mesmo tempo que coopera para a democratização do Estado. Esta democratização resulta, de outro lado, da luta antiimperialista e da frente única entre a classe operária e a burguesia nacional, e, como resposta, permite o progresso relativamente livre do movimento operário. Tais são, em poucas linhas, as condições básicas que explicam o avanço do movimento operário e, como conseqüência, o avanço do movimento grevista.

3

As greves começaram a assumir o caráter de *problema* para a classe dominante no Brasil a partir da década de 20. Em 1925, dizia Washington Luís: "As paredes operárias se fazem todos os dias; não há como negar sua existência. Se elas existem, se são fatos a se desdobrarem diuturnamente, deve o Estado cumprir o dever de regulá-las nas suas causas, nos seus efeitos." (7) A concepção que se tinha dêsse problema se expressava nas palavras do próprio Washington Luís: "Entre nós a questão operária é uma questão que interessa mais à ordem pública que à ordem social." (8) Esta concepção ficou famosa, reduzida a uma forma mais simples: "a questão social é um caso de polícia". Referindo-se a ela, diz Getúlio Vargas, em manifesto à Nação, pouco depois de assumir o govêrno: "O problema operário no Brasil era considerado simplesmente

como questão de polícia." (9) A partir de Getúlio Vargas, embora as greves e todo o movimento operário continuassem, na prática, a ser tratados como "questão de polícia", passou-se a divulgar oficialmente que constituíam "questão social". E hoje não há quem, escrevendo sôbre o assunto, não afirme ser a greve um "problema social". Que significa a greve como um "problema social" ou simplesmente como "problema"? Sejam-nos permitidas algumas divagações.

A greve como "problema social", ou simplesmente como "problema", é uma concepção eminentemente ideológica. Expressa a atitude da classe dominante com relação à greve. E isto pode ser comprovado empìricamente: basta que se pergunte aos trabalhadores — que são os que a fazem — se a greve é um problema para êles, e verificar-se-á que não constitui um problema para êles. Se constituísse, não teria sentido que a fizessem: ninguém cria, voluntàriamente, problema para si mesmo. Para os trabalhadores a greve só é problema na medida em que é necessário organizá-la, conduzi-la devidamente, obter vitórias graças à ela; mas a greve em si não é problema para êles. De outro lado, se perguntar-mos aos patrões se a greve é problema, dirão que sim. A greve, em geral, traz prejuízos para êles, é preciso, portanto, evitá-la, ou, então, reprimi-la — em suma, é preciso resolvê-la. E, desde que necessita de resolução, trata-se de um problema.

Um trabalhador consciente de sua posição protesta contra a existência das greves? Não. Os patrões, no entanto, protestam. Basta a percepção desta diversidade de atitudes para se compreender que o enquadramento da greve como "problema" constitui uma

colocação eminentemente ideológica — que sòmente a classe dominante faz. Vejamos isto com mais vagar.

Comecemos pela própria noção de "problema". Problema é tôda situação que requer modificação tendo em vista os interêsses do homem. A noção de problema implica a noção de necessidade de solução. Para que um fato ou situação se torne problema é preciso que traga em si a necessidade de ser resolvido. A "resolução do problema" pode apresentar dois sentidos: 1) no plano geral do conhecimento, resolver um problema é conhecer-lhe as razões, as causas, as relações, as conseqüências, é *compreender* o fato ou situação: o problema do átomo se resolve a medida que se compreende o átomo; 2) no plano da vida, do homem inserido em seu meio, resolver um problema é *eliminar* o fato ou situação; já não se trata apenas de compreendê-lo; compreendendo-o ou não, resolvê-lo é eliminá-lo. Se a fome é um problema, a solução do problema é a eliminação da fome; se a greve é um problema, a solução do problema é a eliminação da greve. Aqui, portanto, a solução do problema tem caráter eminentemente ativo; o homem atua sôbre o problema, sôbre o fato: resolver a fome ou a greve não é apenas compreender a fome e a greve, mas sim *destruir* a fome e a greve.

A noção de problema implica a noção de resolução porque um fato só se define como problema em relação ao homem: todo problema é uma condição que só se apresenta como problema porque o homem lhe dá êsse caráter. Uma greve é uma greve; só passa a ser problema quando um homem assim a considera. Isto nos leva a ver que todo problema implica uma referência. Em sua generalidade, a referência é *o* homem; em sua particularidade, a referência é *um determinado* homem ou grupo de homens. Portanto, não há um

problema, mas *um problema para.* A greve não é *um homens.* (Dizer que a greve é *um problema* é dizer, implìcitamente, que a greve é um problema para todos *problema* mas *um problema para determinado grupo de* os homens, pôsto que, quando não indicamos a referência, esta se generaliza para todos.) E um fato só é um problema para alguém quando entra em contradição com êste alguém. Assim, todo problema implica uma contradição: a contradição entre o fato e o homem, em sua generalidade, ou entre um fato e um homem ou grupo de homens, em sua particularidade. A greve só é um problema porque entra em contradição com um grupo de homens; a greve lhes dá prejuízos e êles não querem ter prejuízos — temos, portanto, a contradição. A contradição confunde-se, pois, com o problema, e a superação da contradição é a resolução do problema — ou vice-versa.

Dissemos que todo problema é problema *para* alguém e que todo problema é uma *contradição* entre um fato e alguém. Quando o fato é também *alguém,* temos que a contradição é entre alguém e alguém. Neste caso, a referência é sempre alguém, assim como o problema também o é. Para considerarmos determinado alguém como o fato, isto é, como o problema, temos de tomar a perspectiva de outro alguém. Em têrmos mais simples: quando fulano entra em contradição com beltrano, fulano é problema para beltrano e êste é problema para fulano. Da mesma forma, quando a contradição é social, isto é, entre grupos de homens, o problema é sempre definido com relação ao grupo que tomamos como ponto de referência. Na contradição entre patrões e empregados que se realize em forma de greve, *para os patrões* a greve é o problema; *para os empregados,* a greve não é problema, a greve é apenas a medida tomada para a solução do problema que, para êles, é a exploração de seu trabalho. Novamente percebemos que, ao afirmarmos ser a greve um problema, estaremos tomando a perspectiva dos patrões, isto é, da classe dominante.

A idéia de "problema" nos leva imediatamente à idéia de "ordem", de "normalidade", como conceitos contrários. Ao reconhecermos a existência de um problema, supomos, implìcitamente, a existência do não-problema, isto é, de uma situação onde não existisse êste problema — supomos a existência da situação normal, da ordem. Todo problema se define com relação a uma situação normal. Um fato que nos aborrece só é um problema porque o encaramos de uma perspectiva tranqüila, sem aborrecimentos. A guerra é um problema porque a vemos pelo prisma da paz. A greve é um problema porque é encarada do ponto-de-vista da situação sem greve. A tranqüilidade, a paz e a ausência de greve são a normalidade, em relação às quais o aborrecimento, a guerra e a greve se constituem em problema. Portanto, só podemos compreender o significado de problema pela compreensão da normalidade.

Que é, pois, o "normal"? A explicação mais aceita é a de que o normal é o *geral*: um fenômeno é normal quando é generalizado. Portanto, a distinção entre o normal e o patológico é puramente estatística: um fenômeno é normal porque é constatado em maior número de vêzes. Aplicando esta concepção a nosso assunto, temos que a greve é um fenômeno anormal, patológico e, enquanto tal, é um problema. E isto porque, observando a sociedade, pode-se constatar fàcilmente que a greve é um fato esporádico entre os trabalhadores: o "normal" é que "trabalhem", exerçam suas atividades profissionais diàriamente.

A concepção do *normal* como *geral*, tida como a concepção mais "objetiva", mais "científica", não passa da apologia do existente, do *statu quo*. A esta concepção não importam os fundamentos em que se apóia a ordem existente, não lhe interessam as razões por que essa ordem se mantém; basta-lhe constatar que esta ordem existe, que esta ordem se mantém, para considerá-la "normal". E tudo que afete a existência dessa ordem, que ponha em risco sua manutenção, é considerado "patológico", um "problema" que cabe resolver, isto é, eliminar.

A esta concepção, para a qual tudo que é menos freqüente é anormal, não interessa saber se o fato é menos freqüente porque é reprimido ou porque é cíclico. Basta constatar que é menos freqüente. Assim, as crises econômicas, inevitáveis no regime capitalista de produção, são "anormais", porque ocorrem periòdicamente. Não se leva em conta a natureza cíclica das crises; apenas são comparadas com os períodos sem crise e como êstes são mais longos, como existem mais anos sem crise do que com crise, a ausência de crise é tomada como o "normal" e a crise como o "patológico". O roubo é "patológico" porque a maioria das pessoas não rouba ou, pelo menos, não rouba todos os dias; não se leva em conta que assim acontece porque o roubo é reprimido, nem muito menos se leva em conta que o roubo está implìcito no próprio regime social com seu sistema de propriedade privada. Em suma, para esta concepção não interessa a natureza do fato para enquadrá-lo como normal ou patológico; basta apenas o registro de sua freqüência.

O "anormal" é considerado como *estranho* ao "normal", quando, na verdade, é-lhe implícito, ìntimamente ligado ao "normal", muitas vêzes causa ou

conseqüência do "normal". As relações capitalistas de produção, dominantes, generalizadas numa sociedade, são tidas como normais, enquanto as crises econômicas, o desemprêgo, os roubos, os desajustes psicológicos, as greves — que são resultados dessas relações — são considerados "anormais". Vê-se, pois, que se elevam essas relações a um estado ideal, sem crises, desemprêgo, roubos, desajustes, greves. Vê-se, pois, que se quer fazer do capitalismo um regime perfeito ou, pelo menos, passível de perfeição. Vê-se, pois, que o "normal" não é mais do que a apologia do dominante.

A greve como um fato anormal significa, por oposição, que a exploração do homem pelo homem é o normal. A greve é o resultado dessa exploração, contrário a essa exploração: a greve é uma forma de reação dos trabalhadores contra a exploração de seu trabalho e, mesmo, contra a exploração de sua pessoa. Considerar a greve como fato anormal, um problema que é preciso resolver (eliminar), significa considerar a exploração do trabalho como um fato normal, que é preciso manter. É evidente, assim, o caráter apologético dessas concepções de "normal", "patológico" e "problema".

Em conclusão podemos dizer que "problema social" é tudo aquilo que a classe dominante considera como tal. Por que a greve é um problema para aquela classe? Porque lhe dá prejuízo, ameaça-lhe a propriedade, põe em risco seu domínio. Um fato social só constitui "problema social" para a classe dominante quando desequilibra a "normalidade social", e para a classe dominante a "normalidade social" é seu domínio. Por isso a greve nem sempre foi considerada "problema social": porque houve época em que a greve não punha em risco a "normalidade social", o domínio da

classe dominante. A partir do momento em que passou a ameaçá-la (a partir do momento em que o movimento operário tomou impulso), a greve começou a ser consideada "problema social", como "problema social" foi considerado todo o movimento operário. Contudo, o que é problema para a classe dominante, ela procura fazer crer que é problema para tôda a sociedade. Assim, os teóricos da classe dominante afirmam: "a greve é um problema social" — o que êles querem dizer é: "a greve é um problema para nós, classe dominante". E como tôda a sociedade tende a se conformar de acôrdo com a classe dominante, podemos dizer que todo problema para ela tende a ser tomado como problema para tôda a sociedade.

Capítulo

QUEM FAZ GREVE

1

Sòmente os trabalhadores fazem greve. Por trabalhadores entendemos todos aquêles que dependem exclusiva ou preponderantemente da venda de sua fôrça de trabalho para se manterem, que dependem de um salário — que é o preço de sua fôrça de trabalho. Portanto, por trabalhadores ou classe trabalhadora compreendemos todos os *assalariados,* do campo ou dos centros urbanos, trabalhadores manuais ou não, empregados de emprêsas públicas ou privadas, exercendo atividades industriais ou não-industriais, recebendo elevado ou baixo salário. É verdade que há diferenças entre os trabalhadores rurais e os urbanos, entre os trabalhadores manuais e os técnicos, funcionários, empregados em escritório, etc.; entre os que recebem altos salários e os que recebem baixos salários. Diferenças estas que se manifestam nas próprias formas de atividade, nos estilos de vida, na educação, nos hábitos, nas atitudes, nas concepções, nos ideais, etc. Mas, apesar destas diferenças, êles se identificam por um elemento de importância fundamental: são assalariados, isto é, vivem da venda de sua fôrça de trabalho, em contraposição àqueles que são proprietários dos meios de produção.

A propriedade privada dos meios de produção social determina a divisão da sociedade em duas grandes classes: a dos proprietários e a dos não-proprietários — ou, em outros têrmos, a classe dominante e a dominada. De um lado, a burguesia industrial, a burguesia comercial, os proprietários de terras e outros grupos que se constituem tendo por base a propriedade dos meios de produção social; de outro lado, o operariado rural, o operariado industrial, os empregados, os funcionários e outros grupos que se constituem tendo por base a não-propriedade dos meios de produção, a venda da fôrça de trabalho (seu único meio de produção), a dependência do salário para sobreviver. Genèricamente: de um lado, os capitalistas; de outro, os trabalhadores, os assalariados. (1)

As duas classes entram, necessàriamente em conflito, como decorrência da exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. A greve, como forma particular dêsse conflito, deriva da interdependência dos chamados "fatôres da produção", associada ao fato de que êsses fatôres não são propriedade comum de todos os homens. Êsses "fatôres" são, de um lado, a terra, com tudo o que dela provém, e os instrumentos de produção — ferramentas, máquinas, local de trabalho e outros elementos que participam da produção ou do trabalho em geral — e, de outro lado, a fôrça de trabalho, isto é, a energia despendida pelo homem em sua atividade produtiva. Enquanto a terra e os instrumentos de produção só produzem sob a ação da fôrça de trabalho, esta só produz atuando sôbre a matéria-prima mediante os instrumentos de produção. Há, portanto, total interdependência entre os "fatôres da produção". Acontece, porém, que os meios de produção foram apropriados por determinado grupo de homens, passam a ser propriedade privada. Divide-se, assim, a propriedade dos "fatôres da produção": enquanto um grupo

fornece a fôrça de trabalho, outro fornece os meios de produção. E o que fornece os meios de produção — os capitalistas, na atual etapa histórica — se apropriam da produção, dando aos fornecedores da fôrça de trabalho (os trabalhadores) apenas uma reduzida percentagem do valor dessa produção, sob a forma de salário.

Quanto menor a percentagem recebida pelos trabalhadores, maior o lucro auferido pelos capitalistas. Assim fazem êstes, aumentando de diversas maneiras a exploração dos trabalhadores: seja diminuindo-lhes diretamente o *salário real* (o salário que se exprime por seu poder aquisitivo), ou seja aumentando as horas de trabalho ou a intensidade do trabalho, ao mesmo tempo impondo uma série de medidas destinadas a proteger êsse sistema de exploração. Contra essa exploração e essas medidas, os trabalhadores reagem de diferentes modos, que vão desde as simples manifestações de protesto até a luta armada e a guerra civil. Uma das modalidades de reação é a greve. Para realizá-la, os trabalhadores se baseiam na interdependência dos "fatôres da produção", ou melhor, no fato de que êles são indispensáveis não só ao processo de produção, mas a tôdas as esferas do sistema social. Sabem que paralisando suas atividades paralisam a produção, afetam todo o sistema social. Fazem, portanto, da paralisação de suas atividades uma de suas armas de luta contra a exploração capitalista. No entanto, êste mesmo fato, que serve de base à greve, que dá fôrça aos grevistas, serve também de base aos capitalistas para combaterem os trabalhadores. Se a fôrça de trabalho é indispensável para movimentar os meios de produção, para produzir, para manter viva a sociedade e, particularmente, para dar lucros aos capitalistas, os meios de produção são também indispensáveis à produção,

da qual os capitalistas retiram os salários dos trabalhadores. E êsses meios de produção estão em poder dos capitalistas. Do mesmo modo como os trabalhadores podem suspender suas atividades, os capitalistas podem paralisar os meios de produção. O fato é o mesmo, ou melhor, a forma assumida pelo fato é a mesma, nos dois casos: cessam as atividades dos trabalhadores e dos meios de produção. A diferença está no *agente* da paralisação: no primeiro caso o agente são os trabalhadores, no segundo caso, os capitalistas. No primeiro caso, os meios de produção param porque os trabalhadores abandonaram suas atividades; no segundo os trabalhadores cessam suas atividades porque os capitalistas pararam os meios de produção. Quando o agente da paralisação são os trabalhadores, temos a *greve;* quando o agente são os capitalistas, temos o *lockout.* Tal semelhança entre a greve e o *lockout* leva o *lockout* a ser vulgarmente definido como a "greve dos patrões".

O *lockout* é muito menos freqüente do que a greve. No Brasil sòmente vez ou outra os capitalistas recorrem a êle. É comum fecharem suas emprêsas quando os empregados deflagram uma parede. Isto não chega a constituir *lockout*: os capitalistas fecham as emprêsas apenas como medida de precaução, temerosos de que os trabalhadores possam invadi-las; mas não são êles o agente da paralisação e sim os trabalhadores. O *lockout* é menos freqüente que as greves porque os capitalistas podem usar de outras medidas mais eficientes na luta com os trabalhadores. Mas não apenas por isso. A greve e o *lockout* são empregados como armas de reação a determinadas atitudes dos capitalistas e dos trabalhadores, respectivamente. Acontece que os capitalistas estão na posição dominante, todo o sistema social está montado para assegurar-lhes esta posição, o

predomínio sôbre os trabalhadores, a exploração da classe operária, e montado de forma permanente, atuando a todo instante. Assim, os capitalistas não só têm situação predominante sôbre os trabalhadores como dispõem de um sistema social montado para assegurar-lhes êsse predomínio. Portanto, não lhes é necessário recorrer à paralisação dos meios de produção como arma de luta contra os trabalhadores, principalmente tendo em vista que êles são prejudicados quando recorrem a essa arma. Quando os trabalhadores adotam determinadas atitudes, os patrões (os capitalistas) podem reagir de diversas formas, desde a pura e simples demissão dêsses trabalhadores até o emprêgo das fôrças policiais e militares do Estado. O *lockout* é, portanto, muito pouco empregado contra os trabalhadores. É mais empregado contra o Estado. Isto ocorre quando o Govêrno estabelece certas medidas que prejudicam um grupo de capitalistas. Neste caso, o Estado é o poder predominante, que conta com as fôrças de coação, e a única fôrça dos capitalistas, aqui, está em seus meios de produção — no fato de que êsses meios de produção são indispensáveis para manter a economia do Estado, no fato de que a paralisação da produção significa a diminuição dos recursos econômicos do Estado, além de afetar o consumo da população. Em dezembro de 1960, em Pôrto Alegre, os proprietários das padarias pretendiam o aumento do preço do pão, fixado pelo Estado, e como êste não atendia sua reivindicação, entraram em *lockout,* para obrigar o Estado a atendê-los.

A maior parte dêsses *lockouts* não é feita contra os trabalhadores, e muitas vêzes conta mesmo com o apoio dos trabalhadores, como aconteceu, por exemplo, no Rio Grande do Sul, em abril de 1960, e em Alagoas, em fevereiro de 1962, contra o Gevêrno Federal e o Go-

vêno Estadual, respectivamente: no primeiro caso, em defesa da produção nacional do trigo, ameaçada pela importação do trigo norte-americano, e, no segundo caso, contra a coação do fisco sôbre os comerciantes. Tanto um como o outro contou com amplo apoio dos trabalhadores locais. Mas, as atividades foram paralisadas não porque os trabalhadores fizeram greve e sim porque os triticultores e comerciantes fizeram *lockout*.

2

Sòmente os trabalhadores fazem greve. Contudo, a classe trabalhadora é composta de camadas de características distintas. Resta saber se tôdas essas camadas fazem greve ou se apenas algumas delas a fazem. Observando alguns exemplos apanhados do movimento grevista no Brasil, nestes últimos anos, encontramos greves das mais diversas categorias de trabalhadores: dos assalariados rurais (exemplo: paralisação dos trabalhadores agrícolas dos engenhos Limoeiro Velho e Harmonia, em Pernambuco, em janeiro de 1961), dos empregados mais altamente qualificados (como os engenheiros servidores do Estado de São Paulo, que fizeram greve em novembro de 1962), dos funcionários públicos (funcionários municipais de Petrópolis, em novembro de 1962), funcionários das emprêsas privadas (bancários, em outubro de 1961), operários das grandes emprêsas (metalúrgicos da Fábrica Nacional de Vagões, no Estado da Guanabara, em fevereiro de 1962), empregados das pequenas emprêsas (empregados em padarias, em Niterói, em dezembro de 1959), operários das emprêsas privadas (na Fábrica de Elevadores Swiss do Brasil S. A.), operários das emprêsas estatais (trabalhadores da Petrobrás, na Bahia, em janeiro de 1962), motoristas e trocadores

das emprêsas de transportes urbanos (Guanabara, fevereiro de 1962), ferroviários (E. F. Sorocabana, em São Paulo, janeiro de 1962), marítimos (greve nacional de janeiro de 1962) e aeroviários (greve nacional, em dezembro de 1960), jornalistas (São Paulo, dezembro de 1961), professôres (Estado do Rio, abril de 1961). E assim por diante. Até mesmo as corporações de cunho militar fazem greve: bombeiros e soldados da Fôrça Pública de São Paulo (janeiro de 1961). Nesses exemplos encontramos trabalhadores rurais, operários industriais, empregados em transportes e em emprêsas de crédito, funcionários públicos, soldados, intelectuais, trabalhadores não-especializados e trabalhadores altamente especializados, de baixo nível de vida e de elevado nível de vida, etc.

Encontramos greves entre tôdas as categorias de trabalhadores. Porém, entre essas categorias, variam o número, a extensão e as razões das greves. Certas categorias fazem mais greves que outras, alguns grupos de trabalhadores paralisam suas atividades por determinadas razões que não encontram ressonância em outros grupos... Há, assim, entre os trabalhadores, características que os diferenciam no movimento grevista. Estas características variam de categoria para categoria, de grupo para grupo. Mas não podemos entrar, aqui, nestas particularizações. Procuraremos assinalar apenas alguns traços gerais que geram essas diferenças, e para isto é suficiente distinguir na classe trabalhadora as grandes camadas que a compõem.

Em primeiro lugar, podemos dividir a classe trabalhadora em duas grandes camadas: os trabalhadores urbanos e o operariado rural. (2) Dêste último, sòmente uma parte vive sob regime de salário, no Brasil; outra parte vive sob relações de trabalho pré-capitalistas; ambas têm baixíssimo nível de vida. Nos assalaria-

dos urbanos distinguimos três camadas, que poderíamos, esquemàticamente, classificar em camada inferior, média e superior, segundo o padrão de vida, estreitamente vinculado às ocupações. A camada inferior seria composta de trabalhadores não-qualificados e semiqualificados das indústrias de transformação, parte das indústrias extrativas, setor de transporte e armazenagem, parte dos empregados das emprêsas comerciais (incluindo as de crédito e de prestação de serviços), os quadros inferiores do funcionalismo público e outros, caracterizados pelo exercício do trabalho manual e (ou) por dependerem de salário mínimo ou de pouco mais. Esta camada corresponderia ao que se costuma chamar de *proletariado*. A camada média compreenderia parte dos trabalhadores semiqualificados das indústrias e dos transportes e a maior parte dos empregados em emprêsas comerciais e do funcionalismo público. Constituiria, mais ou menos, o que os americanos chamam de "trabalhadores de colarinho branco" *(white collar)*, isto é, parte do agrupamento social comumente designado por "classe média". A camada superior bem menor da classe trabalhadora englobaria apenas os trabalhadores altamente qualificados e os quadros superiores do funcionalismo, que, por seu nível de vida, muitas vêzes é confundida com a própria burguesia.

Dessas camadas da classe trabalhadora, a que mais faz greve é a camada inferior dos assalariados urbanos, enquanto suas greves são, também, as mais extensas e as que apresentam maior diversidade de causas. Entre o operariado rural e na camada superior dos trabalhadores as greves são raras, pouco extensas e por motivos limitados: preponderantemente econômicos (referentes a questões de salário) e, em segundo lugar, por condições

de trabalho. Contudo, antes de mais nada, devemos levar em conta um aspecto: a maior extensão da camada inferior e a reduzida extensão da camada superior. Êste aspecto, por si só, explica, em têrmos absolutos, o maior número de greves da camada enferior, seguida pela camada média, e a raridade das paredes da camada superior. Mas não nos devemos prender a êste elemento numérico. Outros lementos (e alguns mais fortemente) atuam para diferenciar as greves nas diversas camadas da classe trabalhadora. E aqui devemos destacar o papel do padrão de vida, ou melhor, do montante de salário recebido pelos trabalhadores dessas camadas.

A camada média e, principalmente, a inferior são as mais sensíveis à elevação do custo de vida, aos efeitos da inflação. Os trabalhadores da camada inferior, em geral, recebem o mínimo ou pouco mais que o mínimo para viverem. Seu salário mal dá para as despesas essenciais. Qualquer elevação do custo de vida (redução do salário real) lhes impõe uma redução em seu consumo de bens essenciais. A elevação do custo de vida tem menor efeito sôbre a camada média e menor efeito ainda na camada superior. Segundo um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, em 1949, sôbre a distribuição da renda consumida por famílias de renda elevada e média (3), êste último tipo de família despendia 55% de sua renda em alimentação, 15% em aluguel, 12% em vestuário, 10% em móveis e utensílios domésticos, 4% em serviços pessoais e 4% em serviços públicos, enquanto a família de renda elevada despendia, nesta mesma ordem, 35%, 22%, 18%, 12%, 10% e 3%. A elevação do custo de vida tem, assim, efeitos diferentes nas famílias de renda elevada, média e baixa: enquanto nestas duas últimas a diminuição do salário real influencia a própria alimentação, baixando não só a qualidade desta

como a quantidade, na família de renda elevada pouco altera a alimentação, quando muito diminuindo apenas sua qualidade. (4) É claro, portanto, que os trabalhadores das camadas inferior e média reajam mais constante e intensamente contra a diminuição de seu salário real e que, nessa reação, recorram mais freqüentemente às greves. Já os trabalhadores da camada superior, além de sofrerem menos com a elevação do custo de vida, têm melhores condições de obter aumentos de salário, tanto por sua maior proximidade com os patrões como por seu reduzido número dentro da emprêsa. Sua maior proximidade representa maior contato, posição de confiança dos patrões, enquanto que, para os patrões, aumentar o salário de uns poucos empregados representa muito menor dispêndio do que aumentar o salário de muitos, mesmo que, individualmente, êsses poucos recebam um aumento muito maior do que o aumento dos muitos: aumentar de 30 mil cruzeiros o salário de 5 empregados corresponde a uma despesa de 150 mil, ao passo que aumentar de 5 mil o salário de 100 empregados equivale a uma despesa de 500 mil cruzeiros... Essas duas razões facilitam aos trabalhadores de maior qualificação obter mais fàcilmente aumento de salário, e atuam também no sentido de conter a disposição grevista dêsses trabalhadores, dificultando-lhes a participação nas greves: sendo pessoas de confiança dos patrões, qualquer desvio de atitude, como a participação nas greves, significaria demissão da emprêsa, além de que, para os patrões, é mais fácil e menos dispendioso demiti-los do que demitir a camada inferior de empregados. Finalmente, por terem muito melhores condições de trabalho do que os trabalhadores menos qualificados, os empregados da camada superior raramente entram em greve por motivo dessas condições.

Outro elemento importante na diferenciação das greves nas diversas camadas da classe trabalhadora é a consciência de classe — mais desenvolvida na camada inferior e quase inexistente na camada superior, enquanto a camada média se caracteriza pela ambigüidade. A ambigüidade da camada média se manifesta na ambivalência de suas reações ante os patrões e os trabalhadores da camada inferior, identificando-se ora com os primeiros ora com os últimos. Identifica-se com os patrões, de um lado, devido à sua estreita proximidade física com a burguesia e com o mundo burguês, e, de outro lado, devido à sua proximidade hierárquica: "Modela-se de acôrdo com a classe superior [a burguesia] porque está submetida à sua influência, mas aceita esta influência porque sente bem que a classe superior tem tendência a escolher para promoções os que se aproximam, em seu comportamento, de seus próprios padrões." (5) Comporta-se, assim, como uma camada *em transição,* próxima a entrar no mundo burguês. Ao mesmo tempo, identifica-se com o mundo operário, pelo nível de remuneração, disciplina, condições de trabalho. Entre as camadas inferior e superior da classe trabalhadora essa ambigüidade quase não existe: os trabalhadores da camada inferior estão integrados na condição de *proletários,* os da camada superior se colocam como integrantes da burguesia — não há identificação entre os trabalhadores dessas duas camadas. Os últimos, como "homens de confiança", como "oficiais" dos patrões, adotam ante os primeiros a posição de patrões, e assim os trabalhadores da camada inferior realmente os vêm. Uns são os *mandantes,* os outros são os *mandados.* Os trabalhadores da camada inferior dependem de sua coesão, de sua solidariedade interna, para obterem melhorias de salário, de condições de trabalho, enfim, para conquistarem melho-

res posições sociais. Enquanto tal fato atua também entre os trabalhadores da camada média, embora de maneira mais débil, os trabalhadores da camada superior se comportam de forma extremamente individualista — sua ascensão social se processa em têrmos individuais, pela ação pessoal. A maior coesão, o maior *espírito de classe* da camada inferior da classe trabalhadora se manifesta em sua organização, que podemos representar pela participação nos sindicatos. Tomando-se a indústria como exemplo (pois é nela onde há a maior preponderância da camada inferior: 83% do total de empregados) (6), vemos que, segundo as estimativas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), de São Paulo, o setor industrial é o que assinala maior índice de sindicalização: 47% do total de empregados na indústria, em 1957, eram sindicalizados.

A maior coesão, a maior consciência de classe da camada inferior resulta não apenas do fato de ser ela a parte mais explorada da classe trabalhadora, mas também da maior concentração nos locais de trabalho e da estreita interdependência entre suas atividades dentro da emprêsa. Enquanto a camada inferior se encontra conscentrada nas emprêsas de alguns poucos setores (principalmente o industrial e o de transporte), a camada média e principalmente a superior se encontram espalhadas pelas emprêsas dos mais diversos setores. Por seu turno, a estreita interdependência das tarefas se dá entre os operários industriais, que constituem a maior parte da camada inferior da classe trabalhadora: a indústria moderna, especialmente em sua forma de *produção em cadeia,* impõe a grande divisão de tarefas, obrigando os operários a trabalharem integrada-

mente — fato êste que os une não apenas na execução do trabalho, mas em todos os sentidos.

Êsses elementos explicam, brevemente, a maior unidade da camada inferior da classe trabalhadora, sua melhor organização, sua maior combatividade. Explicam também suas greves mais freqüentes, mais extensas e por motivos mais variados. Mas não podemos deixar de considerar os elementos específicos dentro das camadas da classe trabalhadora. Se a camada inferior é a que mais realiza greves, há porém dentro dessa camada, categorias mais ativas e categorias menos ativas. Por exemplo, os trabalhadores que mais fazem greve, no Brasil, são marítimos, os portuários e os ferroviários — e os elementos gerais indicados acima, por si sós, não são suficientes para explicar êste fato. Seria necessário, pois, buscar as razões específicas dêste fato. Isto nos obrigaria a entrar em particularidades — o que não desejamos, bastando-nos assinalar aqui o papel destacado de sua direção sindical.

Quanto aos assalariados rurais, é-lhes muito difícil realizar greves, muitas vêzes pelo simples fato de que chegam a desconhecer a eficácia e mesmo a existência dessa forma de luta. Difícil porque, entre outras coisas, a camada de assalariados camponeses está extremamente diluída na vastidão do território brasileiro, com raríssimos pontos de concentração, com muito poucos estabelecimentos agrícolas reunindo um número razoável de assalariados. Sua organização é incipiente, resumindo-se às Ligas Camponesas, dada a quase total inexistência de sindicatos rurais e à inoperância dos pouquíssimos existentes. (7) A isto se ligam a ausência de uma legislação social para o campo, a opressão, aliada ao paternalismo patronal, dos proprietários, e o próprio atraso cultural em que vivem os camponese

3

Sòmente os trabalhadores fazem greve. E tôdas as camadas da classe trabalhadora fazem greve. Mas isto não quer dizer que todos os trabalhadores façam greve. Muitos trabalhadores, de qualquer camada, nunca fizeram greve, e talvez morram sem jamais fazê-la. No início de 1962, o IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública) realizou uma entrevista com 403 operários de São Paulo e 476 operários do Rio de Janeiro, de diversos setores da indústria. Uma das perguntas da entrevista era: "Participou ùltimamente de alguma greve?". Apenas 16% dos operários paulistas e 8% dos operários cariocas responderam afirmativamente. (8) É verdade que não se pode tomar essas percentagens como padrões, dado o caráter extremamente limitado da pesquisa, expresso não só no pequeno número de trabalhadores entrevistados como na referência que a pergunta faz ao período de tempo recente ("Participou *ùltimamente*..."). Contudo, vale como exemplo. Outro exemplo (e válido também apenas como exemplo) nos é dado pela pesquisa realizada, em 1959, junto aos dirigentes sindicais metalúrgicos do Rio e de São Paulo, reunidos em Congresso. (9) Dêsses dirigentes sindicais, 49% tinham participado de mais de duas greves, 23% de uma ou duas greves, e 28% não tinham participado de nenhuma greve. Devemos levar em conta que essa participação nas greves (72%) deve estar bem acima da média, porque se refere: 1) a dirigentes sindicais, que, por sua posição, devem ser os elementos mais atuantes da classe operária; 2) a metalúrgicos, que constituem uma categoria profissional das mais ativas no movimento grevista. Mesmo assim, encontramos a percentagem de 28% de trabalhadores que não participaram de greves.

Queremos fazer uma última observação: a greve dos estudantes. Não podemos interpretá-la com os mesmos elementos com que interpretamos as greves dos trabalhadores. Em primeiro lugar, os estudantes, enquanto tais, não são uma *classe social*. Em segundo lugar, a greve dos estudantes não se processa nas relações de trabalho — cabe observar que os estudantes são os "fregueses" e não os assalariados das instituições escolares. Na verdade, o que chamamos de "greve" dos estudantes tem mais as características de *boicote* do que de greve. O boicote é o movimento realizado por um grupo de pessoas contra os produtos de alguma emprêsa ou de um conjunto de emprêsas (por exemplo: quando um grupo de donas-de-casa norte-americanas, há poucos anos, se movimentaram para impedir, ou pelo menos reduzir, o consumo do café brasileiro nos Estados Unidos, para, com isto, conseguirem a baixa do preço dêste produto, estavam fazendo boicote de nosso café). A generalidade das greves dos estudantes não é outra coisa senão o movimento organizado contra o produto (o ensino ou as condições em que é dado o ensino) de determinadas emprêsas (as Escolas e Faculdades), embora, outras vêzes, tenham características mais complexas, que não podemos analisar aqui. De qualquer forma, sejam consideradas greves ou não, as paredes estudantis não invalidam nossa afirmação de que sòmente os trabalhadores fazem greve, dadas as características próprias, peculiares, das greves estudantis.

Capítulo III

COMO SE FAZ GREVE

1

Procuraremos apresentar aqui algumas indicações sôbre a maneira como se faz greve, como os trabalhadores agem para a realizarem. Evidentemente os modos de feitura de greve variam em larga escala. Em têrmos gerais, variam segundo a época e o país onde se realizam. Variam segundo a fôrça da classe operária, seu número, unidade, consciência de classe, variam de acôrdo com o grau de avanço da democracia em que se encontra o Estado, variam até mesmo de acôrdo com o grupo da classe dominante que detém o poder do Estado. Ilustrando êste último ponto: embora o grau de democracia seja fundamentalmente o mesmo durante os Governos dos Senhores Juscelino Kubitschek e João Goulart, aos trabalhadores, até o momento, tem sido mais fácil a realização de suas greves sob o Govêrno dêste último presidente. E isto porque o Sr. João Goulart é mais sensível aos reclamos da classe operária e nela apoia, em grande parte, seu prestígio. Assim, sua atitude ante os grevistas tem sido a de entendimento, de não-intervenção, enquanto, sob os Governos anteriores, a coação governamental era constante. E ninguém ignora que a coação e a ação policial dificultam a greve (embora, na grande maioria das vêzes, não consigam

reprimi-la, e, muitas vêzes, pelo contrário, tendam a fortalecê-la, já que à pressão policial os grevistas respondem com maior coesão. Exemplo do que estamos afirmando foi a posição do Sr. João Goulart em face das greves gerais de 5 de julho e 14 de setembro de 1962: declarou-se contrário às greves e até mesmo tentou impedi-las, enviando emissários ao Comando-Geral dos Trabalhadores, que coordenava o movimento paredista, mas não procurou coagir os grevistas, como era de uso nos Governos anteriores.(1)

Há uma diversidade de condições que concorrem para a boa realização das greves, e há uma diversidade de condições que se opõem a ela. Tôdas as greves encontram condições favoráveis e contrárias. Essas condições devem ser buscadas na própria classe operária, no Estado (que reflete a classe dominante), nas razões das greves. Uma classe operária (particularizando: uma categoria profissional ou os trabalhadores de determinada emprêsa, pôsto que, em geral, as greves se fazem por categoria profissional ou por emprêsa) numerosa, organizada, unida, esclarecida, tende a realizar greves com maiores êxitos. O motivo da greve é de fundamental importância. Um motivo justo(2) tende a unir os trabalhadores, incentiva-os. Mas não apenas a justeza do motivo é importante: também o é o caráter do motivo. Em certas situações — como, por exemplo, quando a classe operária ainda não está suficientemente politizada —, um motivo de caráter econômico (p. ex.: aumento de salário) mostra-se mais eficiente para levá-la à greve; quando o nível de politização é alto, sendo desenvolvida a consciência de classe, a greve de caráter político encontra maior repercussão entre os trabalhadores.(3) Por outro lado, numa classe operária débil, o caráter legal da greve é importante: certas greves deixam de ser feitas para não ferirem a legislação

existente. No Brasil, exemplificando, considera-se ilegal a greve dos funcionários públicos e isto restringe, muitas vêzes, seu impulso à greve. Também no Estado se devem buscar as condições para a realização das greves. Um Estado liberal, que reconhece o direito de greve, que não coage nem reprime os grevistas, facilita a realização das paredes.

Essas condições, é óbvio, atuam em conjunto, de forma concorrente ou de forma contrária. Às vêzes as condições se unem favoràvelmente, outras vêzes desfavoràvelmente, e, em geral, as condições favoráveis e as desfavoráveis se contrapõem. Dêsse balanço de fôrças depende o êxito das greves. O movimento grevista que eclodiu na Espanha, no princípio de 1962, só pôde ser vitorioso, contra um Govêrno fascista, que proíbe e reprime violentamente qualquer parede, devido à fôrça mostrada pelos trabalhadores, inspirados por um motivo justo. Contràriamente, no Estado de São Paulo, na grande greve de dezembro de 1961, pela conquista de abono de Natal, os grevistas foram derrotados (isto é, não atingiram seus objetivos e a greve foi desbaratada em 24 horas), devido à intensa reação policial; e isto porque, embora fôsse grande o número de grevistas (cêrca de 100 mil), era fraca a organização do movimento.

Além dessas condições gerais, há tôda uma série de outros problemas, mais particulares, para a realização de uma greve. Organizar uma greve geral, nacional, é mais difícil do que organizar uma greve local, ou de uma categoria profissional, que, por sua vez, são mais difíceis do que a greve numa só emprêsa. A comunicação da greve é um exemplo. Enquanto numa só emprêsa a palavra-de-ordem da greve é comunicada pessoalmente pelo comando grevista, nas greves mais extensas êsse tipo de comunicação não é possível. É

necessário recorrer a emissários, ao telefone, telegrama, rádio, aos jornais. É um processo mais lento, menos preciso, mais sujeito à ação contrária por parte da polícia e dos patrões, que podem falsificar telefonemas, telegramas, divulgar notícias falsas através do rádio e dos jornais. Realmente, na greve geral de 5 de julho, o principal problema com que se defrontou o Comando-Geral dos Trabalhadores para a deflagração do movimento foi a comunicação da ordem de paralisação. A maioria dos jornais e das estações de rádio se recusou a divulgar as notas dos grevistas, deu notícias falsas ou tendenciosas(4), omitiu-se. Portanto, numa grande greve, a comunicação é um dos principais problemas a serem resolvidos.

Os procedimentos paredistas variam também segundo as características das categorias profissionais e das emprêsas, segundo o tempo de duração da greve, etc.

Há, pois, inúmeras condições que devem ser levadas em conta para a organização, realização e êxito de uma greve. Assim sendo, há inúmeros procedimentos adotados pelos grevistas, o que torna difícil expor o modo de realização das greves. Contudo, tentaremos expô-lo em linhas gerais, apresentando, paralelamente, alguns exemplos.

2

A greve, na atualidade, é uma arte, um procedimento racionalizado. Essa racionalização surgiu da prática de fazer greve, como imposição para o próprio êxito dela, para se contrapor às medidas antigrevistas. Poucas são, agora, as greves espontâneas, que surgem e se desenvolvem (quando conseguem desenvolver-se) sem organização, como puro impulso de revolta dos trabalhadores. Há uma série de princípios grevistas já pa-

dronizados, ou melhor, uma série de condições de que os grevistas procuram assegurar-se, condições estas generalizadas por tôdas as greves — embora os procedimentos empregados para se assegurarem dessas condições variem quase de um caso para outro. A justeza do motivo, a unidade dos trabalhadores, a solidariedade dos trabalhadores de outras categorias profissionais, a garantia contra os furadores de greve, a garantia de provisão alimentar no caso de a parede durar muitos dias, etc. são algumas das condições de que os trabalhadores procuram assegurar-se. As técnicas empregadas para satisfazerem essas necessidades é que variam.

Observando diversas greves, podemos inferir um esquema do modo como se faz uma greve. Nesse esquema distinguimos três fases: o momento anterior à greve, que vai até a decisão de fazê-la; a decretação da greve; a organização e a sustentação da greve.

Por uma razão qualquer os trabalhadores de uma emprêsa, de uma categoria profissional ou de uma região apresentam aos patrões, sejam êstes públicos ou privados, determinada reivindicação. Esta é, em geral, apresentada pelo sindicato ou federação que congrega aquêles trabalhadores. Há alguns casos, porém, em que, passando por sôbre o sindicato ou a federação, os trabalhadores, em comissões, se dirigem diretamente aos patrões. Isto quando a entidade sindical não corresponde à confiança de seus filiados, ou o processo se desenvolve com tal rapidez que não há tempo para obter a interferência do sindicato ou da federação, ou por outra razão qualquer.

A reivindicação surge espontâneamente da massa dos trabalhadores, ou dos grupos mais ativos, ou, então, é levantada pela organização oficial dos trabalhadores. Na maioria das vêzes, com o aperfeiçoamento sindical

que se vem processando, a reivindicação é debatida e aprovada em assembléia-geral dos trabalhadores.

Se os patrões concordam com a exigência e a cumprem, está encerrado o movimento. Se não concordam, dão o primeiro passo para a eclosão da greve. Ante à recusa, os trabalhadores podem continuar insistindo junto aos empregadores, ou recorrer à Justiça do Trabalho, para que julgue a pendência, ou procurar logo impor sua reivindicação graças a manifestações públicas — passeatas, comícios, concentrações — ou pela greve.

A legislação trabalhista existente procura obrigar os trabalhadores a recorrerem, antes da greve, ao arbitramento da Justiça do Trabalho. Diz o Art. 723 da Consolidação das Leis do Trabalho: "Os empregados que, coletivamente, *e sem prévia autorização do tribunal competente,* abandonarem o serviço, ou desobedecerem a qualquer decisão proferida em dissídio, incorrerão nas seguintes penalidades..." E o Decreto-Lei n.º 9 070, de 15 de março de 1946, reafirma êste arbitramento várias vêzes. Em primeiro lugar, num *considerando,* quando diz que "sòmente depois de esgotados os meios legais para remediar as suas causas, se poderá admitir o recurso à greve". Logo no Art. 1.º: "Os dissídios coletivos, oriundos das relações entre empregadores e empregados, serão obrigatòriamente submetidos à conciliação prévia, ou à decisão da Justiça do Trabalho." E no Art. 9.º: "É facultado às partes que desempenham atividades acessórias(5), *depois de ajuizado o dissídio,* a cessação do trabalho ou o fechamento do estabelecimento."

Mas nem sempre os trabalhadores obedecem a esta prescrição. A greve é feita quando os trabalhadores julgam ser o melhor momento de fazê-la: seja antes, durante ou depois do arbitramento. Contudo, na me-

dida do possível, os trabalhadores procuram atender à legislação, para evitarem maiores conflitos. Assim sendo, ao recebimento da negativa dos patrões, ao surgir o dissídio, procuram comunicar o fato ao Departamento Nacional do Trabalho, como prescreve o Art. 4.º do Decreto-Lei 9 070.

Ante a negativa dos empregadores, os empregados podem decidir-se pela greve. Nesse movimento é importante que os dirigentes mantenham a massa dos trabalhadores informada de seu processo de reivindicação, que discutam com ela, pois isto permite aos dirigentes conhecer a posição da massa trabalhadora e assegurar-lhe a unidade. Assim, a grande maioria dos trabalhadores participa ativamente do processo; não se limita a receber a palavra-de-ordem adotada, mas participa da elaboração da palavra-de-ordem, esclarece-se, integra-se no movimento.

Muitas vêzes, antes da decretação da greve, os trabalhadores realizam diversas manifestações. Por exemplo, os ferroviários do Nordeste, antes de entrarem em greve, em janeiro de 1961, promoveram grandes passeatas pelas ruas das cidades nordestinas, solicitando do Govêrno Federal e da Rêde Ferroviária Federal que dessem cumprimento às leis e aos acôrdos que os beneficiavam.

Muitas vêzes também, antes de deflagrar a greve, os trabalhadores dão diversos prazos aos patrões para que êstes atendam a sua reivindicação — como aconteceu nessa greve dos ferroviários. Um exemplo expressivo dêste procedimento foi a greve dos empregados da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (do grupo Bond and Share), em maio de 1960, no Estado do Rio de Janeiro: durante três anos esperaram que os patrões concordassem com sua reivindicação de aumento de salário.

Em muitos casos os trabalhadores chegam a ter uma paciência excessiva, como vimos nesse exemplo dos empregados da Companhia Brasileira de Energia Elétrica. Os trabalhadores da Companhia de Fiação e Tecidos Minas Gerais esperaram mais de 6 meses pelo recebimento de salários atrasados, para só então decretarem greve (novembro de 1960). O mesmo procedimento tiveram os servidores da cidade de Macaé, no Estado do Rio, que esperaram durante 12 meses sem receber seus salários, para sòmente então entrar em greve (janeiro de 1960). E entre os funcionários públicos isto é freqüente: em 1959, os funcionários municipais de Volta Redonda aguardaram sete meses, os de Belo Horizonte aguardaram três meses e os de Mandaguari (Estado do Paraná) cinco meses, entre outros vários casos idênticos.

Mas há um momento de saturação, em que os trabalhadores compreendem que a única solução é a greve. Foi o que aconteceu com os trabalhadores da companhia de energia elétrica, da companhia de tecidos, com os funcionários de Macaé, Belo Horizonte, Volta Redonda, Mandaguari.., É o que a generalidade dos trabalhadores compreende antes mesmo de chegar a êsse ponto de saturação. Porque, na atualidade, com o desenvolvimento da luta operária, generalizou-se o reconhecimento de que a greve é a arma mais eficaz com que os trabalhadores contam nessa luta constante com os capitalistas. Assim, é difícil, senão impossível, dentro de um movimento reivindicativo dos trabalhadores, determinar o momento em que se dispõem a recorrerem à greve para atingirem seu objetivo. É de se supor que, ao apresentarem sua reivindicação, a greve já esteja implícita: se não fôrem atendidos através de acôrdos ou de arbitramento, recorrerão inevitàvelmente a ela. Esta decisão, implícita, sòmente se exterioriza e se concre-

tiza, entretanto, em determinado momento. E êste momento varia segundo a resistência dos patrões, a tradição de luta dos trabalhadores, sua organização, disposição, etc.: se os empregadores se mostram intransigentes, se os trabalhadores têm uma tradição de lutas, se estão organizados e dispostos a lutar, então a tendência à parede se exterioriza ràpidamente. Resta apenas concretizar essa decisão: decretar a greve.

A decretação da greve, em geral, é feita em assembléia, sob a direção do sindicato. Diz o § 1.º do Art. 2.º do Decreto-Lei 9 070: "Cessação coletiva do trabalho é *a deliberada pela totalidade ou pela maioria dos trabalhadores* de uma ou de várias emprêsas, acarretando a paralisação de tôdas ou de algumas das respectivas atividades." Com isto o Decreto-Lei procura obrigar que as greves sejam decididas pela totalidade ou pela maioria dos trabalhadores e, com isto, fundamentalmente, êsse Decreto-Lei procura dificultar, quando não impedir, a decretação de qualquer greve — pôsto que é dificílimo congregar tantos trabalhadores em assembléia para deliberar sôbre a greve. Portanto, de fato, a greve é decidida pela totalidade ou pela maioria dos trabalhadores *que se encontram presentes* no momento da deliberação.

A decretação da greve supõe, por parte dos dirigentes, o conhecimento de certas condições que possibilitem o êxito do movimento: o reconhecimento da justeza da reivindicação, por parte da massa de trabalhadores, a unidade dos trabalhadores, seu estado de espírito, a possibilidade de a palavra-de-ordem de greve ser levada ràpidamente a todos os trabalhadores, os elementos com que podem contar para a organização dos comandos, os fundos financeiros, etc. etc. Não havendo o preenchimento dessas condições, cabe aos dirigentes procurar adiar a decretação da greve — porque o fracasso, além de resultar na não obtenção do que reivindicam, tem efeito depressivo sôbre a massa dos trabalhadores, abate-lhes o ânimo de luta e, quanto aos próprios dirigentes, pode desacreditá-los junto aos trabalhadores.

Embora seja hábito que a parede deva ser decidida em assembléia-geral, algumas vêzes, em caráter de emergência, ela é decretada pela direção sindical, sem realização de assembléia-geral. Outras vêzes é a própria massa de trabalhadores que se decide a fazer, e faz, a greve, sem interferência do sindicato. Neste caso, serve de exemplo a greve dos operários da Fábrica Nacional de Motores, em março de 1961, assim descrita pelo semanário *Novos Rumos*: "O movimento paredista eclodiu exatamente às 9 horas da manhã, quando teve início o pagamento dos salários referentes ao mês de janeiro, que os operários esperavam receber com o reajustamento que lhes fôra prometido desde novembro último. A paralisação do trabalho, que se iniciou espontâneamente na primeira seção onde fôra efetuado o pagamento, estendeu-se como um rastilho de pólvora a todos os demais, atingindo a totalidade dos trabalhadores, surpreendendo os próprios dirigentes *oficiais* e a administração da emprêsa." Sòmente às 16 horas é que os trabalhadores organizaram sua assembléia, com os dirigentes sindicais, para discutirem a greve em andamento e suas reivindicações.

3

Decretada a greve, cabem ao comando diretor, que em geral se constitui, a planificação e a execução do movimento. Dessa planificação e execução depende o êxito. Daí resulta o fato de que a realização das greves se aprimora cada vez mais. Vejamos, pois, através de alguns exemplos, como atuam os grevistas.

De fundamental importância são os piquêtes, ou comandos de greve, e as comissões que se formam. De tal importância que muitas vêzes se constituem comandos *efetivos* e comandos *de reserva,* para substituírem os primeiros na hipótese de êstes serem presos. Assim procederam, por exemplo, os trabalhadores em carris urbanos na Guanabara, em sua greve de outubro de 1960.

Os comandos são criados para diversas finalidades. Inevitàvelmente se criam comandos (piquêtes) para impedirem a ação dos *furadores* de greve (os "minhocas"), isto é, os trabalhadores que insistem em trabalhar apesar da decretação da parede. Êstes comandos têm caráter mais persuasivo do que repressivo: procuram esclarecer os trabalhadores que pretendem furar a greve, esclarecê-los da justeza do movimento, da necessidade da greve, etc., a fim de demovê-los de seu intento. E o próprio fato de existirem êsses comandos, principalmente tendo-se em vista que a tradição os apresenta como grupos violentos, o que às vêzes êles realmente são, faz com que muitos trabalhadores não se disponham a furar a parede. Na verdade, atualmente, raramente se registra um ou outro ato de real violência contra os que pretendem furar a greve. A ameaça de agressão é suficiente para demover os furadores, quando a tentativa de esclarecimento não é suficiente. Ou, quando muito, os piquêtes se limitam a afastar ou, menos usualmente, a prender os que se dispõem a furar a greve. Assim procederam os piquêtes na greve dos trabalhadores em transportes em Niterói e São Gonçalo (junho de 1961), quando, atuando nos principais pontos dessas cidades, detinham os furadores que apareciam e os levavam para o quartel-geral da greve, que funcionava na sede do Sindicato dos Rodoviários. Mas, com o decorrer do tempo, menos se torna necessário o recurso à violência, porque decresce sensìvelmente o número e a ação dos furadores de greve, como resultado do maior esclarecimento e da elevação da consciência de classe dos trabalhadores. No dizer de diversos dirigentes operários que entrevistamos, os furadores quase não constituem problema nas greves atuais.

O que constitui problema é a ação patronal — direta ou através da polícia — que procura forçar os trabalhadores a voltar às atividades. Assim, por exemplo, foi fundamental a ação dos piquêtes na greve dos ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em abril de 1959, protegendo os trabalhadores e se opondo às tentativas da diretoria da Emprêsa, que procurava fazer circular os trens, usando a polícia contra os grevistas, caçando os maquinistas em suas residências, etc. E aqui serviu a experiência de outras paredes ferroviárias, em que os policiais iam buscar os maquinistas — elementos essenciais para o funcionamento das ferrovias — em suas residências e os obrigavam a trabalhar, como, por exemplo, na greve da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1948, quando os maquinistas sofreram terrível pressão policial. Para evitar essa pressão, os maquinistas, na greve da Cia. Paulista, se uniram na sede de seu sindicato, protegidos pelos trabalhadores. Portanto, os piquêtes passam a ter o papel de protetores dos trabalhadores, contra a pressão patronal e policial — pressão esta que muitas vêzes se traduz em atos de violência.

Criam-se comandos também para a divulgação e o esclarecimento da greve e para arrecadação de fundos. Decretada a paralisação, é preciso informar os trabalhadores afetados, para que se juntem ao movimento. Informam-se os trabalhadores de outras emprêsas, de outras categorias profissionais, procura-se informar o povo em geral, para obter-lhe a solidariedade, a adesão, a fim de que a greve repercuta em tôdas as camadas da

população. Por outro lado, é necessário arrecadar fundos para os gastos da greve e a manutenção dos grevistas — quando a greve é de longa duração.

Os tecelões da Fábrica Nova América (na cidade do Rio de Janeiro), em sua greve de março/abril de 1959, criaram diversas comissões para visitar os jornais, a Câmara Federal, a Câmara Municipal e os sindicatos de trabalhadores, a fim de esclarecerem sôbre a justeza da parede e angariarem solidariedade, enquanto outros comandos, constituídos de grupos numerosos, se dirigiam às emprêsas, têxteis ou não, solicitando donativos para a família dos grevistas. Na greve dos trabalhadores do Frigorífico de Nilópolis (Estado do Rio), em agôsto de 1961, que durou 26 dias, constituíram-se comissões para angariar ajuda financeira. Na greve de 85 dias dos trabalhadores da Fiação e Tecelagem Santo André (Estado de São Paulo), em 1959, destacaram-se os "comandos de arrecadação" — como foram chamados. Êsses comandos propagavam pela cidade as razões da greve e arrecadavam dinheiro e outros donativos: alimentos, roupas e outras utilidades. Realizaram também um "comício de arrecadação". Nos últimos dias da parede, já haviam conseguido mais de um milhão e quinhentos mil cruzeiros, chegando a ser organizado um armazém para o abastecimento dos grevistas. No que se refere à divulgação e publicidade, os aeroviários, em sua greve geral de dezembro de 1959, deram um bom exemplo, criando o "Departamento de divulgação e publicidade" da greve, que teve atuação destacada: imprimia diàriamente o "Boletim" da greve, com um resumo dos acontecimentos e a justificação da conduta dos aeroviários, que era enviado a todos os sindicatos da cidade do Rio de Janeiro (onde também está a sede de seu sindicato), aos parlamentares, à imprensa; expedia telegramas para todo o País, informando a todos

os aeroviários o resultado das conversações mantidas com os empregadores e as autoridades. Enfim, como exemplo de um planejamento amplo e eficaz, podemos referir-nos à greve dos trabalhadores das docas de Recife, Maceió, Natal e Paraíba, em março/abril de 1959, quando foram criados 25 comitês de greve para atuar nos armazéns, oficinas e seções de trabalho, e diversas comissões — jurídica, de segurança, de assistência social, de propaganda, de comunicações e de relações públicas. Como vemos, trata-se da racionalização da greve, a greve como uma verdadeira técnica.

Os grevistas se preocupam bastante com a solidariedade dos demais trabalhadores e do povo em geral. Para obter esta solidariedade, costumam realizar passeatas, além de empregarem os comandos de esclarecimento. Assim, como exemplo: os trabalhadores da Companhia de Fiação e Tecidos Minas Gerais, na greve de dezembro de 1960 a janeiro de 1961, realizaram uma passeata pelas ruas de Belo Horizonte, solicitando o apoio e a solidariedade da população daquela capital; os ladrilheiros de Sergipe, em janeiro de 1961, cuja passeata, mais do que para solicitar apoio, foi uma demonstração de solidariedade recebida dos demais trabalhadores. A passeata é, pois, também uma forma de mostrar a unidade e a fôrça dos trabalhadores. E como outra ilustração de passeata de cunho misto, citamos a dos bombeiros e milicianos da Fôrça Pública de São Paulo, em janeiro de 1961, ocasião em que, fardados e em trajes civis, carregando faixas alusivas aos acontecimentos, desfilaram pelo centro da cidade, acompanhados de mulheres e filhos, dirigentes sindicais, deputados, vereadores, intelectuais, além de populares que aderiam à manifestação.

Por outro lado, uma forma de conquistar a simpatia e a solidariedade da população é demonstrar

cuidado por ela, como fizeram os servidores da Prefeitura de Nilópolis (Estado do Rio), em maio de 1961, não interrompendo o serviço de Pronto Socorro, para atender ao público. Ou como fizeram os trabalhadores das docas nordestinas, na greve a que já nos referimos acima, em que muitos operários foram dispensados da parede a fim de não prejudicarem a população: por exemplo, os funcionários do frigorífico, para que não houvesse a deterioração das mercadorias ali depositadas, e os operários da estação conversora de energia elétrica, para que esta não faltasse.

Mais exemplos poderiam ser citados para mostrar outros procedimentos adotados pelos grevistas. Porém isto nos levaria a excessivas particularidades. Cremos que já conseguimos expor, em breves traços e com algumas ilustrações, como se faz greve. E, para finalizar esta exposição, resta-nos apenas abordar um ponto: a greve com relação à emprêsa.

Na grande maioria das paredes, na forma mais usual e conhecida das greves, os trabalhadores deixam de comparecer à emprêsa, ao local de serviço. Contudo, embora raramente (pelo menos no Brasil), os trabalhadores adotam outro procedimento: comparecem ao local de serviço, mas não realizam o serviço. É a chamada "greve de braços cruzados".(6) Como exemplo, citamos a greve dos marceneiros e carpinteiros da Fábrica de Móveis Leandro Martins, na Guanabara, em janeiro de 1961, assim descrita pelo jornal *Novos Rumos*: "Quando todos os trabalhadores já se encontravam no interior da fábrica e o relógio marcava sete horas da manhã, a greve começou. A ordem do Conselho [Conselho sindical da fábrica] era para que todos permanecessem em suas bancas de trabalho, de braços cruzados, até que os patrões se dispusessem a pagar os salários do mês. Dêsse modo, cumprindo rigorosamente as instruções dos líderes, os operários permaneceram ordeira e disciplinarmente até o fim do expediente normal."

4

Em conclusão, vejamos como termina a greve. A grande maioria, senão a quase totalidade das greves termina com a ordem nesse sentido dada pelos dirigentes do movimento. Vez ou outra, todavia, a greve termina pela fadiga dos trabalhadores, que voltam espontâneamente(7) às suas atividades na emprêsa, ou pela ação opressora da polícia, que desagrega o movimento grevista e obriga os trabalhadores a voltarem às suas atividades, como aconteceu na greve dos trabalhadores de diversas categorias profissionais, em São Paulo, em dezembro de 1961, pela conquista de abono de Natal.

Algumas vêzes são suspensas simplesmente porque têm prazo marcado pelos próprios grevistas para as encerrarem. São as greves de protesto e as de advertência, como as paredes dos empregados da Companhia Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo (abril de 1959), durante 48 horas em protesto contra os constantes atrasos de pagamento de salários; a parede de advertência por melhorias salariais dos trabalhadores da Estrada de Ferro Leopoldina, durante 24 horas (dezembro de 1959); a própria greve geral de 5 de julho, durante 24 horas, de advertência, exigindo a constituição de um gabinete nacionalista e democrático.

A greve, em geral, se encerra quando os trabalhadores *julgam que foram atendidos em suas reivindicações*. Não dizemos que a greve termina quando os trabalhadores *têm suas reivindicações atendidas* porque isto nem sempre acontece. Em setembro de 1959 os 750 tecelões da Fábrica Confiança, no ex-Distrito Fede-

ral, suspenderam a greve que faziam para recebimento de salários atrasados porque lhes foi paga parte dêsses salários e lhes foi prometido que o restante seria pago dentro de mais alguns dias. Como essa promessa não foi cumprida, os trabalhadores voltaram à greve. Quando suspenderam a greve, assim o fizeram porque julgavam que suas reivindicações tinham sido atendidas — o que constataram dias depois ter sido engano, sendo obrigados a recomeçar a greve.

Grande número de greves termina com a promessa, por parte dos patrões, de que atenderão às reivindicações dos trabalhadores e não porque essas reivindicações tenham sido, de fato, atendidas. A grande greve dos trabalhadores das docas de Recife, Maceió, Natal e Paraíba (abril de 1959) terminou com a promessa do pagamento de aumento de salário, que fôra oficialmente concedido e pelo qual aquêles trabalhadores entraram em greve, através de subvenção do Govêrno Federal. A greve dos 13 000 trabalhadores da Rêde Ferroviária do Nordeste (janeiro de 1961), em que, entre as reivindicações se incluía a exigência de enquadramento daqueles trabalhadores no Plano de Classificação do Govêrno, terminou com a promessa de atendimento, por parte da diretoria da Rêde. A greve, em março de 1961, dos 2 600 trabalhadores da Fábrica Nacional de Álcalis — que apresentavam diversas exigências — terminou com a promessa do Presidente da República, de *considerar* suas reivindicações. Também em março de 1961, a primeira greve na Fábrica Nacional de Motores, por reajustamento salarial, terminou com a promessa de atendimento. E assim por diante.

Os trabalhadores muitas vêzes terminam as greves com a simples promessa dos empregadores de que atenderão suas reivindicações; isto se dá porque nem sempre é possível o atendimento imediato. Ao reconhecerem tal impossibilidade, tendo (ou julgando ter) provas da sinceridade dos patrões na promessa de atendê-los, os trabalhadores podem suspender a greve. Em geral, assim procedem, porque, no caso de serem ludibriados, podem recomeçar o movimento. Portanto, o encerramento das greves motivado pelas promessas patronais tem sempre caráter provisório. O movimento reivindicativo dos trabalhadores sòmente termina, de fato, com o atendimento das reivindicações.

Por outro lado, as greves nem sempre se encerram com a conquista de tôdas as reivindicações. Às vêzes, chega-se a acôrdo entre os trabalhadores e os empregadores, cada lado cedendo em certa medida. Analisadas em têrmos de *ganho e perda,* mesmo essas greves representam uma vitória dos trabalhadores, porque lhes dão pelo menos parte do que exigiam. O alcance dessa vitória só pode ser medido concretamente em cada caso, mas, em têrmos gerais, podemos classificá-lo em dois tipos: o que tem caráter *progressivo* e o que tem caráter *conservativo*. Na medida em que os trabalhadores obtêm elevação de salário real, melhoria de condições de trabalho (menor número de horas de trabalho, melhores condições de segurança, higiene e outras, maior proteção contra a arbitrariedade patronal, etc.), avanço na organização sindical (liberdade de sindicalização, eliminação da ingerência estatal, etc.), ampliação dos direitos da classe operária, e assim por diante, os trabalhadores conquistam novas posições, ampliam seu ativo, dão passos adiante em relação às conquistas anteriores — razão pela qual as chamamos de vitórias *progressivas*. Na medida em que os trabalhadores conseguem manter o nível de salário real, as condições de trabalho vigentes, a organização sindical, etc., garantem as vitórias anteriores, solidificam-nas — são, portanto, vitórias *conservativas*. Em qualquer dos casos, são sempre

vitórias. Quanto às primeiras, são evidentes. No que respeita às segundas, embora apresentem caráter conservativo (pôsto que apenas mantêm o existente), são, a longo prazo, vitórias que representam progresso para a classe operária, pois fixam em nível mais elevado seus padrões mínimos. Exemplificando: houve época em que o padrão mínimo da classe operária, em alguns setores, era assinalado pela jornada de trabalho de doze horas, sem direito de organização sindical e de greve, submetida aquela classe à arbitrariedade patronal, com baixíssimo nível de vida; hoje em dia êsse padrão mínimo já assinala, como elementos irreversíveis, entre outros, a jornada de trabalho de oito horas, o direito de organização sindical e de greve, a proteção contra a arbitrariedade patronal, nível de vida mais elevado. Pôsto que as greves — mesmo quando não introduzem elementos progressivos nesse nôvo padrão — representam uma fôrça que atua tornando-o irreversível, elas são, em qualquer circunstância, uma vitória da classe operária. Outro aspecto que faz da greve uma vitória, em qualquer circunstância, é o fato de que por meio dela a classe operária se unifica, se solidariza, se esclarece.

Esta ou aquela greve pode ter sido uma derrota para determinada parcela dos trabalhadores, ou porque com ela êsses trabalhadores nem sequer conseguiram reconquistar o nível de vida anterior, ou suas condições de trabalho anteriores, ou porque a greve gerou a cisão entre os trabalhadores. Contudo, tal caso é exceção. No cômputo geral, as paredes, como um dos elementos de luta dos trabalhadores, são vitoriosas. E a prova está na ascensão geral e, em nossos dias, rápida dos trabalhadores, conquistando novos direitos e melhores padrões de vida, em contraposição à mecânica do regime capitalista, que tende a levá-los à pauperização crescente.

O balanço geral das vitórias e derrotas das greves no Brasil exige dados dos quais não dispomos. A longo prazo, conforme assinalamos acima, constata-se a elevação do padrão econômico e social de vida da classe operária. A observação de grande número de greves dá-nos o direito de afirmar que a quase totalidade delas termina com a vitória, total ou parcial, dos trabalhadores, isto é, com a conquista de tôdas, ou de parte, de suas reivindicações.(8) Todavia, o *quanto* essas vitórias significam, nos é impossível estabelecer, seja em têrmos globais ou em média por greve. E a impossibilidade de determinação dêsse *quanto* se deve a duas razões: 1) as vitórias da classe operária não se devem apenas às greves, mas à sua luta geral, da qual a parede é apenas um elemento; 2) muitas das conquistas não são passíveis de mensuração. No setor econômico, o que podemos observar é que, nos movimentos por aumento de salário, o aumento concedido, em geral, não correspnde ao aumento reivindicado: situa-se quase sempre um pouco abaixo dêste. Pedem-se 60% de aumento, conseguem-se 45%; pedem-se 100%, conseguem-se 65%, e assim por diante.(9) E essa prática de barganhar em tôrno da percentagem de aumento de salário leva, naturalmente, a que os trabalhadores sempre reivindiquem uma taxa mais elevada, enquanto os empregadores sempre oferecem uma taxa mais baixa — até chegarem ao ponto de acôrdo.

Capítulo IV

AÇÃO CONTRA A GREVE

1

Podemos classificar os métodos empregados contra as greves em três tipos: persuasão, intimidação, violência. A aplicação de um ou de outro tipo dêsses depende, certamente, de uma série de condições, as mesmas que influenciam o modo de feitura da greve. A aplicação de um ou outro método contra a greve varia com o grau de democracia existente, com a fôrça da classe operária, com a própria tradição de aplicar um ou outro, etc., incluindo aqui as particularidades de cada caso. E embora êsses três tipos de métodos possam ser, e em geral são, aplicados conjuntamente, há o predomínio de um sôbre os demais, dentro de determinada época e região. Por exemplo, nos Estados Unidos, até a década de 30 dêste século, ou melhor, até a política do *New Deal* de Roosevelt, o método predominante era, primeiramente, a violência, passando depois, à intimidação; a partir dessa época, preponderou o método da persuasão. Esta transformação se deveu a razões sociais bem demarcadas, como o mostra Michel Crozier: "Até o *New Deal* a intimidação era fácil, pelo menos na grande indústria. As causas disto eram múltiplas: a falta de organização e de cultura sindicais dos trabalhadores, seu isolamento e situação precária na comunidade americana (um grande número dêles era de imigrantes recentes), a sustentação, enfim, que o patronato recebia automàticamente das autoridades constituídas. Esta situação correspondia a uma estrutura social estável e incontestável, na qual o patrão tinha o primeiro lugar." Posteriormente a intimidação cedeu lugar à persuasão: "Mas, com Roosevelt, o poder estava nas mãos da burguesia liberal, que, por seus interêsses e seus sentimentos, era contrária a tôda radicalização dos antagonismos de classe. Ela manobrou hàbilmente entre os dois pólos do poder econômico e obrigou o patronato, pela fôrça moral e material do Estado, a reconhecer que o tempo de sua onipotência tinha passado. A guerra consolidou a unanimidade nacional e, com a vitória, o patronato teve de fazer face a uma situação de fato desfavorável. Pela primeira vez, destruir uma greve passava a ser um ato de reação e não mais um ato de preservação social. Uma tática diferente lhe era absolutamente necessária."(1)

No Brasil, sòmente agora estamos em fase de transição para os métodos de intimidação e persuasão, sendo que nosso período anterior é marcado pelo grande predomínio da violência. E mesmo na atualidade a violência se faz notar pela constância, como mostraremos adiante. Contudo, diversas razões estão agindo no sentido de eliminar, ou, pelo menos, reduzir sensìvelmente, esta componente dos métodos de ação contra as greves. Em primeiro lugar, o fortalecimento da classe operária, que vem crescendo em elevada taxa nestes últimos anos e se unindo cada vez mais, no âmbito de suas categorias profissionais, no âmbito regional e mesmo no âmbito nacional, como o demonstram o aumento da sindicalização e o surgimento de diversas organizações operárias: Comissão Permanente das Organizações Sindicais em diversos Estados, o Forum Sindical de Santos, o Pacto

de Unidade e Ação entre marítimos, portuários e ferroviários, o Comando-Geral dos Trabalhadores, englobando trabalhadores de todos os Estados e de inúmeras categorias profissionais. Em segundo lugar, a política de frente única que a classe operária realiza com a burguesia ligada aos interêsses nacionais, contra o imperialismo, do que resulta uma atitude mais favorável, por parte dessa burguesia, com relação à classe operária, já que sua fôrça política muito depende dessa classe: a política de frente única se reflete nas relações de trabalho e nas demais relações entre a classe operária e a burguesia nacional. Em terceiro lugar, a transformação da filosofia social dominante nos quadros do capitalismo, no plano internacional, graças à qual o proletariado adquire categoria mais elevada. Aqui tem fundamental importância a influência exercida pelo aumento e desenvolvimento do campo socialista. Em têrmos gerais, a nova composição de fôrças das classes sociais, no Brasil, faz os conflitos entre essas classes serem colocados em novos padrões. A fraqueza do regime, a instabilidade dos grupos que dominam o poder do Estado, o aguçamento das contradições econômicas, sociais e políticas obrigam ao progressivo relaxamento das formas mais intensas de exploração e opressão. Tal tendência só poderia ser contida com a realização de uma política fascista, como pretendem alguns grupos ligados ao imperialismo internacional, mas mesmo assim em caráter provisório, uma vez que a tendência ascensional da classe operária é irreprimível. Estas são as razões que agem no sentido de eliminar ou reduzir à violência como forma de ação para combater as greves no Brasil.

Encarando a ação contra as greves por outro ângulo, vemos que os patrões atuam ora direta ora indiretamente contra as greves. No primeiro caso, êles próprios se encarregam da atividade antigrevista; no segundo caso, colocam as Fôrças Públicas, os órgãos de divulgação e formação a seu serviço. Ainda por outro ângulo, vemos também que há medidas preventivas e repressivas contra as greves, conforme sejam adotadas antes ou depois da decretação da greve. Êsses diversos procedimentos se integram. Uma ação persuasiva pode ser, ao mesmo tempo, preventiva e realizada diretamente pelos patrões, assim como pode ser repressiva e indireta. Há várias combinações possíveis entre tais procedimentos.

2

A "grande técnica" contra as greves, na atualidade, de extensa aplicação nos países capitalistas altamente industrializados, como os Estados Unidos, a República Federal da Alemanha, a Inglaterra e a França, é de cunho nìtidamente ideológico. Trata-se do aperfeiçoamento das "relações humanas" no trabalho, de que são eméritos estudiosos os cientistas sociais norte-americanos. Com a racionalização dessas "relações humanas" os capitalistas visam não sòmente às greves, é claro, mas ao incremento da produtividade e à completa "integração" entre os trabalhadores e os patrões, o que, em linguagem mais realista, significa que visam à completa subordinação da classe operária à burguesia. Embora não se relacione ùnicamente com as greves, a aplicação da "técnica das relações humanas" é altamente eficaz como medida preventiva das paredes operárias.

No Brasil, sòmente há poucos anos essa técnica começou a ser introduzida. E já há livros sôbre "relações humanas", artigos em jornais e revistas sôbre "relações humanas", até mesmo cursos sôbre "relações humanas". Contudo, a aplicação da "técnica das relações humanas" ao trabalho ainda é feita apenas nas grandes indústrias, principalmente nas emprêsas de

origem estrangeira, com destaque nas norte-americanas.

Não pretendemos tratar aqui do significado e das técnicas das "relações humanas". Todavia, sempre cabem algumas palavras. Para atingir seu objetivo (a "integração" entre empregados e empregadores), os patrões procuram fazer de sua emprêsa uma pequena "comunidade". Nela os trabalhadores devem viver unidos, devem trabalhar, divertir-se, discutir seus problemas, devem, enfim, fazer da emprêsa o centro de sua vida. Para a criação dessa "comunidade" os patrões instalam clubes de diversões, com danças, teatro, cinema, bibliotecas (onde os filmes e os livros são, sem dúvida, fiscalizados), colônias de férias, imprimem-se jornais, revistas, folhetos (todos, é claro, fiscalizados, quando não executados diretamente sob as ordens patronais), realizam-se cursos e conferências especializados, todo empregado que faz aniversário recebe um cartão de felicitações, todo empregado que faz tantos anos de casa recebe um presente, promovem-se festas de Natal e Ano Nôvo custeadas pela emprêsa, etc. O empregado se integra de tal forma na emprêsa que passa a referir-se a ela como a "*minha* emprêsa": sente-se *dono* dela. Eis aí formada a pequena "comunidade". Nela todos vivem juntos, agem igual, pensam igual, com os mesmos padrões, com os mesmos valôres. E os patrões se encarregam de formar essa ação, êsse pensamento, êsses padrões e valôres, por meio daqueles jornais, revistas, folhetos, livros, filmes, cursos e conferências e por meio de sua própria atitude — pois conhecem o poder pessoal que a posição de patrão lhes dá junto aos empregados. Cria-se, assim, uma massa de empregados padronizados, de cuja conduta fica excluída a greve.

Como vemos, a "técnica das relações humanas" não é nada mais do que uma forma de alienar os trabalhadores, ou seja, de criar nêles uma consciência falsa, consciência que não é dêles, mas sim dos patrões. Tal técnica é um exemplo do método persuasivo preventivo, realizado diretamente pelos patrões. E é apenas uma pequena parte da grande máquina de alienação montada pelo capitalismo, que, com relação às greves, tem também o caráter persuasivo e preventivo. Grande máquina de que fazem parte os jornais, as revistas, os livros, o rádio, a televisão, o cinema, o teatro, etc. São os meios através dos quais a burguesia atua sôbre a classe operária, sôbre todo o povo. Enquanto armas de alienação da classe operária, êsses meios agem apenas de forma mediata contra as greves: não são empregados para combatê-las frontalmente, mas para formar no operariado uma consciência falsa, contrária à greve.

Contudo, êsses meios servem também para combater as greves de forma imediata. E não apenas de forma preventiva, mas também repressiva. E para isso empregam os recursos que mais ràpidamente atingem o público: o rádio, a televisão, os jornais e as revistas. Em primeiro lugar, êsses órgãos não divulgam os comunicados grevistas que lhes são enviados. Limitam-se a divulgar os elementos que interessam aos patrões: notícias falsas, entrevistas com os patrões, com certos trabalhadores (os que estão contra a greve), com as autoridades (as que estão contra a greve), as razões patronais, exortações éticas contra o movimento, ameaças dos patrões e das autoridades, etc. Com isto visam a persuadir e a intimidar frontalmente os grevistas e, por outro lado, visam a persuadir o povo de que os operários estão errados — assim atingindo os grevistas indiretamente. Os argumentos empregados são os mais variados. Os grevistas são apresentados como irresponsáveis, agitadores ("agitadores profissionais", como cos-

tumam dizer) e comunistas, como é de hábito atualmente. Alegam que as razões da greve são injustas, que a greve é ilegal. Fazem-se apelos de caráter econômico, social, político, ético: as paredes prejudicam a economia do País, agravam a luta entre as classes, impossibilitam a "paz social", a "cooperação" entre as classes, servem para "subverter a ordem", favorecem as "agitações comunistas", levam a dissenção ao seio das famílias, desintegram a solidariedade entre os homens, instigam o "instinto da violência", geram a "histeria coletiva", etc. etc.

Vejamos como se concebem as greves. E nos trechos citados abaixo, todos os grifos são nossos. Sôbre a grande greve paulista em outubro de 1957, diz dela o Sr. Segadas Vianna ([2]), apoiando as palavras dos jornais *O Globo* e *Diário Carioca*:

> No Brasil tem havido algumas greves com manifestações de caráter violento, *quase sempre tendo sido os trabalhadores insuflados por agitadores e extremistas,* como aconteceu em São Paulo, em outubro de 1957, como noticiou a imprensa: "Tôdas as atividades fabris do distrito de Santo André foram paralisadas pelos piquêtes de greve, ontem, *os quais se excederam em atos de violência.* Na indústria Plastac, *além de depredações, arrombaram o cofre e se apoderaram de vultosa quantia.* Na Fábrica de Tubos de Alumínio Bandeirantes os *assaltantes* foram recebidos a bala e, na troca de tiros, dois dêles receberam ferimentos. Após o choque e com a retirada dos piquêtes, os funcionários da indústria ergueram barricadas em tôrno da fábrica, temerosos de novos ataques. Alguns estabelecimentos comerciais foram *atacados e pilhados.*" (*O Globo* de 19/10/1957.) Ainda noticiou a imprensa: "Em São Caetano, os piquêtes, além de paralisarem as fábricas, *forçaram* o comércio a cerrar suas portas e todos os ônibus a parar, obrigando os passageiros a abandoná-los *sob ameaça de depredação.*" (*Diário Carioca* de 18/10/1957.)

Como se percebe fàcilmente, os grevistas são apresentados como "agitadores e extremistas", verdadeiros

"bandidos", não só depredadores como arrombadores de cofres, ladrões, e assim por diante. Não se apresenta um só ato de violência patronal ou policial: os patrões e a polícia, inocentes mantenedores da ordem, se limitaram a defender-se. Só podemos compreender a razão por que êsses autores e jornais assim descrevem a ação dos grevistas tendo em vista a concepção que possuem da classe operária. Para êsses autores e jornais, os trabalhadores pouco mais são do que animais infra-humanos, como se percebe pelas palavras empregadas pelo Sr. Segadas Vianna para referir-se às "massas" e para descrever sua conduta: "massa exacerbada, em seus *instintos*", "massa *instintiva, violenta*", "massa *histérica*", *"rebanho de búfalos* que ninguém pode conter", de "instintos mais baixos", "histeria das multidões", "histerias coletivas", massa em sua animalidade insuflada por "agitadores profissionais", por "elementos reconhecidamente comunistas e agitadores" ([3]).

Vejamos mais dois exemplos, ambos tirados também de *O Globo* que é o jornal típico dessa concepção da greve. O primeiro se refere à greve pela conquista do abono de Natal, em São Paulo, em dzembro de 1961. Em sua edição de 13/12/1961, *O Globo* publicou na primeira página a seguinte manchete: "Reage o Govêrno: a Greve será Ilegal!" Em letras menores, como subtítulos: "O Ministro da Justiça, em nota oficial, considera subversivo o movimento de São Paulo — Adiada por 48 horas, ante a coação, a votação sôbre o 13º salário." Até mesmo o editorial é dedicado ao movimento, criticando suas razões e sua realização, dizendo, em determinado trecho:

> Em tudo isso, o que provoca, porém, maior desgôsto é ver, precisamente, êsses sindicatos de trabalhadores desafiando o País com uma greve geral se o projeto do deputado pete-

bista [para concessão do 13.º salário, isto é, abono de Natal] não fôr discutido, aprovado pelo Senado (sem emendas) e remetido à sanção do Presidente da República até à zero hora da próxima quinta-feira. Então tem cabimento que se exija do Congresso Nacional que vote sob coação uma resolução de tal importância que pode levar à falência milhares de firmas brasileiras, milhões de cidadãos ao desemprêgo, ofendendo ainda mais a economia da Nação?

E nesse mesmo editorial, o movimento dos trabalhadores é chamado de "verdadeira chantagem armada contra uma casa do Congresso". No dia posterior, 14/2/61, a manchete é a seguinte: "Fracassa a greve em São Paulo". Afirma-se que a greve fracassou por si, quando, de fato, a greve foi reprimida. Em letras menores, entre outras coisas, diz: "Trabalhadores manifestam-se contra o movimento subversivo", mas, no texto da reportagem, na página 6, nada há sôbre isto. Portanto, simplesmente, mente, divulga fatos falsos, ou melhor, inventa-os. E no dia 15, em editorial, em grandes letras, elogia a atuação do Governador e do Exército, que reprimiram violentamente a greve, atribuindo-lhes "atuação exemplar". Em manchete, afirma: "A greve foi vencida pela opinião pública", isto é, procura colocar a opinião pública contra a greve.

O segundo exemplo, de menor proporção, se refere à greve dos metalúrgicos paulistas, em outubro de 1962, que *O Globo,* em sua edição de 31/10/62, viu da seguinte forma:

> O movimento grevista, que apresentava caráter pacífico em seu início, evoluiu pouco depois das 9 horas da manhã de ontem *quando os piquêtes espalhados pelos pontos estratégicos da cidade começaram a praticar violências e depredações em várias indústrias que estavam funcionando.* Os incidentes se reproduziram, ao mesmo tempo, em vários pontos da cidade, tomando aspecto mais grave em Santo Amaro, onde mais de 400 homens investiram contra a Indústria Walita. *A Polícia, para reprimir os abusos, teve* de empregar uma tropa de choque, do DOPS, efetuando-se na oportunidade as primeiras prisões.
>
> Com a chuva, a ação dos piquêtes diminuiu de intensidade às 11 horas, recrudescendo, porém, às 15 horas, ocasião em que, na Rua do Hipódromo, *menores que haviam sido embriagados prèviamente constituíam-se em ponta de lança para as depredações.* (Etc. etc.)

Os patrões lançam mão também de trabalhadores em sua campanha contra as greves. São pretensos dirigentes operários, que os grupos patronais conseguiram alienar ou corromper, lançando mão desta técnica de grande aplicação principalmente nos Estados Unidos, onde a AFL-CIO, organização sindical dos trabalhadores (*American Federation of Labour,* associada ao *Congress of Industrial Organization*), nada mais é do que uma imensa máquina de dominação do operariado norte-americano. No Brasil, os capitalistas não conseguiram criar uma organização de tal grandeza, nem mesmo no período da ditadura fascista, no período de maior domínio do peleguismo sindical. Só conseguiram, na atualidade, criar uma ou outra organização dessa espécie, como o Movimento Sindical Democrático (MSD) e a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDETRAL) de pouquíssima ou quase nenhuma influência junto à classe operária, às quais periòdicamente recorrem para que lancem manifestos contra os movimentos operários, como aconteceu nas duas greves gerais de 1962. O MSD, por exemplo, na greve geral de 5 de julho, lançou manifesto, publicado em quase todos os jornais do Rio e São Paulo, acusando os trabalhadores de "meros fantoches de uma potência totalitária, mestres da agitação, pescadores de águas turvas", etc., não reconhecendo aos dirigentes sindicais partidários da greve o caráter de representantes dos trabalhadores, e repetindo todos os outros argumentos empregados pelas personalidades e jornais mais ni-

tidamente contrários a qualquer reivindicação dos trabalhadores. Por seu turno, nessa mesma greve, a REDETRAL, fazendo côro com os porta-vozes patronais e antipopulares, publicava em alguns jornais a seguinte nota, que transcrevemos de *O Globo* de 6/7/62:

> A Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres, coerente com sua já reconhecida posição a favor da legalidade e de respeito ao Poder Constituído, dirige-se ao povo em geral e aos trabalhadores em particular para apelar no sentido de que permaneçam em seus pontos de trabalho, mesmo enfrentando as dificuldades de transporte, a fim de que o Brasil não venha a sofrer os efeitos da desordem pretendida por agitadores que visam a fins inconfessáveis. (Etc.)

Mas não só para declarações à imprensa servem êsses pelegos sindicais. Atuam também dentro dos sindicatos e junto aos trabalhadores. Procuram ocupar cargos nas diretorias sindicais, ganhar a confiança dos operários, adquirir posições que lhes permitam influir nas decisões e nas ações dêstes últimos. É interessante observar que grande número dêsses pretensos líderes ganham bôlsas de estudos sôbre "liderança sindical" nos Estados Unidos. E nada nos desautoriza a afirmar que êsses falsos dirigentes são agentes do imperialismo americano infiltrados na classe operária, embora outros líderes dêsse tipo não passem de trabalhadores alienados, que acreditam defender realmente a civilização ocidental cristã ao defenderem os interêsses de determinados grupos capitalistas contra os interêsses de seus companheiros.

3

A intimidação aos grevistas pode ser realizada também diretamente pelos patrões ou com o auxílio das autoridades públicas, pessoalmente. Por exemplo, na Fábrica Nacional de Motores, desde sua fundação em

1946, o clima de perseguições instaurado pela administração da emprêsa conseguia conter a organização sindical de seus empregados e sua participação em qualquer greve, mesmo nos movimentos gerais dos metalúrgicos (categoria profissional a que pertencem os operários da FNM) em 1955 e 1957. Por isso, sòmente em março de 1961 os trabalhadores dessa emprêsa conseguiram fazer sua primeira parede, vencida a barreira da pressão patronal. Por outro lado, na greve dos trabalhadores da Fábrica Nacional de Álcalis, em março de 1961, como exemplo de intimidação por meio das autoridades públicas, o delegado regional do trabalho, logo de início, declarou aos grevistas que promoveria a intervenção em seu sindicato, aplicaria o Decreto-Lei 9 070 (para decretar a greve ilegal) e ocuparia o município com tropas federais. Essas ameaças são uma constante no movimento grevista brasileiro, mas já não exercem influência sôbre os trabalhadores. Têm eficácia apenas quando o movimento é débil. Quando o movimento é extenso e coeso, nas grandes greves, os empregadores são obrigados a recorrer às ameaças da polícia e das fôrças federais a fim de intimidar os trabalhadores.

A intervenção policial e militar no movimento operário é freqüente, de forma velada ou às claras, dentro ou fora dos sindicatos. Várias vêzes os sindicatos já denunciaram essa intervenção. Para ilustrar êste fato: em agôsto de 1959 o Sindicato dos Eletricistas do Rio de Janeiro enviou a todos os sindicatos uma circular denunciando a presença de um agente da Divisão de Ordem Política e Social na sua Assembléia, em atitude acintosa, o que deu origem a um movimento de protesto dos dirigentes sindicais, junto ao Govêrno Fe-

deral. Onde a intervenção se manifesta clara e violentamente é nas greves, como exemplificaremos a seguir. Nessas ocasiões a intimidação e a violência se misturam.

Na greve de 24 horas em Santos, em julho de 1960, como solidariedade a 31 trabalhadores despedidos sem que os patrões tivessem levado em conta a garantia da estabilidade, a cidade parecia uma praça de guerra, com fuzileiros navais, Polícia Marítima, Fôrça Pública do Estado, agentes do DOPS, policiais de Santos, todos armados de metralhadoras, bombas de gás, etc. Nos principais pontos da cidade os policiais armaram ninhos de metralhadoras. Também a cidade de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, se transformou em praça de guerra, em junho de 1960, por ocasião da greve dos trabalhadores das salinas, da estiva e do pôrto. Anunciou-se que a cidade fôra tomada pelos operários, que teriam constituído um "poder soviético", dando-se como prova disto a existência de uma bandeira vermelha colocada no mastro da praça, em frente à igreja. E a bandeira era a do Divino Espírito Santo, ali colocada pelo padre... Em novembro de 1960, a greve dos metalúrgicos e gráficos de São Paulo motivou, na Capital, outra grande demonstração de aparato bélico, sem contar desta vez com os soldados do Exército. Tôdas as unidades da Fôrça Pública do Estado entraram em rigorosa prontidão. A Divisão de Ordem Política e Social comandou a operação, contando com mais de 4 mil homens, entre milicianos, guarda-civis e polícia civil, dispondo de carros-tanques, metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo. Já em Recife, em junho de 1961, com a greve dos estudantes, a intervenção contava com grandes contingentes do Exército e até mesmo da Aeronáutica e não se limitou à intimidação, passando à violência contra

os estudantes e os trabalhadores. As tropas do IV Exército ocuparam as instalações da Faculdade de Direito e da Universidade Rural, postaram-se nas pontes que ligam Recife aos outros bairros, enquanto tanques e carros de combate eram colocados nos pontos estratégicos. À Base Aérea chegavam mais tropas, enquanto aviões a jato realizavam vôos rasantes sôbre a cidade. E a violência se desenvolveu, com bombas de gás lacrimogêneo, coronhadas, espancamento de estudantes e jornalistas, prisões de dirigentes sindicais, censura ao rádio e à imprensa, proibição de manifestações públicas e de reuniões.

A prisão de dirigentes sindicais e outros trabalhadores é comum à quase totalidade das greves. Em 1954 a polícia chegou ao cúmulo de prender tôda uma assembléia de trabalhadores (cêrca de 1 500 participantes) em carris urbanos no ex-Distrito Federal, porque pretendiam deflagrar uma greve por melhores salários. Na greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro Soracabana, em São Paulo, em janeiro de 1962, foram efetuadas mais de 500 prisões, ao lado de numerosos outros atos de violências.

Muitas vêzes, para se combater uma greve, cria-se verdadeira comoção social e política. O melhor exemplo nos é dado pela greve da paridade de vencimentos com os militares, realizada pelos marítimos, portuários e ferroviários, em novembro de 1960, em que o Govêrno Federal chegou a entrar em crise. As reuniões ministeriais se sucederam, ministros foram substituídos, os partidos políticos tiveram de definir-se com relação ao movimento, a Câmara dos Deputados passou a reunir-se em caráter permanente, as Fôrças Armadas foram colocadas de prontidão, etc. Chegou-se mesmo a pensar-se no estabelecimento do estado de sítio. As classes dominantes se encarregaram de criar todo êsse

ambiente de pânico. Aproveitaram-se da coincidência da data comemorativa do aniversário da Revolução Socialista da Rússia com o movimento grevista que se processava na Argentina, no Chile, na Venezuela e na Colômbia, para alegar que a greve brasileira era dirigida por "potências estrangeiras", tinha cunho subversivo, insurrecional — o que, evidentemente, não passava de uma justificação para se reprimir a parede. As tropas do Exército ocuparam as ferrovias, a zona do cais do pôrto e tôdas as emprêsas que entraram em greve, sendo nomeados interventores militares para elas. Os trabalhadores foram ameaçados com a Lei de Segurança Nacional, tendo seus sindicatos interditados pela polícia. A greve, apesar de tôda essa agitação que visava a intimidar os grevistas, durou três dias, terminando com a vitória dos trabalhadores.

Capítulo V

TIPOS DE GREVE

1

Observando o conjunto do movimento grevista, percebemos que de cada greve podemos tirar determinado número de características. São essas características que nos dão os diversos tipos de greves. Assim, podemos classificar as paredes tomando por base vários elementos: a duração, a extensão, a origem, as formas de sua realização, suas causas, e outros mais, se quisermos, embora creamos que êstes sejam os mais importantes.

1) Quanto à *duração,* podem ser *breves* ou *longas*. A greve dos gráficos de jornais da cidade de São Paulo, em 1960, durou 9 horas, enquanto a dos trabalhadores da Fábrica de Tecidos Margazânia, em Minas Gerais, entre o fim de 1960 e o princípio de 1961, durou mais de três meses. Entre êstes dois tempos de duração se coloca uma infinidade de outros casos. Na generalidade das vêzes dura poucos dias. Tal fato é fàcilmente explicável. À medida que passam os dias, as greves tendem a fortalecer-se cada vez mais, não só porque o tempo permite a melhor organização do movimento, mas também porque insufla a disposição de luta dos grevistas. Assim sendo, se os patrões não conseguirem dar fim à parede logo nos primeiros momen-

tos, ou nos primeiros dias, dificilmente o conseguirão depois. De forma que o prolongamento da greve só os prejudicará. Não tendo podido debelar a greve logo no início, é mais acertado, pois, atender as reivindicações dos grevistas. As paralisações de longa duração se devem à obstinação dos empregadores em não acéder aos trabalhadores, ou à dificuldade de atendê-los. Sòmente a longa duração da greve consegue vencer a obstinação ou obrigar os patrões a vencer essa dificuldade. Cabe, agora, uma pergunta: qual o tempo de duração que serve de limite entre as greves curtas e as longas? Ùnicamente uma pesquisa estatística poderia dizê-lo. Teríamos de calcular o tempo médio de duração, e a duração inferior a êsse tempo médio nos daria as greves curtas, enquanto a duração superior a êsse tempo nos daria as longas. *Grosso modo,* êsse tempo médio é de 3 dias, embora o maior número de greves dure apenas um dia. (Isto porque um dia de greve é, muitas vêzes, suficiente para convencer os empregadores da realidade dela.)

2) Embora de pouca importância, podemos também classificar as greves segundo sua *origem,* isto é, segundo o *centro de decisão.* Êste pode ser um *grupo* de trabalhadores, como no caso dos operários da Fábrica Nacional de Motores, em março de 1961, que paralisaram as atividades sem qualquer mediação por parte de sua entidade sindical; sòmente depois de deflagrada a greve é que o sindicato participou do movimento. O centro de decisão pode ser o *sindicato* dos trabalhadores, e normalmente assim acontece. E se normalmente isto se dá é porque o sindicato é o órgão que congrega os trabalhadores, nêle os trabalhadores se reúnem para discutir, êle representa legalmente os trabalhadores. Devemos observar, contudo, que nossa legislação não obriga o sindicato a participar da greve,

omite êste aspecto ao configurar uma parede como legal ou ilegal. O Decreto-Lei 9 070 apenas exige que a greve seja deliberada pela maioria dos trabalhadores. O centro de decisão pode ser uma *federação,* como ocorreu na primeira greve nacional dos estivadores, em outubro de 1960. Pode ser uma confederação, como na greve nacional dos bancários, em outubro de 1961. Observamos, porém, que os movimentos que têm como centro de decisão a federação ou a confederação dependem, muitas vêzes, da ratificação dos sindicatos filiados, como na citada greve nacional dos bancários. E o mesmo acontece quando o centro de decisão é um *comando-geral,* isto é, um organismo mais amplo do que as confederações — em alguns países constituído sob a forma legal de Confederação-Geral dos Trabalhadores. No Brasil, como exemplo da deflagração oriunda dêsse organismo — em nosso caso o Comando-Geral dos Trabalhadores, — temos as greves gerais, nacionais, de 5 de julho e de 14 de setembro de 1962.

3) Quanto à *extensão,* podemos classificar as greves em 6 tipos. Temos a greve de *setor,* isto é, que abrange apenas um setor dentro de uma emprêsa. Isso acontece quando a emprêsa é muito grande, a ponto de possuir setores isolados. A greve dos empregados de escritório das companhias de navegação Lóide e Costeira, em novembro de 1959, serve como exemplo. A greve de *emprêsa* compreende todos os trabalhadores de uma emprêsa. É a mais comum. Os exemplos são numerosos: Fábrica Nacional de Vagões, na Guanabara, em fevereiro de 1962), Estrada de Ferro Sorocabana (São Paulo, janeiro de 1962), Frigorífico de Nilópolis (Estado do Rio de Janeiro, agôsto de 1961), etc. etc. A greve de sindicato *abrange* todos os trabalhadores representados por um sindicato. A dos jornalistas de São Paulo (dezembro de 1961), dos moto-

ristas profissionais de Fortaleza (novembro de 1961), a nacional dos aeroviários (dezembro de 1961), etc. foram paredes sindicais, porque em cada uma delas os grevistas representavam um sindicato. Muitas vêzes uma greve é de emprêsa e sindical, ao mesmo tempo: quando o sindicato abrange os trabalhadores de uma só emprêsa, como é o caso da Estrada de Ferro Leopoldina, cujos empregados constituem um sindicato em separado dos demais empregados em emprêsas de estrada de ferro. Outras vêzes, uma greve sindical é, ao mesmo tempo, de setor: quando o sindicato abrange os trabalhadores de um só setor de uma emprêsa, como é o caso dos estabelecimentos da Petrobrás, onde os operários e os engenheiros têm sindicatos próprios. A greve de *categoria profissional* abrange todos os trabalhadores de uma só categoria profissional. Êste tipo corresponde à de federação ou confederação, tendo-se em vista que a federação ou a confederação deve englobar os trabalhadores de determinada categoria profissional. Assim, a greve dos bancários (outubro de 1961), dos aeroviários (dezembro de 1960), dos marítimos, portuários e ferroviários (novembro de 1960), etc. foram de categoria profissional: abrangeram todos os trabalhadores dessas categorias no Brasil. (1) Pode acontecer também que uma paralisação de categoria profissional seja ao mesmo tempo sindical: quando o sindicato (e não a confederação ou a federação) representa tôda a categoria profissional no País, como é o caso do Sindicato Nacional dos Aeroviários. A greve *regional* abrange todos os trabalhadores de uma região, de categorias diversas. A dos trabalhadores paulistas pela obtenção do abono de Natal, em dezembro de 1961, e a dos trabalhadores de Recife, contra os ataques à SUDENE pelo senador Argemiro de Figueiredo, também em dezembro de 1961, podem servir de

exemplo.(2) Finalmente, temos o tipo mais amplo, a greve *geral*. Podemos perceber, dentro de uma mesma unidade, que a greve de emprêsa é a ampliação da de setor, que a de sindicato nada mais é do que a de diversas emprêsas, que a de categoria profissional é apenas a de diversos sindicatos, enquanto a regional é a de diversas categorias. Do mesmo modo, a greve geral nada mais é do que a ampliação da greve regional para a escala nacional. Contudo, é comum ouvir-se falar em greve geral de uma categoria profissional ou de uma região: greve geral dos aeroviários, greve geral de Recife, etc. O emprêgo do têrmo "geral" aqui é apenas para significar que a parede foi *total*, unânime: foi total entre os aeroviários, foi total em Recife, etc. O têrmo "greve geral", empregado isoladamente, sem ligação a um setor, emprêsa, categoria ou região, tem sentido específico: o de greve nacional de tôdas as categorias profissionais.(3) Os exemplos de greve geral já foram bastante citados por nós: as de 5 de julho e de 14 de setembro de 1962.

4) Quanto aos *objetivos* das greves, distinguimos três tipos. O tipo mais comum é a greve de *reivindicação*, feita pelos trabalhadores com o intuito de só suspenderem a paralisação quando conseguirem aquilo que reivindicam. Tem, portanto, caráter imediatista: liga-se diretamente ao objetivo colimado. Tem também caráter de barganha: a greve é suspensa se a reivindicação fôr concedida. Outro tipo é a parede de *advertência*. Constitui, por assim dizer, uma *avant-première* da greve, pôsto que esta serve para mostrar que depois dela poderá seguir-se outra, caso a reivindicação dos trabalhadores não seja atendida. O terceiro tipo é a greve de *protesto*: protesto contra alguma decisão tomada, contra um ato consumado. Na verdade, todos os três tipos são greves de reivindicação: com elas

os grevistas pretendem obter alguma coisa, reivindicam algo. A diferença está em que, no primeiro tipo, a greve e a decisão patronal quanto à reivindicação vão juntas, enquanto a de advertência antecede à decisão e a de protesto é posterior à decisão. Por outro lado, enquanto a greve de reivindicação só é suspensa quando os trabalhadores são atendidos, não tendo, assim, duração predeterminada, as de advertência e de protesto têm prazo fixo, predeterminado. Como exemplos dêsses dois tipos, citamos a greve geral de 5 de julho, a ocorrida na Estrada de Ferro Leopoldina e a dos trabalhadores em padarias de Niterói (essas duas em dezembro de 1959), para advertir, respectivamente, quanto à formação de um govêrno nacionalista e democrático, e a diversas solicitações referentes a salário, jornada de trabalho e aumento de salário, tôdas três com duração de 24 horas; a greve dos empregados da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, de São Paulo, em abril de 1959, durante 48 horas, serviu como protesto contra os constantes atrasos de pagamento de salário, e a de Recife, de 24 horas, para protestar contra os ataques do senador Argemiro de Figueiredo à SUDENE (dezembro de 1961).

5) Estreitamente ligado aos objetivos, podemos classificar as greves quanto a suas *causas*. Na realidade, a causa e o objetivo interdependem: o objetivo não é mais do que a resposta à causa. Se a causa de uma paralisação de trabalho é a queda do salário real dos trabalhadores, o objetivo dela não é outro senão a elevação dêsse salário. Portanto, os tipos de greve que apresentaremos agora podem ser definidos também tendo por base seus objetivos. Só não o fazemos para não confundi-los com os tipos assinalados acima. Por outro lado, podemos considerar os tipos que apresentaremos agora como desdobramentos dos tipos apresentados acima: reivindicação de quê? advertência sôbre o quê? protesto contra quê? As mesmas respostas podem ser dadas às três perguntas, isto é, reivindica-se, adverte-se e protesta-se pelas mesmas razões. Essas razões, essas causas, nos permitem estabelecer 5 tipos de greve. E como voltaremos a êsse assunto no próximo Capítulo, ao examinarmos as causas das greves, limitar-nos-emos aqui a relacionar êsses tipos: a greve *econômica,* isto é, por motivos econômicos, como, por exemplo, aumento de salário ou recebimento de salários atrasados; a greve por melhoria das *condições de trabalho* — segurança, intensidade de tarefa, etc.; a que tem por motivo *razões administrativas* — contra diretoria da emprêsa, participação da direção; a greve de *solidariedade* — solidariedade a companheiros demitidos, à luta de outros trabalhadores; a greve *política,* que pode ter caráter tanto local quanto nacional ou internacional.

6) Finalmente, quanto à forma da greve, distinguimos uma diversidade de tipos, com base em vários aspectos. Temos as greves *pacíficas* e as *violentas.* O que dá o caráter de violência a uma parede é a presença da coação fisíca, seja por parte dos grevistas ou por parte dos patrões ou autoridades públicas. Esta coação se manifesta sob a forma de ameaças de agressão, da própria agressão, de prisões, etc. É de se notar que a violência, em geral, jamais se origina da parte dos grevistas — embora as máquinas de divulgação procurem insinuar o contrário. A fôrça dos grevistas está na paralisação da produção, jamais na violência.

Isto os trabalhadores já compreenderam há muito tempo. Os empregadores é que, quando não pretendem atender às reivindicações dos trabalhadores, não têm outro meio de obrigá-los a voltar a suas atividades a

não ser pela coação, quando lhes falha a capacidade de persuasão. E até hoje ninguém viu a polícia ou fôrças militares agredirem os patrões para obrigá-los a atender os trabalhadores; o que se vê freqüentemente é a polícia ou fôrças militares agredirem os trabalhadores para forçarem-nos a voltar a suas atividades, sob as ordens patronais.

Segundo o aspecto legal, temos as greves *legais* e as *ilegais* — assim definidas por um estatuto jurídico. No Brasil, êsse estatuto é o Decreto-Lei 9 070, de 15 de março de 1946, que, embora em contradição com a Constituição Federal, que lhe é posterior e assegura o direito de greve, continua sendo aplicado para caracterizar uma greve como legal ou ilegal. Por êsse Decreto-Lei não são permitidas as greves "nos serviços de água, energia, fontes de energia, iluminação, gás, esgotos, comunicações, transportes, carga e descarga, nos estabelecimentos de venda de utilidades ou gêneros essenciais à vida das populações, nos matadouros, na lavoura e na pecuária, nos colégios, escolas, bancos, farmácias, drogarias, hospitais, serviços funerários, nas indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional" (Art. 3º), sendo que o ministro do Trabalho pode incluir ainda outras atividades entre estas citadas (§1º do Art. 3.º). Como se vê, poucos são os setores que restam depois desta enumeração — reduzindo, assim, a quase nada o direito de greve assegurado pela Constituição. Pràticamente, os trabalhadores não reconhecem a vigência dêsse Decreto pôsto que quando se dispõem a fazer greve, fazem-na estando ou não incluídos entre êsses setores enumerados pelo Art. 3.º do Decreto n.º 9 070. Contudo, não desconhecem a importância dêsse Decreto, uma vez que é nêle (em sua classificação de greve legal e ilegal) que as autoridades se apóiam para

intervir nas greves, valendo-se dêle é que muita violência se comete contra os trabalhadores.

Quanto à atitude adotada pelos grevistas com relação à emprêsa, o tipo mais comum de greve é o *abandono da emprêsa*: os trabalhadores deixam de comparecer ao local de trabalho. Outro tipo é a greve de *braços cruzados*, ou greve de *braços caídos* ou greve *branca*, a que já nos referimos no Capítulo III, dando como exemplo a greve dos marceneiros e carpinteiros de uma fábrica de móveis do Estado da Guanabara, em janeiro de 1961. Neste tipo de greve, os trabalhadores comparecem ao local de trabalho mas não executam seu serviço, ou, pelo menos, como assinalam certos autores, reduzem a atividade ao mínimo, propositalmente. Para nós, essas duas formas constituem tipos diferentes de greve, porque, enquanto no primeiro caso (não-execução de serviço) os trabalhadores explicitam sua conduta, recusando-se a cumprir a tarefa, no segundo caso, embora haja restrição de produção, há realização da tarefa e nem sempre os trabalhadores, assim fazendo, dão a entender que o fazem propositadamente. Cabe ainda fazer referência a outro tipo de greve: o de excesso de zêlo, em que os trabalhadores executam suas tarefas com a máxima meticulosidade, dando como resultado a redução da produção. Assinaladas essas diversas formas de comportamento, é preciso, agora, fazer duas observações. Em primeiro lugar, como já registramos atrás (nota 6 do Capítulo III), não encontramos, em nossas pesquisas, nenhum exemplo de greve sob a forma de restrição de produção ou de excesso de zêlo. É possível que haja alguns exemplos, embora não os tenhamos encontrado. E, como já dissemos, a raridade ou inexistência dêsses tipos de greve pode perfeitamente ser explicada por sua pequena eficácia: a paralisação da produção afeta muito mais

intensamente os proprietários do que a simples diminuição da produção. Se com êsses dois tipos de greve os trabalhadores querem evitar os possíveis riscos apresentados pelos outros dois tipos (a de abandono e a de braços cruzados), pôsto que legalmente se não lhes pode acusar de estarem fazendo greve, já que estão realizando suas tarefas — se querem evitar riscos, repetimos, enganam-se, porque êstes procedimentos podem ser considerados faltas graves, que permitem a rescisão do contrato de trabalho sem qualquer indenização. Finalmente, a greve de abandono de serviço e a de braços cruzados são mais francas, mais diretas, mais de acôrdo com a prática de luta dos trabalhadores. Por seu turno, a preponderância da greve de abandono de serviço sôbre a de braços cruzados se deve, principalmente, a uma questão de segurança: na parede de braços cruzados (assim como na de restrição de produção e na de excesso de zêlo), os trabalhadores se expõem excessivamente à ação patronal. Não só às tentativas de persuasão, mas, principalmente, às ameaças e à coação; estando os trabalhadores em seus locais de trabalho, é mais fácil fazê-los executar suas tarefas do que no caso de estarem êles em outros lugares. Por último, na atualidade, a grande preponderância das greves de abandono da emprêsa se deve à tradição. Se antes tal preponderância se formou pela prática, em que se constatava sua maior eficácia, agora essa preponderância se deve, mais do que a qualquer outra coisa, à tradição, ao costume.

A segunda observação que pretendemos fazer se refere ao próprio conceito de greve: podemos classificar a redução voluntária da produção e o excesso de zêlo proposital como tipos de *greve*? Pelo conceito formal e preponderante, para o qual a greve é o abandono coletivo do serviço ([4]), estas duas formas de procedimento não se caracterizam como greve, mas sim como falta grave no trabalho. Contudo, podemos classificá-las como greve, tendo em vista que: 1) visam a forçar os empregadores a atender as reivindicações dos empregados; 2) alteram a produção; 3) são realizadas pelos trabalhadores; 4) são realizadas nos quadros das relações de trabalho.

Poderíamos encontrar, ainda, outros tipos, com base em alguns novos aspectos das greves. Quanto ao *êxito,* teríamos as greves vitoriosas e as perdidas; quanto à *organização,* as greves organizadas e as desorganizadas; e assim por diante. Contudo, parece-nos de pouca utilidade enumerar outros tipos, além dos já indicados.

2

Observamos as greves isolando nelas certos elementos: duração, extensão, origem, objetivos, causas, formas. Mas êstes elementos não se encontram isolados, é claro. Em tôdas as greves encontrâmo-los reunidos. O que varia são os tipos dêsses elementos e sua combinação. O modo como variam foi o que acabamos de ver, na parte anterior. Resta-nos, agora, ver a combinação dêsses tipos.

Importante é verificar a interdependência entre os tipos de diversos elementos. Na prática nem tôdas as combinações são possíveis. Por exemplo, uma greve política ou de solidariedade não é permitida por lei, é ilegal. A greve realizada por um setor de emprêsa, ou mesmo por tôda a emprêsa, dificilmente terá sido decretada pela federação, confederação ou por um comando-geral dos trabalhadores. A amplitude abrangida pela federação, confederação ou comando-geral não se coaduna com a reduzida extensão da greve de setor ou de emprêsa. A realidade mostra a estreita relação

entre o centro de decisão da greve e sua extensão. Por outro lado, dificilmente uma greve de protesto ou de advertência seria de longa duração; pelo menos até agora não tem sido. A greve de protesto e a de advertência, exatamente por não visarem imediatamente à obtenção de uma reivindicação, são decretadas por um período curto, quase que apenas como demonstração de fôrça. Onde também se nota esta inter-relação é na extensão e nas causas das greves. As de setor, emprêsa, sindicato são preponderantemente econômicas e dificilmente políticas. Vemos, pois, que podemos considerar os diversos tipos, dentro dos vários elementos, mais ou menos como variáveis interdependentes.

Outro aspecto importante a observar é a transformação dessas combinações de tipos, com o decorrer da história. Por exemplo, quanto às formas, preponderavam as greves violentas e ilegais. Vivíamos ainda um período rudimentar de democracia, quando qualquer movimento da classe operária era considerado ilegal e reprimido violentamente, quando, para empregarmos uma frase famosa (de Washington Luís), a questão social era um caso de polícia. Atualmente, a violência e a ilegalidade se apresentam com menor freqüência. Quanto à duração, as greves curtas eram mais habituais do que as longas, assim como ocorre em nossos dias. A diferença é que, naquela época, as greves eram breves mais como conseqüência de seu fracasso do que de seu êxito, enquanto, agora, ocorre o oposto. Quanto à origem, isto é, o centro de decisão, predominavam os grupos e os sindicatos; atualmente, dada a maior unidade da classe operária, as federações, confederações e comandos-gerais passaram a ter maior atuação. E as paredes eram quase que exclusivamente de emprêsas ou sindicais; na atualidade, tendem a ser mais extensas. Tendem a ser mais amplas com o crescimento in-

dustrial, de que resulta um operariado mais numeroso, com o crescimento das emprêsas, que passam a englobar mais empregados, concentrando-os, impondo-lhes a padronização dos salários e das condições de trabalho, de forma que os trabalhadores são afetados uniformemente. Também ligadas às transformações quantitativas e qualitativas da classe operária estão as mudanças nas causas das greves: o número das que ocorrem por motivos administrativos cresceu absoluta e relativamente.

Capítulo VI

CAUSAS DAS GREVES

1

Evidentemente, a causa das greves é apenas uma: a exploração do homem pelo homem, a exploração da classe operária pelos proprietários dos meios de produção. Esta é, sem dúvida, a *essência* do problema. Contudo, limitar-mo-nos a ela é incorrer em êrro idêntico ao de certos autores, que só vêem nas greves as causas imediatas, não compreendem (ou, se compreendem, não dizem) que as greves só têm sua razão de ser dentro de determinada estrutura econômico-social: o capitalismo.

Aqui só nos interessam as causas imediatas e particularizadas. Se a exploração do homem pelo homem, em determinada época histórica, explica a *existência* das greves, sòmente o exame de sua causas imediatas nos explica a *freqüência,* as *particularidades* e o próprio *grau de consciência da classe operária*. A pura constatação de que a greve se deve à exploração dos trabalhadores não nos mostra porque em determinada fase ou em determinado país as greves são mais freqüentes do que em outras fases ou em outros países. Não nos indica quais os estímulos que mais atuam no movimento grevista: se os estímulos econômicos, os estímulos de solidariedade, os políticos, ou outros quaisquer. Não nos mostra o grau de consciência da classe operária em relação à sua exploração, tendo-se em vista que êsse grau de consciência se reflete nas greves, e principalmente nas de determinados tipos e causas.

A greve, em seu aspecto negativo, é uma forma de reação dos trabalhadores à exploração; em seu aspecto positivo, é um trabalho que a classe operária realiza *para si*. Todavia, os trabalhadores não fazem greve apenas porque *compreendem que são explorados,* apenas porque *decidiram trabalhar para si*. Em forma imediata, os trabalhadores não fazem greve para reagir contra a exploração, para trabalharem para si. Não é contra a exploração em si, nem pelo trabalho para si, que os trabalhadores fazem greve. Se os trabalhadores fizessem greve contra *a* exploração de seu trabalho, viveriam em greve, pôsto que esta exploração é permanente. Se os trabalhadores decidissem trabalhar apenas para si, teriam de pôr abaixo a estrutura econômico-social vigente, uma vez que nesta estrutura trabalham para outros. Portanto, não é contra a exploração de seu trabalho, em têrmos absolutos, que o operário faz greve, nem é porque tenha decidido trabalhar para si, pois, em geral, não tem consciência de que, por meio da greve, está trabalhando para si.

O operário faz greve contra determinadas *formas* concretas de exploração, ou contra determinados *graus* concretos de exploração. Estas formas e êstes graus de exploração, sendo determinados e concretos, variam no tempo e no espaço. Atualmente, a classe operária faria greve se lhe quisessem impor uma jornada de trabalho de 10 horas, se lhe quisessem retirar o direito de associação, se tentassem implantar uma política fascista no País. No entanto, já houve época em que vigorou a jornada de 10 horas de trabalho, em que não

havia direito de assòciação, e época em que dominou a ditadura fascista do Estado Nôvo, e os trabalhadores não fizeram greves por sua causa. Sòmente a partir de determinado momento começaram a fazer movimentos paredistas por estas razões, e hoje os fariam inevitàvelmente. Por quê? Porque sòmente a partir daquele determinado momento é que a jornada de 10 horas, a ausência de direito de associação e a ditadura fascista passaram a constituir *estímulos* para a realização de greves.

Um fato passa a constituir *estímulo* para a realização de greves no momento em que a classe operária toma plena consciência de que tal fato é uma forma mais intensa ou um grau mais exacerbado de exploração. Esta tomada de consciência não cai do céu. É gerada històricamente, dentro de determinadas condições. Como no processo de condicionamento de reflexos, é condicionada pouco a pouco na classe operária, até que, em determinado momento, ao se apresentar o *estímulo* (o fato), o operariado entra a reagir.

Há também um processo de acumulação de estímulos, isto é, cresce cada vez mais o número de razões para as greves. E isto não porque aumente a exploração da classe operária, mas, sim, porque cresce sua fôrça e se intensifica sua consciência de classe. Assim, o que antes não era razão, passa a sê-lo: os trabalhadores incorporam mais um estímulo para greve. Por outro lado, embora sem perderem o caráter de estímulo, muitos fatos geradores de greve se vão tornando obsoletos, ou melhor, vão desaparecendo. Hoje, dificilmente um patrão pretenderia impor aos empregados um regime de mais de 48 horas de trabalho por semana, ou um govêrno tentaria abolir o direito de associação, etc. Portanto, êsses fatos estão pràticamente eliminados do conjunto de estímulos que levam os operários à greve.

O que, entretanto, não quer dizer que, surgindo tais fatos, os trabalhadores não respondam com a greve. Fazem-na, e com maior intensidade, porque a semana de 48 horas, o direito de associação, etc. já estão incorporados a seu patrimônio de conquistas.

Atualmente, no Brasil, quais os estímulos que levam os trabalhadores a reagir, ou, em outras palavras, quais as causas imediatas das greves? Como indicamos no Capítulo precedente, essas causas podem ser classificadas em: econômicas, condições de trabalho, administrativas, de solidariedade e políticas. Apesar da inexistência de estatísticas a êsse respeito, podemos afirmar que as greves econômicas constituem a grande maioria das greves no Brasil, seguidas pelas greves por condições de trabalho e de solidariedade, vindo depois as motivadas por questões administrativas e, por último, as de caráter político. (1)

Essas diversas razões nem sempre se encontram isoladas. Inúmeras greves são feitas por mais de uma razão, sejam do mesmo caráter (por exemplo, várias reivindicações econômicas), ou de caracteres diversos (por exemplo, reivindicações econômicas e por melhores condições de trabalho). Ilustrando, podemos citar algumas greves. Os 13 mil trabalhadores da Rêde Ferroviária do Nordeste, em sua greve de janeiro de 1961, apresentavam diversas reivindicações econômicas: salário-família, abono de Natal e enquadramento no Plano de Classificação. Os ferroviários da Leopoldina, em dezembro de 1960, exigiam aumento de salários e pagamento de atrasados. Os estivadores, em sua greve nacional, em outubro de 1960, apresentavam reivindicações de caracteres diversos: aumento de salário, direito de férias, volta das Caixas de Acidentes de Santos e Guanabara à administração de seus sindicatos. E os operários da Fábrica Nacional de Álcalis, em greve,

em março de 1961, fizeram nada menos de 7 reivindicações: readmissão de sete líderes sindicais, cumprimento do acôrdo salarial, pagamento da taxa de insalubridade, pagamento do abono-família, demissão do superintendente administrativo, construção da vila operária e maior auxílio do govêrno à emprêsa.

Para maior facilidade, porém, procuraremos encarar essas razões isoladamente.

2

As razões administrativas servem como exemplo de uma nova modalidade de estímulo às greves. Chamamos de *razões administrativas* os fatos que dizem respeito à administração da emprêsa. Por exemplo, os operários da Fábrica Nacional de Álcalis, na paralisação acima citada, apresentavam duas reivindicações administrativas: demissão do superintendente e maior auxílio do Govêrno à emprêsa. E podemos dar outros exemplos. Os trabalhadores do petróleo da Bahia, em sua greve de janeiro de 1962, exigiam uma direção nacionalista na Petrobrás. Essa greve, embora de caráter marcadamente político (pois visava a imprimir sentido político à direção da emprêsa), era também justificada por motivos administrativos, na medida em que influenciava na escolha do nôvo presidente da Petrobrás. Também a greve dos ferroviários do Ceará, em novembro de 1961, exigia o afastamento do diretor da emprêsa. Tais fatos, em certo sentido, são novos na história do movimento grevista no Brasil.

Que os operários façam greve como manifestação contra um ou vários membros da diretoria, ou contra tôda a diretoria, de uma emprêsa — até aí não há novidade alguma. Na verdade, tôda greve em uma emprêsa, devido a razões que se referem exclusivamente

aos trabalhadores dessa emprêsa, é um movimento contra a diretoria dessa emprêsa. Os operários não fazem greve contra as instalações, as máquinas, as mercadorias da emprêsa, nem contra si próprios. Fazem greve ùnicamente contra *um* elemento da emprêsa, a diretoria, porque é esta a responsável pelas razões que os levam à paralisação do trabalho e não as instalações, os elementos inanimados da emprêsa, como chegaram a crer os trabalhadores que outrora quebravam máquinas, na Inglaterra, nos primórdios da Revolução Industrial. E é a diretoria que êles podem convencer. Quando os trabalhadores fazem greve porque seu salário real diminuiu ou porque pioraram as condições de trabalho, não estão se rebelando contra o salário real ou contra as condições de trabalho, mas sim contra os patrões — de forma direta, contra a diretoria —, porque salário real e condições de trabalho são determinados por seus patrões, pela diretoria da emprêsa.

Abre-se então uma alternativa para os trabalhadores: ou exigem a substituição da diretoria ou exigem que essa mesma diretoria mude de atitude, isto é, aceite suas reivindicações. Normalmente escolhem êste último procedimento. Em regra, não poderia ser de outra forma, pelo fato de que a diretoria são os próprios donos da emprêsa. Não tem sentido exigir dos proprietários da emprêsa que substituam os proprietários da emprêsa, pois isto significaria exigir dêles que êles abandonassem sua propriedade. Aos trabalhadores resta apenas exigir que a diretoria mude de atitude. Em dois casos, porém, aos trabalhadores se apresenta a outra possibilidade: exigir a substituição da diretoria. Um dêles se dá quando existe pluralidade de proprietários, como, por exemplo, nas sociedades anônimas. Dada a pluralidade de proprietários, sempre haveria a possibilidade

de mudar uns por outros na diretoria da emprêsa. O outro caso ocorre quando há a separação entre a gerência e a propriedade da emprêsa, como acontece nas grandes sociedades anônimas. Embora os quadros superiores da emprêsa sejam quase inevitàvelmente preenchidos por proprietários, o conjunto da diretoria não é, necessàriamente, constituído apenas de proprietários. Em geral, os quadros médios e inferiores da direção são apenas assalariados. Funcionários categorizados, mas nem por isso deixando de ser assalariados. Tais quadros poderiam, portanto, ser substituídos. Nessas duas hipóteses, como vemos, a mudança da diretoria, ou na diretoria, é perfeitamente viável: não implica a eliminação dos proprietários. Êsse é o germe da greve administrativa: a possibilidade de mudança da ou na diretoria. E como essas grandes emprêsas são recentes no Brasil, apenas recentemente surgiu entre nós a possibilidade de greves por exigências administrativas.

Mas o problema não se esgota nessa observação. Há ainda dois aspectos mais atuais. Aspectos que resultam do caráter estatal de diversas emprêsas, e que explicam porque, atualmente, ocorrem mais greves de causa administrativa do que antes. Anteriormente, quando a generalidade das grandes companhias era constituída de emprêsas privadas, embora já houvesse o germe da greve por causas administrativas, esta se dava muito raramente. E isto tem fácil explicação: a mudança da diretoria pouco ou quase nada significava, porque a nova diretoria, ou seus novos membros, continuava executando as mesmas medidas de antes, subordinada aos mesmos proprietários, visando ao constante objetivo do lucro máximo, explorando os operários com igual intensidade. Na emprêsa estatal a diretoria está mais exposta às exigências dos trabalhadores, porque o proprietário da emprêsa — o Estado — está sujeito às

modificações impostas pelos trabalhadores. À medida que os trabalhadores tomam consciência dêste fato, mais tendem a procurar influir na direção da emprêsa estatal. É êste um fato que vem ocorrendo no Brasil: os trabalhadores cada vez mais sentem-se no direito de participar na direção da emprêsa que, por ser estatal, é também dêles. E uma das formas de participar é influir na escolha dos dirigentes. Ora, uma das maneiras de influir nessa escolha é a greve. Portanto, um dos aspectos atuais nas greves de causa administrativa é a consciência dos trabalhadores de que têm direito de participar na direção da emprêsa estatal. Assim sendo, quando constatam a existência de diretores contrários a seus interêsses, procuram substituí-los, podendo chegar à greve por tal objetivo.

O segundo aspecto atual da questão se refere aos novos interêsses dos trabalhadores, e é conseqüência direta do anterior. Em algumas greves de causa administrativa, nota-se que os trabalhadores estão voltados exclusivamente para seus interêsses como trabalhadores dessa emprêsa. Assim, exigem a substituição de um diretor quando êste exorbita nas suas relações com os operários, obriga-os a uma atividade estafante, persegue empregados, impõe um clima opressor, etc. Até aí nada de nôvo. O que há de nôvo é o fato de os trabalhadores defenderem a emprêsa, entrarem em greve no interêsse da emprêsa. Isto só tem ocorrido nas emprêsas estatais, e só ocorre porque os trabalhadores se sentem também responsáveis por essas emprêsas. A greve dos trabalhadores da Petrobrás, em janeiro de 1962, não teve outro sentido senão o de defender a emprêsa, exigindo que fôsse indicado para sua presidência um homem identificado com o movimento nacionalista, que não viesse a ceder aos grandes trustes internacionais do

petróleo, mas, pelo contrário, se empenhasse em fortalecê-la ainda mais. Também os operários da Fábrica Nacional de Álcalis, na greve de março de 1961, colocaram como uma de suas reivindicações o maior auxílio governamental à emprêsa, para que esta não entrasse em colapso.

Devemos observar, porém, que a mesma razão que leva os trabalhadores à greve (a defesa da emprêsa), outras vêzes os impede de fazê-la. Pelo menos assim tem sido na Petrobrás, a emprêsa estatal mais defendida pelos trabalhadores, pois foram êles que mais lutaram por sua criação e se empenham pelo seu progresso. Em qualquer divergência com a direção da emprêsa, sòmente em caso extremo recorrem à greve. Vemos, portanto, que a mesma razão que faz com que os trabalhadores exijam sua participação (direta ou através de pessoas de sua confiança) na direção da emprêsa, e que muitas vêzes os leva à greve para conquistarem êsse objetivo, atua também no sentido contrário à greve.

Por seu turno, a consciência adquirida pelos trabalhadores de que sòmente participando da direção é que conseguem eliminar, ou pelo menos reduzir, suas divergências com ela, reforça a disposição de participar da direção. Intensifica-se, assim, a causa administrativa da greve. Em outras palavras, para ficar bem claro nosso raciocínio: as causas da greve, qualquer que seja sua origem, resultam sempre das contradições entre os trabalhadores e os patrões (representados, numa emprêsa, pela diretoria). A forma de eliminar essas contradições, para os trabalhadores, é eliminar os patrões, ou, em têrmos mais restritos, é passarem êles, os trabalhadores, a constituírem a diretoria da emprêsa, ou, pelo menos, a participarem dela. Na medida em que

UNICAMP
Biblioteca - IFCH
917427

tomam consciência dêste fato, mais os trabalhadores intensificam a luta para participarem da direção da emprêsa e, conseqüentemente, maior número de greves tendem a fazer para atingirem êsse objetivo.

3

Se as greves de causa administrativa são exemplos de um nôvo tipo de parede no Brasil — que tende a crescer em importância e em número, à medida que se expandem as emprêsas estatais, a fôrça da classe operária e sua consciência de que também é proprietária dessas emprêsas —, as greves por condições de trabalho são exemplos de um velho tipo, que diminui em importância e em número.

Antes de buscarmos explicação para a diminuição em importância e em número dêste último tipo, vejamos o que entendemos por *condições de trabalho,* indicando alguns casos concretos. As condições de trabalho abrangem, dentro de uma emprêsa, a higiene, segurança, intensidade e forma das atividades, o horário de trabalho e de descanso, as relações pessoais entre empregados e empregadores, etc. A greve dos operários da Fábrica de Tecidos Bezerra de Melo, em Magé, em maio de 1959, serve como exemplo: os patrões queriam obrigá-los a tocar 4 teares, em lugar dos três que tocavam — queriam, portanto, aumentar a intensidade do trabalho — o que levou aquêles operários à greve, para resistirem a essa imposição. Uma das razões que levaram os ferroviários da Leopoldina a entrarem em greve, em dezembro de 1959, foi a exigência que faziam para regulamentar a jornada de trabalho. A greve geral de Santos, em julho de 1960, foi originàriamente motivada pela violação do direito de estabilidade por parte da diretoria do Moinho Inglês, que pretendeu

transferir 31 empregados estabilizados. Das razões que deram origem à greve geral dos estivadores, em outubro de 1960, duas se referem ao que chamamos condições de trabalho: reivindicavam os estivadores tanto o direito de férias como a administração de suas Caixas de Acidentes.

Tal tipo de greve era freqüente nas primeiras décadas do século, quando apenas se iniciava a industrialização no Brasil: ainda não havia legislação regulando as relações entre empregadores e empregados; os trabalhadores não tinham proteção da lei, vivendo subjugados às arbitrariedades patronais; nossos industriais ainda recorriam às formas primitivas de realização de mais-valia, ou seja, à exploração da fôrça de trabalho, que se traduziam principalmente na longa jornada de trabalho; os rudimentos da racionalização da produção na emprêsa mal começavam a chegar aqui. Tudo isto dava, em resultado, péssimas condições de trabalho: falta de segurança e de higiene, horário de trabalho extenso e com tempo mínimo de repouso, ausência de direito de férias remuneradas, nenhuma garantia contra acidentes e demissões arbitrárias, clima de opressão, etc. Aos trabalhadores só restava a luta contra esta situação, e uma das formas dessa luta era a greve. Assim é que a primeira e segunda décadas dêste século estão pontilhadas por paredes motivadas por essas condições de trabalho, principalmente as relativas à jornada de trabalho. Muitos exemplos dessas greves podem ser encontrados no livro de Hermínio Linhares (*Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil,* Rio de Janeiro, 1955).

Atualmente, poucas são as greves causadas pelas condições de trabalho, e mesmo estas têm pequena expressão no movimento paredista. Porque, em nossos dias, as condições de trabalho são bem melhores. Essa

melhoria se deveu não só à luta operária, mas também à racionalização do trabalho. Por um lado, a longa luta da classe operária por melhores condições de trabalho veio trazendo inúmeras conquistas nesse setor, acabando por serem reguladas por leis — do que é exemplo a Consolidação das Leis do Trabalho. Por outro lado, a racionalização da produção, que importamos dos países altamente industrializados, comportava (como ainda comporta, e em mais alto grau, na atualidade) novas condições de trabalho, mais favoráveis aos trabalhadores. Essas novas condições surgiram não só da compreensão por parte dos patrões de que a concessão de certas melhorias aos trabalhadores dava como resultado a elevação da produtividade, como, também, da luta operária para conquistá-las.

Portanto, podemos dizer que a melhoria das condições de trabalho resulta, atualmente (abandonando seus elementos históricos), de quatro fatôres: a legislação reguladora, a fiscalização oficial, a padronização da produção e o reconhecimento patronal de que a produtividade aumenta com as boas condições de trabalho. Assim, a legislação obriga os empregadores a manterem uma série de condições favoráveis aos trabalhadores. No caso de inexistência dessas condições, os trabalhadores não precisam recorrer à greve para obtê-las; basta-lhes apelar para o órgão competente do Ministério do Trabalho. E êsse órgão é obrigado a fiscalizar a existência dessas condições. Em terceiro lugar, inúmeras formas de atividade já estão padronizadas, e nessa padronização estão incorporadas certas condições de trabalho favoráveis aos operários. Finalmente, os próprios empregadores reconhecem que certas condições favoráveis aos empregados elevam a produtividade. Isto os leva a adotar tais condições em suas emprêsas. Dêsses fatôres resulta a liquidação e a diminuição de

inúmeros estímulos à greve, dando, como conseqüência, a redução do número de greves relativas às condições de trabalho.

Devemos observar, porém, que êsses fatôres atuam devidamente nas grandes e médias emprêsas, e mesmo nas pequenas emprêsas, desde que localizadas em grandes centros urbanos. Onde não atuam, ou atuam fracamente, como acontece nas pequenas emprêsas localizadas em pequenas cidades, outros fatôres concorrem no sentido de impedir a greve: os trabalhadores são insuficientemente fortes para recorrerem a ela, ou mesmo, o que é comum, nem têm consciência da situação anormal a que são submetidos. E na medida em que êsses fatôres vão sendo superados, isto é, na medida em que êsses trabalhadores se vão fortalecendo e adquirindo consciência de sua situação, os outros fatôres passam a atuar: aplica-se a legislação e fiscaliza-se, quando menos. Assim, torna-se cada vez menos necessário o recurso à paralisação para se obter melhores condições de trabalho e, portanto, diminui cada vez mais o número de greves dêsse tipo.

4

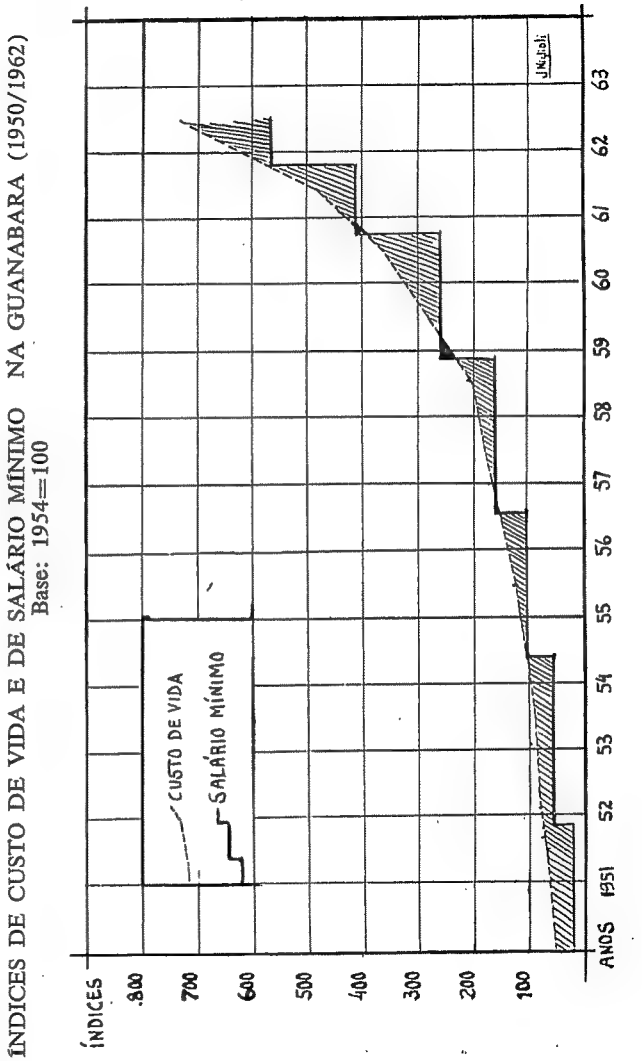
As greves econômicas são as mais constantes, constituindo a grande maioria no Brasil, não só agora, mas desde o início de nosso movimento operário. Por greves econômicas entendemos as que se referem a questões de salário. Apresentam-se sob diversas formas. A mais comum refere-se à reivindicação pura e simples de *aumento de salário,* como, por exemplo (para citarmos casos bem recentes, em 1962), a greve dos metalúrgicos, no fim de outubro, a dos trabalhadores em refinarias de açúcar e a dos gráficos, em princípios de novembro, tôdas em São Paulo, e visando a um aumento de 70%, e a dos gráficos da Guanabara, na metade de

novembro, por aumento de 55% de salário. Em segundo lugar, as greves que são realizadas para *recebimento de salários atrasados*: a dos marítimos, em janeiro de 1962, as dos funcionários municipais de Mandaguari (Paraná), Volta Redonda e Belo Horizonte, tôdas três em dezembro de 1959, etc. As greves para *recebimento de aumento de salário já concedido*: a dos servidores da prefeitura de Nilópolis (Rio de Janeiro), em maio de 1961, a dos ferroviários da Leopoldina, em janeiro de 1961, etc. As greves para *classificação* ou *reclassificação de cargos,* do que resulta elevação de salário: a dos ferroviários do Nordeste, em janeiro de 1961, a dos operários navais do Lóide e da Costeira, em novembro de 1959, etc. As greves para *equiparação com outros grupos,* do que também resulta elevação do salário: a dos trabalhadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em abril de 1959, para equiparação de salário ao dos ferroviários das estradas do Estado; a dos marítimos, portuários e ferroviários, pela conquista de paridade de vencimentos com os militares. As greves por *remunerações extras,* tais como abono, salário-família, taxa de insalubridade, etc.: a dos trabalhadores de São Paulo, em dezembro de 1961, por abono de Natal; a dos ferroviários do Nordeste, em janeiro de 1961, por abono e salário-família (além de enquadramento no Plano de Classificação), etc. Excetuando as greves para recebimento de salários atrasados e para recebimento de aumento já concedido, todos os demais tipos visam à obtenção de melhorias salariais. Os salários já fixados ou os aumentos já concedidos são vitórias conseguidas, vitórias passadas.

As greves para recebimento de salários atrasados resultam, em sua maioria, das más condições financeiras dos empregadores, não importando as razões dessas más condições, enquanto as greves para recebimento de

aumento de salário já concedido (ou melhor, já *obtido*) derivam ou também dessas más condições ou da relutância patronal em pagá-los. Contudo, nos outros tipos de greves econômicas, a causa dominante é a inflação, o aumento acelerado do custo de vida. Nesse sentido, as greves deixam de dar aos trabalhadores salário real mais elevado, para dar-lhes apenas salário real correspondente ao salário real existente no período anterior. Nesse sentido, as greves deixam de ter caráter *progressivo* (para usarmos da terminologia adotada no Capítulo III), para ter apenas caráter *conservativo*. Portanto, os aumentos de salário *nominal* obtidos pelos trabalhadores servem sòmente para conservar seu salário *real* no mesmo nível.

O gráfico que se segue ilustra bem o que dissemos. Nêle registramos o desenvolvimento do custo de vida (isto é, do preço das diversas utilidades empregadas na alimentação, vestuário, aluguel, em móveis e utensílios, farmácia e higiene, serviços pessoais e serviços públicos), representado pela curva (linha) pontilhada, e o desenvolvimento do salário mínimo, representado pela curva (linha) cheia — a partir de 1950, no Estado da Guanabara.(2) Atribuímos tanto ao salário mínimo como ao custo de vida, em 1954, o índice 100, para igualá-los. Com isto supomos que o salário mínimo, em 1954, correspondia, *efetivamente*, ao nível de vida mínimo. A partir daí calculamos os índices de custo de vida e de salário mínimo dos anos anteriores e dos anos posteriores. O resultado está representado no gráfico: o índice do custo de vida está sempre acima do índice do salário mínimo, excetuando os breves momentos que se seguem à decretação dos novos salários mínimos, quando êstes atingem ou mesmo ultrapassam um pouco o nível de vida. Êstes momentos estão assinalados no gráfico: julho/agôsto de



1956, dezembro de 1958 a abril de 1959, outubro/novembro de 1960 e outubro de 1961. Os espaços negros, acima da curva do custo de vida, representam os breves períodos e a pequena proporção em que o salário mínimo é superior ao custo de vida. Os espaços tracejados, abaixo da curva do custo de vida, representam os longos períodos e a grande proporção em que o custo de vida é superior ao salário mínimo. Em outras palavras, os espaços negros representam a elevação do *salário real,* do *nível de vida,* dos trabalhadores; os espaços tracejados representam a diminuição do *salário real,* do *nível de vida,* dos trabalhadores.

Portanto, podemos dizer que os trabalhadores (para usarmos a linguagem do gráfico) fazem greve por aumento de salário para *diminuir os espaços tracejados,* ou, em linguagem mais correta, para *conservar ou elevar seu salário real.* E quanto mais se eleva o custo de vida, mais intenso se torna o movimento dos trabalhadores para obterem aumento de salários. É nesses momentos que cresce o número de greves econômicas.

Suponhamos que o salário mínimo decretado em outubro de 1960 (Cr$ 9 600) correspondeu ao nível de vida mínimo. ([3]) Assim: salário mínimo = custo de vida. Ou: salário mínimo = 100 e custo de vida = = 100. A partir daí, enquanto o salário mínimo se manteve fixo, isto é, igual a 100, o custo de vida foi aumentando. Passou a 103 em novembro ([4]), a 106 em dezembro, e, em setembro de 1961, mês anterior ao da decretação de nôvo salário mínimo, o índice de custo de vida era de 132, isto é, 32% mais elevado do que em outubro de 1960. Ou, o que é a mesma coisa, em setembro de 1961 o salário mínimo era de 32% mais baixo do que em outubro de 1960. Tendo-se em vista que seu salário mínimo, quando foi decretado, em outubro de 1960, correspondia ao nível de vida *mínimo,* como podemos supor que, em setembro de 1961, os trabalhadores pudessem viver com seu salário mínimo diminuído em 32%, isto é, com um nível de vida 32% inferior ao *mínimo*? De que viviam êles? De esmolas? Certamente que não. Viviam graças aos aumentos de salário que obtiveram através de sua luta (da qual a greve é uma forma) para compensar essa diminuição do salário mínimo. Até que em outubro de 1961 conseguiram a decretação de um nôvo salário mínimo (Cr$ 13 440), 40% mais elevado do que o anterior. E já nesse mês o custo de vida era de 138 (38% mais elevado do que em outubro de 1960). Portanto, o nôvo salário mínimo representou uma elevação de apenas 2% sôbre o custo de vida, isto é, um aumento *efetivo* de apenas 2% no salário real, elevação esta que desapareceu logo no mês seguinte, quando o custo de vida passou a 146. E continuou a crescer, crescendo com êle o número de greves econômicas.

5

As greves de solidariedade têm, sempre, *originàriamente,* uma razão diferente da própria solidariedade. Isto é, as greves dêsse tipo estão sempre ligadas a uma ou mais razões de outra ordem. Implicam a existência de dois grupos de trabalhadores: um que reage (seja sob a forma de greve ou não) a um estímulo *original,* ligado a uma razão econômica, administrativa, de condição de trabalho ou política; outro, que reage (sob a forma de greve) ([5]) ao estímulo da solidariedade ao primeiro grupo. Essa consideração é indispensável para compreender o motivo e o próprio resultado da greve de solidariedade. Portanto, se nos outros tipos de greve ela corresponde, em sentido in-

verso, ao fato que lhe deu origem, na de solidariedade tal não acontece: êsse tipo não corresponde à afirmação da solidariedade em oposição à sua negação, mas à afirmação da solidariedade em oposição a um estímulo econômico, administrativo, de trabalho ou político. Vejamos um exemplo: em outubro de 1960 os estivadores de todo o País entraram em greve, reivindicando aumento de salários, direito de férias e administração própria de suas Caixas de Acidentes — êstes foram os estímulos originais. A Federação Nacional dos Portuários, que nada tinha de específico a reivindicar, determinou que seus 42 sindicatos filiados entrassem em greve de solidariedade aos estivadores. Enquanto êstes faziam greve de caráter econômico e por melhores condições de trabalho, os portuários a fizeram por solidariedade aos estivadores. E o resultado da greve foram as conquistas daquelas reivindicações, que beneficiaram os estivadores. Os portuários nada conquistaram, a não ser, talvez, a solidariedade dos estivadores para quando fôr necessário.

A unidade se manifesta sob diversas formas e entre os mais variados grupos. A solidariedade por meio da greve não é a única forma de manifestação solidária, nem mesmo a mais usual. Um grupo de trabalhadores manifesta seu apoio a outro grupo não só comunicando-o a êste grupo, mas, principalmente, declarando-o pùblicamente, enviando mensagens e comunicados aos órgãos de divulgação e às autoridades. Outras vêzes auxiliam com dinheiro, fazem passeatas, comícios, etc. E a solidariedade se dá entre grupos da mesma emprêsa ou de emprêsas diversas, da mesma categoria profissional ou de categorias diversas, da mesma classe social e até de classes diferentes, ou ainda no plano internacional. Em janeiro de 1961, os ferroviários da E.F. Leopoldina fizeram greve: uma parte

dêles para recebimento de salários atrasados, outra parte em solidariedade aos primeiros. No dia 24, a greve começou pelos ferroviários da cidade de Campos, estendendo-se depois a outras áreas do Estado do Rio, Minas Gerais e Espírito Santo. No dia 25, os ferroviários das cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Petrópolis — que já tinham recebido seus salários — aderiram à parede em solidariedade aos companheiros que lutavam para receber. No Estado de Santa Catarina, em maio de 1959, os trabalhadores das minas de carvão de Cresciúma, Urussanga e Lauro Müller deflagraram greve por melhores salários. Contudo, a paralisação do trabalho em nada afetava a indústria, pôsto que havia grande quantidade de carvão estocado e seu escoamento ocorria normalmente pelo pôrto de Imbituba, para o qual era levado pela Estrada de Ferro Dona Teresa. Assim, os patrões se mantinham indiferentes ante o movimento e a situação dos grevistas. Os trabalhadores das minas apelaram para a solidariedade dos ferroviários da E. F. Dona Teresa, que aderiram à greve. Com isto, conseguiram o atendimento de suas reivindicações.

Como vemos, muitas vêzes a vitória dos grevistas depende da solidariedade de outros trabalhadores. Foi o que aconteceu também no caso dos operários navais das companhias Lóide e Costeira, em Niterói, em fins de 1959. Êsses operários estavam em paralisação desde o dia 13 de outubro, pleiteando a aprovação do "Quadro de Carreira", regularizando sua profissão, e, juntamente com os marítimos, exigiam a aprovação de um temário com diversas reivindicações, havendo já uma greve marcada para o dia 11 de novembro a fim de obterem a aprovação dêsse temário. O Conselho da Federação dos Marítimos, percebendo que as autori-

dades tendiam a aprovar sòmente o "Temário de Reivindicações", deixando os operários navais isolados no movimento pela conquista do "Quadro de Carreira", decidiu que a paralisação do dia 11 de novembro só seria evitada se também fôsse aprovado êsse "Quadro", e chegou mesmo a cogitar de antecipar sua greve em solidariedade aos operários navais, que, já nessa altura dos acontecimentos, contava também com o apoio de diversos sindicatos. Para os operários navais foi decisiva a solidariedade dos outros trabalhadores, a fim de conseguirem a aprovação do que reivindicavam.

A solidariedade pode manifestar-se mesmo entre grupos normalmente antagônicos. Isto foi o que aconteceu na greve nacional pela paridade, em novembro de 1960, quando os policiais chegaram a auxiliar os grevistas no Rio de Janeiro: "Na greve nacional pela paridade de vencimentos entre os servidores civis e militares, o movimento de solidariedade chegou a assumir aspectos curiosos. Policiais cariocas, dentre êles os mais conhecidos caçadores de grevistas, chegaram a auxiliar a ação dos piquêtes de paralisação, embora tivessem a missão de dissolvê-los. É certo que ali estavam em jôgo seus próprios interêsses de funcionários civis que, como tais, torciam pela vitória do movimento dos marítimos, portuários e ferroviários, que lhes viria beneficiar, como de fato os beneficiou. Foi, evidentemente, a comunidade de interêsses que levou agentes da polícia política e social a se solidarizar com os grevistas e a se insubordinar, embora de maneira velada, contra as ordens do Govêrno." (Nílson Azevedo, "Nota Sindical" de *Novos Rumos* de 27/1/1961.) Por seu turno, os soldados da Fôrça Pública do Estado de São Paulo, em sua greve, em janeiro de 1961, contaram com o apoio geral dos sindicatos de trabalhadores dêsse Estado, que chegaram a promover uma con-

centração popular e uma passeata pelo centro da cidade de São Paulo.

Encontramos manifestações de apoio mútuo entre grupos de classes sociais distintas. Os operários do Lóide e da Costeira, na greve de que já falamos, contaram com a colaboração dos comerciantes da cidade, que lhes enviaram gêneros alimentícios. Os servidores municipais da cidade de Macaé, em sua greve de janeiro de 1960, para recebimento de doze meses de salários atrasados, contaram com a solidariedade da burguesia local. Por seu lado, a classe operária apóia diversos movimentos de camadas ou grupos da burguesia. O *lockout* dos comerciantes de Alagoas, contra a coação do fisco estadual, contou com a inteira solidariedade dos trabalhadores. Quando os triticultores gaúchos paralisaram suas atividades durante 11 dias, em abril de 1960, contra a política federal desfavorável à triticultura nacional, contaram com o apoio dos trabalhadores.

Encontramos também manifestações de solidariedade internacional. Com relação à Revolução Cubana, temos numerosos exemplos. (Contudo, é muito rara a existência de greves, no Brasil, por motivo de solidariedade internacional.) Em junho de 1960, quando os Estados Unidos deixaram de comprar açúcar de Cuba, aumentando a cota de açúcar comprado do Brasil, os marítimos, portuários e estivadores chegaram a ameaçar de boicote qualquer embarque dêsse gênero alimentício daqui para os Estados Unidos. Também em outubro de 1962, êsses trabalhadores ameaçaram não atender a qualquer navio norte-americano aportado no Brasil, como forma de manifestar solidariedade ao povo cubano, contra o bloqueio aeronaval de Cuba pelos Estados Unidos. Mas nem no primeiro nem no

segundo caso foi necessário pôr em prática essas medidas, nem muito menos apelar para greves.

Êsses exemplos nos mostram vários tipos de solidariedade. Mostram-nos também diversos tipos de estímulos *originais*. Como dissemos, êstes reduzem-se a fatos econômicos, administrativos, políticos ou relativos às condições de trabalho. Porém, que é que gera a manifestação de solidariedade, qual sua causa? De modo geral, podemos dizer que sua causa é o interêsse comum entre as partes solidárias. Todavia, isto só não basta. As consonâncias entre trabalhadores e policiais, entre trabalhadores e comerciantes, entre grupos de trabalhadores são, certamente, tipos diversos de união, embora todos se expliquem pelos interêsses comuns. O que distingue êsses tipos são exatamente êsses *interêsses comuns*. Para nos exprimirmos em têrmos simples: enquanto entre classes sociais diferentes ou entre grupos antagônicos os interêsses são comuns apenas temporária e acidentalmente, dentro de uma classe ou de um grupo os interêsses são permanentemente comuns e representam características próprias dessa classe ou dêsse grupo. Os policiais se uniram aos trabalhadores, na greve pela conquista da paridade de vencimentos entre civis e militares, sòmente porque se beneficiariam com essa paridade e estavam, portanto, interessados em que a lei da paridade fôsse aprovada. *Naquele momento* e *naquele caso* tinham os mesmos interêsses que os trabalhadores. Quando os trabalhadores apoiaram os triticultores na luta contra a política governamental, defendiam também seus próprios interêsses, porque defendiam os interêsses nacionais. Porém, o *comum* é vermos os policiais se colocarem, como grupo, contra a luta dos trabalhadores, e os trabalhadores, como classe, se oporem aos triticultores, que constituem parcela da classe dominante, como proprietários dos meios de produção. Entre os trabalhadores, êsses interêsses comuns são permanentes. Um grupo de trabalhadores apóia outro grupo de trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho ou por melhores salários porque isto representa melhores condições de trabalho ou melhores salários para a classe operária como um todo. Os grupos de trabalhadores têm interêsses comuns permanentes porque pertencem a uma mesma classe social. Enfim, a solidariedade entre os trabalhadores é uma *solidariedade de classe,* entre grupos e camadas com idênticas posições no sistema social de produção, submetidos da mesma forma à exploração de seu trabalho, dependentes de salário, com idênticas formas de vida, idênticos ideais, etc. E quando os operários apoiaram os soldados da Fôrça Pública, embora êstes, como grupo estruturado, se oponham à luta operária (são pagos para isto, entre outras coisas), não estavam apoiando um grupo que lhes é antagônico, mas sim uma parcela da própria classe operária, visto que, em têrmos de classe, êssses soldados fazem parte da classe operária.

6

São raríssimas as greves políticas na história do movimento operário brasileiro. Podemos apenas citar uma ou outra, como a greve dos ferroviários da E. F. Central do Brasil, em 1891, apoiando a revolta da esquadra contra Deodoro.(6) Ou, ainda, uma greve em 1918, que visaria à tomada do poder político pela classe operária.(7)

A partir dos últimos meses de 1961, porém, registraram-se diversas greves políticas. A primeira ocorreu nos dias finais de agôsto daquele ano, por ocasião da renúncia do Presidente Jânio Quadros e visava a se opor à possível pressão militar que teria motivado a

renúncia e, depois, à efetiva pressão militar que tentava impor uma ditadura de direita no País. Em dezembro de 1961, deu-se a greve geral de Recife, em protesto contra os ataques políticos à SUDENE. Em janeiro de 1962, os trabalhadores da Petrobrás entraram em greve, exigindo uma diretoria nacionalista na emprêsa. Finalmente, em julho e em setembro de 1962, houve as duas greves gerais, nacionais, em defesa de um govêrno nacionalista e democrático. As greves em defesa da SUDENE e da Petrobrás tiveram caráter limitado: a primeira foi local, a segunda de uma só categoria profissional, ou melhor, de uma parte dessa categoria. Por seu turno, em agôsto de 1961, não houve pròpriamente *uma* greve, mas diversas greves, mais ou menos desordenadas, de algumas categorias profissionais em alguns Estados. Na verdade, o surgimento inesperado da crise política nacional e a inexistência de um comando central dos trabalhadores impediram que essas greves fôssem deflagradas de maneira organizada e mais amplamente. Mesmo assim, atingiram grandes camadas de trabalhadores e seus efeitos se fizeram sentir contra a tentativa golpista e fascista dos três ministros militares e das fôrças que os apoiavam.

Dêsse conjunto de recentes greves políticas, destacam-se as greves de 5 de julho e de 14 de setembro de 1962, tanto pelo caráter nacional, englobando número muito maior de trabalhadores (em proporções jamais atingidas no Brasil, anteriormente), como pela organização e pelo objetivo. Juntamente com as greves de agôsto de 1961, formam o conjunto de greves que realmente se destacam por seu caráter político, visando diretamente ao *poder político* do Estado brasileiro. Contudo, enquanto as greves de agôsto de 1961 foram apenas reações espontâneas contra uma situação confusa, de início, e contra uma clara tentativa de golpe político-militar, depois, as greves gerais de julho e setembro de 1962 foram deflagradas com objetivos precisos, organizadamente. Destaquemos, portanto, essas greves gerais.

A que visavam os trabalhadores com essas greves? Com relação à primeira, as exigências gerais estão contidas no programa de 18 pontos, elaborado, em 22 de junho de 1962, pela Federação Nacional dos Estivadores, Federação Nacional dos Marítimos, Federação Nacional dos Portuários, Federação Nacional dos Ferroviários, Federação Nacional dos Gráficos, Federação Nacional dos Arrumadores, União dos Portuários do Brasil e Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Guanabara, e debatido e aprovado por diversas organizações sindicais em vários Estados, programa êste que foi apresentado ao Govêrno. Eis suas reivindicações:

1) Luta concreta e eficaz contra a inflação e a carestia, mobilizando todos os meios de transporte para a condução de gêneros essenciais dos centros produtores para os consumidores, chegando-se, se necessário, até ao confisco dos estoques existentes;

2) Reforma agrária radical e, de imediato, reconhecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais;

3) Reforma urbana como única solução para o problema da casa própria;

4) Reforma bancária, com a nacionalização dos depósitos;

5) Reforma eleitoral, com direito de voto aos analfabetos, aos cabos e soldados das Fôrças Armadas e a instituição da cédula única para as eleições de 7 de outubro;

6) Reforma universitária e a participação de 1/3 de estudantes nas Congregações, Conselhos Departamentais e Conselhos Universitários;

7) Ampliação da atual política externa do Brasil, pela conquista de novos mercados, em defesa da paz, do desarmamento total e da autodeterminação dos povos;

8) Repúdio e desmascaramento da política financeira do Fundo Monetário Internacional;

9) Aprovação da lei que assegure o direito de greve, nos têrmos do projeto aprovado pela Câmara Federal, com as emendas propostas e já aprovadas pelos trabalhadores em suas conferências e congressos;

10) Encampação, com tombamento, de tôdas as emprêsas estrangeiras que exploram os serviços públicos;

11) Contrôle na inversão de capitais estrangeiros no País e limitação da remessa de lucros;

12) Participação de trabalhadores nos lucros das emprêsas;

13) Revogação de todo e qualquer acôrdo lesivo aos interêsses nacionais;

14) Fortalecimento da Petrobrás com o monopólio estatal da importação de óleo bruto, da distribuição de derivados a granel, da indústria petroquímica e a encampação das refinarias particulares;

15) Medidas concretas e eficazes para o funcionamento da Eletrobrás;

16) Criação da Aerobrás, instituindo o monopólio estatal na aviação comercial;

17) Manutenção das atuais autarquias que exploram o transporte marítimo, assegurando-se-lhes o percentual de 50% das cargas transportadas, na importação e exportação, às embarcações mercantis nacionais;

18) Aprovação da Lei que institui o pagamento do 13.º mês de salário.

Quanto à segunda greve geral, os trabalhadores apresentavam 10 exigências mínimas, constantes das resoluções do IV Encontro Sindical Nacional, realizado em agôsto de 1962. São as seguintes:

1) Aumento de 100% nos salários mínimos, com manutenção da hierarquia salarial para os demais trabalhadores;

2) Plebiscito a 7 de outubro de 1962;

3) Revogação da Lei de Segurança Nacional;

4) Reforma da Lei Eleitoral, sem discriminação de candidaturas e voto para os analfabetos e soldados;

5) Aprovação do projeto de lei de greve, conforme trabalho originário da Câmara dos Deputados;

6) Imediato enquadramento e readaptação de todos os servidores públicos independentemente dos estudos do DASP;

7) Reforma agrária radical, que dê terras e meios aos camponeses;

8) Rejeição do projeto de reforma bancária, de autoria da Comissão Especial da Câmara, e delegação de podêres ao Conselho de Ministros para proceder a essas reformas e a tôdas as outras necessárias à emancipação econômica do País;

9) Congelamento imediato dos preços dos gêneros de primeira necessidade, com intervenção no mercado produtor e retalhista;

10) Salário-família.

Numa palavra, com êsses dois programas os trabalhadores pretendiam a própria mudança do Govêrno: a transformação de um Govêrno conservador, atado aos compromissos com as fôrças imperialistas e latifundiárias, em um govêrno que adotasse medidas nacionalistas e populares. Em julho, os trabalhadores pretendiam conseguir êsse govêrno não pela imposição direta daqueles 18 pontos, mas pela formação de um Conselho de Ministros que se comprometesse a atendê-los. Assim, diretamente, lutavam pela constituição dêsse Conselho e, mais particularmente, pela aprovação de um Primeiro-Ministro que contava com seu apoio. Então, através dêsse Primeiro-Ministro e dêsse Conselho, contavam alcançar seus objetivos. Em setembro, os trabalhadores pretendiam alcançar êsse govêrno, não pela formação de um nôvo Conselho, mas pela imposição direta, ao Conselho e à Câmara existentes, de suas reivindicações. E já compreendiam, entretanto, que o regime parlamentarista, com a Câmara existente, era um entrave às reformas que exigiam, razão por que passaram a apoiar a campanha do Presidente da República pela volta ao presidencialismo. Portanto, incluíram em seu programa a exigência do plebiscito para a escolha do regime de govêrno. E a razão imediata que levou os trabalhadores à greve, em julho, foi a recusa da maioria da Câmara em aprovar o nome do Sr. San Tiago Dantas, apoiado pelos trabalhadores para o pôsto de Primeiro-Ministro, ao mesmo tempo

em que essa maioria manobrava no sentido de formar um Conselho de Ministros conservador, contrário às reformas de base. A greve decretada pelos trabalhadores, por 24 horas, teve caráter de advertência contra essas manobras realizadas pelos dirigentes dos Partidos majoritários. Em setembro, teve um caráter reivindicativo, por tempo indeterminado. O Comando-Geral dos Trabalhadores dera um prazo ao Congresso e ao Govêrno em geral para que atendessem suas reivindicações, contidas no Programa de 10 pontos. Como não foram atendidos, às 12 horas do dia 14 foi deflagrada a greve, que terminou no dia 16, com a vitória parcial dos trabalhadores. Parcial no sentido de que as reivindicações não foram atendidas em totalidade. Contudo, representou, tanto quanto a primeira greve geral, um grande passo no fortalecimento da classe operária e da luta antiimperialista, antilatifundiária e pelas reformas populares.

A ánalise das greves feita pelo próprio Comando-Geral dos Trabalhadores é bastante útil para a compreensão de suas razões, do significado e dos resultados delas. Por isso, transcrevemos em seguida seus dois manifestos, lançados depois do movimento. O primeiro se refere à primeira greve geral e tem a data de 5 de julho de 1962:

A Classe Trabalhadora alcançou grandiosa vitória ao realizar pela primeira vez na história do movimento sindical brasileiro, uma greve geral em todo o território nacional. O dia 5 de julho, data da afirmação da luta libertadora, já agora se tornará, também, uma data histórica do proletariado brasileiro, que reúne em tôrno de sua ação as fôrças progressistas de nosso povo.

Nosso movimento, conforme reiteradas manifestações anteriormente dadas a público, tem objetivos claros e definidos, consubstanciados nos itens do programa que apresentamos à Nação, para cuja realização consideramos imperiosa a constituição de um govêrno democrático e nacionalista. Neste propósito, forçoso é reconhecer que nossa greve de 24 horas

constituiu firme e serena advertência aos quadros dirigentes do País, do amadurecimento político e progressiva tomada de consciência da classe trabalhadora. Demonstramos, de maneira inequívoca, que os trabalhadores, como também os demais setores patrióticos do povo brasileiro — civis e militares — que não estão dispostos a assistir passivamente aos jogos de interêsse que, em seu nome, são feitos na defesa de grupos nacionais e estrangeiros que exploram a nação brasileira. Demonstramos, na prática, que a Classe Trabalhadora é hoje uma fôrça organizada e independente, disposta a lutar com tôdas as camadas sociais de nosso povo para tornar efetivas as reformas de base, consolidar e ampliar as liberdades democráticas e sindicais, defender e ampliar a política externa que vem sendo executada. Por isso mesmo não silenciamos sôbre as violências praticadas contra grevistas e populares que pacìficamente defendiam suas prerrogativas democráticas, exigindo que sejam imediatamente libertados os que sofreram atentados à sua liberdade, bem como punidas aquelas autoridades que cometeram essas violências e, até mesmo, assassinaram populares em via pública.

A formidável demonstração de unidade e combatividade dada pelos trabalhadores, que já se haviam pronunciado pela greve em suas Assembléias Sindicais, foi a melhor resposta que se poderia dar aos pronunciamentos golpistas, antidemocráticos e antipopulares dos conhecidos agentes do latifúndio e do capital estrangeiro em nossa terra.

Obtidos êsses resultados imediatos, resolvemos determinar a suspensão da greve às 24 horas de hoje, dia 5, em todo o território nacional. Com esta trégua que concedemos, apontamos às fôrças progressistas as amplas perspectivas da formação do govêrno democrático e nacionalista que reclama a Nação.

Não discutimos, agora, a forma de govêrno — parlamentarismo ou presidencialismo. Num ou noutro, o que exige o Povo brasileiro — e os trabalhadores como sua parcela combativa — é um govêrno que seja capaz de realizar as reformas indispensáveis ao País e, de imediato, adotar medidas práticas e eficazes contra os sonegadores dos gêneros alimentícios e a fome que atinge os lares brasileiros.

Como está claro, nossa luta não terminou. Impõe-se, portanto, que tôdas as organizações procedam ao imediato exame de sua atuação na presente greve, corrijam as possíveis falhas constatadas, reforcem o comando e a mobilização de suas fôrças e permaneçam atentas ao desenvolvimento político do País, de forma a podermos, com presteza e eficiência, voltar

a cumprir o patriótico papel que nos está destinado, caso as condições assim o determinem.

Companheiros:

Devemos manter bem nítido em nosso pensamento o sentido de nossa luta grevista. Cada um de nós soube honrar a Classe Trabalhadora e saberemos continuar sendo dignos combatentes nesta luta pelos objetivos e programa de nossa heróica e vitoriosa GREVE GERAL!

O segundo é datado de 16 de setembro de 1962 e se refere à segunda greve geral:

Fomos mais uma vez à greve. De Norte a Sul, em todos os rincões de nosso País, os trabalhadores desfraldaram a bandeira de sua grande arma — a Greve.

Fomos à greve, principalmente, para lutar contra a ação criminosa das fôrças pró-imperialistas e latifundiárias, os entreguistas que dominam as cúpulas de certos partidos, da maioria parlamentar que impede as reformas profundas que todos os brasileiros exigem. Reclamávamos a realização do plebiscito junto às eleições gerais porque achamos que o povo é que deve escolher as formas institucionais que julgar convenientes.

Realizamos êsse grande movimento de unidade, numa demonstração política que pôs a classe trabalhadora como a fôrça mais expressiva e mais decisiva na sociedade brasileira. Fomos à greve para exigir a efetivação de soluções reais de problemas que tanto angustiam e afligem o povo: combate à exploração e à miséria, pela imediata elevação de 100% no salário mínimo e majoração de todos os salários; pela realização da reforma agrária e à aplicação da legislação social aos trabalhadores do campo; pela aplicação efetiva da lei que disciplina a remessa de lucros para o exterior; por medidas contra o alto custo de vida, como o congelamento imediato dos preços de gêneros e artigos de primeira necessidade.

A greve, plenamente vitoriosa, foi mais uma demonstração pujante da poderosa unidade, organização e combatividade da classe trabalhadora, que assume, desta forma, o seu decisivo papel na vida nacional.

A classe trabalhadora e suas organizações sindicais, sob a direção e orientação do Comando-Geral dos Trabalhadores,

cumpriu, mais uma vez, seu patriótico dever. Com a greve derrotamos a intransigência de uma maioria parlamentar reacionária e retrógrada. O caminho do plebistico foi aberto e, também, ao Presidente da República foram concedidas tôdas as condições para a constituição de um govêrno nacionalista e democrático.

Se não foram maiores as vitórias nesta luta pelos objetivos do programa de salvação nacional aprovado em nosso memorável IV Encontro Sindical Nacional, é porque outras fôrças nacionalistas e democráticas não atuaram com a mesma intensidade e vigor, como o fizeram os trabalhadores em sua greve geral.

Mais uma vez a classe trabalhadora, em greve, deu ao Brasil uma grande e efetiva contribuição, evitando a consumação do retrocesso, da vitória da reação, do avanço das fôrças reacionárias que tudo fazem para manter nosso País em atraso, miserável e subjugado aos imperialistas e latifundiários.

Saímos dessa grande e vitoriosa greve mais unidos, mais organizados, com fôrça multiplicada e com uma posição de relêvo em todo o desenvolvimento da vida econômica e política do País.

O compromisso assumido pelo govêrno com a classe trabalhadora, além de respeitar o pleno gôzo das liberdades democráticas, nos garante, de imediato, a mais rápida revisão do salário mínimo, o início e a continuação de medidas para se ir realizando a reforma agrária, efetiva aplicação da Lei de Remessa de Lucros e daquelas medidas indispensáveis a pôr um paradeiro à desenfreada exploração do povo, tais como a intervenção governamental nos trustes que asfixiam a economia nacional e o congelamento dos gêneros e artigos de primeira necessidade.

Com a greve vitoriosa, o povo está em condições de exigir ser ouvido na formação do nôvo ministério, que deve ser composto de autênticos nacionalistas e de provados democratas, o que, em nome dos milhares de valentes grevistas e valorosos combatentes da classe trabalhadora, o Comando-Geral dos Trabalhadores, aliado a outras fôrças democráticas e patrióticas, passará a fazer desde êste momento.

O resultado mais importante de nossa greve vitoriosa foi o grau de unidade e consciência alcançado com o apoio de milhões de brasileiros da cidade e do campo, que é fator decisivo pela conquista dos objetivos do programa de salvação nacional e do govêrno nacionalista e democrático.

A luta, porém, continua, cada vez mais viva, cada vez mais profunda e mais ampla. Estas conquistas têm de ser ampliadas e consolidadas. Agora temos junto à nossa classe mais fôrças de outras camadas sociais, tôdas, como nós, interessadas na luta contra os imperialistas e latifundiários e pela constituição de um govêrno que represente essas fôrças democráticas e progressistas.

Companheiros trabalhadores:

Em cada organismo sindical, em cada local de trabalho, em cada lar operário, devemos debater os resultados de nossa greve vitoriosa, realizando assembléias sindicais e concentrações populares; pôr em prática suas conquistas; multiplicar os efetivos de nossa organização; manter nossa mobilização e ampliar nossa pujante unidade. Formamos, com os camponeses, estudantes, intelectuais, servidores do Estado e patriotas das Fôrças Armadas uma poderosa e invencível frente única que luta pela emancipação nacional.

O caminho aberto pelas vitoriosas greves de 5 de julho e 14 de setembro possibilita a caminhada patriótica da classe trabalhadora e seus aliados, até a vitória final, que apresenta a libertação de nossa Pátria, o bem-estar de nosso povo e a felicidade da Nação brasileira.

Viva a pujante e vitoriosa GREVE GERAL DE 14 DE SETEMBRO! Pela constituição de um Govêrno Nacionalista e Democrático! Pelas Reformas de Base! Pela unidade e organização dos trabalhadores e sua união crescente com os camponeses, estudantes, intelectuais, militares patriotas e de tôdas as fôrças nacionalistas e democráticas.

Vejamos, agora, brevemente, o que tornou possível a realização dessas greves. Antes, é preciso assinalar que se apresentaram algumas condições contrárias às greves: a grande extensão territorial do País, a dispersão espacial dos centros industriais, a inexistência de grandes concentrações operárias, dificultando a comunicação da ordem de greve, dificultando a concentração de fôrças do operariado; também o domínio do espírito puramente sindicalista (apolítico) entre certos grupos de trabalhadores, como aconteceu em São Paulo, principalmente por ocasião da primeira greve geral; a perseguição policial de certos governos

estaduais. Porém, as condições favoráveis prepondereram. A começar pela situação econômica, social e política em que se encontrava o País, com a inflação desenfreada, aumentando o pauperismo, a intensificação da carestia de vida, ao mesmo tempo em que, em vários Estados, faltavam os gêneros alimentícios mais comuns ao consumo popular (como o feijão, o arroz, o açúcar). O Govêrno passava por constantes crises, a partir da renúncia do presidente Jânio Quadros, com diversos grupos disputando o poder, o Legislativo e o Executivo se contrapondo, os Partidos políticos radicalizando suas posições. E dessas crises, das quais resultavam mudanças de nomes nos postos governamentais, sem, com isso, mudar a política do Govêrno e sem melhorar a situação das amplas camadas populares, mas, pelo contrário, piorando sempre, geraram o descrédito do Govêrno. Já não se podia confiar em que êle, por si só, sem forte pressão popular, fôsse realizar as reformas necessárias. As reivindicações apresentadas pelos trabalhadores tocavam os pontos essenciais, correspondiam às exigências de grandes camadas da população, sem se limitarem aos pontos de interêsse exclusivo da classe operária. Eram, portanto, reivindicações realmente sentidas. Eram, inclusive, reivindicações que interessavam a uma parte do Govêrno, não só na Câmara dos Deputados, mas no próprio Executivo, assim como à ampla camada das Fôrças Armadas. Portanto, os trabalhadores contavam com o apoio também dêsses grupos, que se refletiu principalmente na não-intervenção federal em seu movimento, ou melhor, na não-repressão federal. E, nesse mesmo sentido, êsses grupos, empenhados em luta contra os grupos contrários (representados, em seus escalões superiores, pelos líderes do Partido Social Democrático e da União Democrática Nacional), não podiam se

colocar contra os trabalhadores, porque dependiam de seu apoio. Quanto à classe operária, sua consciência política se desenvolvia fortemente, em grande parte graças às próprias crises políticas. Os comandos operários se unificavam, não só criando e fortificando uma consciência comum de seus problemas e dos problemas básicos do País, mas, também, criando organizações que congregavam amplas massas de trabalhadores. Finalmente, as greves tiveram uma preparação cuidadosa, sob a direção do Comando-Geral dos Trabalhadores.

NOTAS

CAPÍTULO I

(1) Transcrito por Hermínio Linhares, *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil,* Rio de Janeiro, 1955, p. 41.

(2) Manifesto publicado originalmente em *O Estado de São Paulo,* de 28 de agôsto de 1902, transcrito em *Estudos Sociais,* n.º 12, abril de 1962. Todos os grifos são do original.

(3) Veja-se Everardo Dias, "Organização trabalhista e lutas sindicais no Brasil", na *Revista Brasiliense,* n.º 20, 1958.

(4) Esta greve é extensamente descrita por Everardo Dias, artigo citado.

(5) Veja-se Evaristo de Moraes Filho, *O Problema do Sindicato Único no Brasil,* Rio de Janeiro, 1952, p. 199 e seg.

(6) *Revista de Estudos Sócio-Econômicos,* do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, São Paulo, janeiro de 1962, p. 23. Esta é a única estatística de greves no Brasil, de que temos conhecimento.

(7) Citado por Evaristo de Moraes Filho, *op. cit.,* p. 210.

(8) *Idem, idem,* p. 210.

(9) Citado por Lídia Besouchet, *História da Criação do Ministério do Trabalho.* Serviço de Documentação do M.T.I.C., Rio de Janeiro, sem data, p. 54, n.

CAPÍTULO II

(1) Pelos dados do Rencenseamento de 1950, a população brasileira maior de 10 anos era de 36 558 000 pessoas, correspondente a 70% da população total. Dessa população maior de 10 anos, 19 441 000 pessoas estavam ocupadas em atividades domésticas não remuneradas, em atividades escolares discentes e em condições inativas, e 2 908 000 pessoas foram classificadas como *membros da família* (como membro da família o Censo define "a pessoa que ajuda, sem remuneração, o trabalho do chefe ou de outro componente da família"),

enquanto 36 000 não declararam a posição na ocupação. Restam, pois, 14 173 000 pessoas, que constituiriam a população *realmente ativa* do Brasil (isto é, que participa na formação da renda interna do País). Dessa população *ativa*, tínhamos 8 154 000 pessoas classificadas como empregados (empregado é "a pessoa que trabalha mediante remuneração em dinheiro, espécie ou utilidade", como está definido na Introdução do *Censo Demográfico* de 1950), que, somadas à população ocupada na administração pública, no Legislativo, na Justiça, na Defesa nacional e na Segurança pública (que, sem qualquer divagação, é também uma população assalariada), constituiriam o total de assalariados: 8 667 000 pessoas, correspondentes a 61,1% daquela população ativa. Dessa população, 4,5% são classificados como *empregadores*, 34,4% como *trabalhadores por conta própria*. Aqui basta apenas a constatação de que a população *assalariada* compreendia, em 1950, quase 9 milhões de pessoas: 16,7% da população total do País.

(2) Dos 8 667 000 assalariados, cêrca de 40% se constituíam de trabalhadores rurais: 3 729 000 empregados.

(3) Por família de renda média se compreendia aquela que recebia, naquele ano, cêrca de 2 mil cruzeiros, e por família de renda elevada aquela que recebia acima de 10 mil cruzeiros, mensalmente. Tais importâncias corresponderiam, na metade do ano de 1962, a 28 mil e a mais de 140 mil cruzeiros, respectivamente, tendo em vista que daquele ano aos nossos dias o custo de vida se elevou de 14 vêzes.

(4) E devemos ter em vista ainda que o item referente à alimentação é o que mais se eleva entre todos os itens que compõem o índice do custo de vida. Os cálculos da Fundação Getúlio Vargas nos mostram que, tomando como base a média mensal de 1948 = 100, os itens do índice do custo de vida se apresentavam, em julho de 1962, da seguinte forma: alimentação — 1927, vestuário — 1192, aluguel — 887, móveis e utensílios — 1060, farmácia e higiene — 1241, serviços pessoais — 1469, serviços públicos — 1655, total — 1515.

(5) Michel Crozier, "L'ambigüité de la conscience de classe chez les employés et les petits fonctionnaires", em *Cahiers Internationaux de Sociologie* vol. XVIII de 1955, p. 78/97.

(6) Isto pode ser verificado pela *Apuração do Registro Industrial de 1958*, referente a 34 681 estabelecimentos industriais do País, que assinala:

	Pessoal	*Salário (Cr$/ano)*
Operários	1 309 076	70 130 380
Total	1 580 956	96 978 090

Daí, temos que os "operários" correspondiam a 83% do pessoal total. E que êsses operários constituíam a camada inferior, pode-se ver pelo cálculo de seu salário: 70 130 380/1 309 076 é igual a cêrca de 53 500 cruzeiros *per capita* anual, ou 4 500 cruzeiros mensais, que corresponde à média do salário mínimo do País, vigente na época. A outra parte do pessoal (271 880 empregados) recebia 26 847 710 cruzeiros, que equivale a 99 700 cruzeiros *per capita* anuais, ou 8 300 mensais — quase o dôbro do salário dos empregados classificados como "operários" —, constituindo, portanto, a camada média e superior da classe trabalhadora empregada naqueles 34 681 estabelecimentos industriais.

(7) Até novembro de 1962 havia menos de 100 sindicatos e quase todos fundados neste ano. Em 20 de novembro, o Ministro do Trabalho assinou nova Portaria contendo instruções para o reconhecimento das entidades sindicais rurais. Esta Portaria permitirá não só a criação de grande número de sindicatos como sua maior eficácia.

(8) Veja-se revista PN, de 19 de abril de 1962, p. 36/37.

(9) Michael Lowy e Sarah Chucid, "Opiniões e atitudes de líderes sindicais metalúrgicos", na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* n.º 13, janeiro de 1962.

CAPÍTULO III

(1) Não se deve crer, porém, que o sucesso da realização dessas duas greves se tenha devido exclusivamente à não-intervenção federal. Sôbre elas falaremos mais adiante, no Capítulo VI, parte 6.

(2) E por *motivo justo* entendemos aquêle que os trabalhadores consideram motivo justo. Não nos interessa saber aqui se êles têm ou não razão.

(3) As respostas que alguns dirigentes operários nos deram a respeito desta questão são divergentes: alguns (a maioria) consideram as greves de caráter econômico de mais fácil realização, enquanto os demais acham as de caráter político. Os primeiros se baseiam no fato de que as reivindicações econômicas encontram maior repercussão entre os trabalhadores, enquanto os segundos afirmam que os motivos políticos infundem maior respeito nos trabalhadores. Êste é, contudo, um problema a ser examinado.

(4) Bom exemplo da falsa divulgação de notícias sôbre a greve nos deu o jornal *O Globo* do Rio de Janeiro, que, em 5 de julho, estampava a seguinte manchete: "Tentativa de greve geral". E bastava sair à rua para se verificar o sucesso da greve.

(5) Isto porque, às partes que desempenham atividades classificadas como fundamentais (serviços de água, energia, iluminação, gás, esgotos, etc. etc.) não se permite a cessação do trabalho ou o fechamento do estabelecimento (veja-se o Art. 10 do Decreto-Lei 9 070).

(6) Diversos autores se referem a dois outros tipos de greve: 1) o da limitação da produção, em que os trabalhadores não só comparecem ao local de trabalho como trabalham, mas produzem, propositalmente, muito menos do que o normal, e 2) o do excesso de zêlo, em que os trabalhadores procuram cumprir suas tarefas tão meticulosamente que acabam por reduzir a produção. Contudo, não encontramos nenhum exemplo dêsses tipos de greve no Brasil, pelo menos nesses últimos anos. Portanto, é de crer-se que êstes tipos de greve sejam raríssimos (se é que existem). Acreditamos que sua raridade (ou inexistência) se deve ao pequeno poder de persuasão sôbre os patrões. Os trabalhadores brasileiros preferem, é óbvio, o método mais eficiente: o do abandono do local de serviço.

(7) *Espontâneamente* em sentido muito restrito. Os trabalhadores são obrigados a voltar às suas atividades devido, principalmente, ao esgotamento de seus recursos econômicos, ao mesmo tempo que agem sôbre êles as pregações patronais: ameaças de maiores rigores ou, opostamente, promessas de melhorias salariais, além das razões sociais, políticas, éticas, etc. sempre invocadas pelos patrões e por seus defensores ideológicos.

8) Mesmo os países que coletam estatísticas das greves deixam de computar êstes elementos. Os únicos dados de que dispomos são os de John A. Fitch ("Strikes and lockouts", em *Encyclopaedia of the Social Sciences*), referentes apenas aos Estados Unidos e à Inglaterra, e a uma época já remota. Classifica os resultados das greves em três tipos: greves ganhas pelos empregadores, greves ganhas pelos empregados e greves comprometidas, e assinala as seguintes percentagens: nos Estados Unidos, no período de 1881/1905, 37% foram ganhas pelos empregadores, 48% pelos empregados e 15% comprometidas; no período de 1916 a 1932, 37% pelos empregadores, 34% pelos empregados, 29% comprometidas; na Grã-Bretanha, de 1919 a 1929, 36% pelos empregadores, 22% pelos empregados e 42% comprometidas. Observa, em seguida: "Deve-se notar, todavia, que êstes dados não indicam o número de operários em cada grupo. Assim, no desfavorável ano de 1932, na Grã-Bretanha, apesar da queda no número de disputas, os dados mostram que 22,6% das disputas ganhas pelos operários afetaram sòmente 6,9% do número total de grevistas, que as 43,2% ganhas pelos empregadores atingiram 47,9% dos grevistas e que as disputas comprometidas, montando a 34,2% do total, envolveram 45,2% dos grevistas". Isto nos mostra que nos Estados Unidos e na Inglaterra, naquela época, os empregadores levavam nítida vantagem sôbre os trabalhadores, no que se refere às greves.

(9) Não pudemos, por falta de dados, estabelecer a *percentagem média conseguida, com relação ao aumento de salário reivindicado.* Com as poucas informações de que dispomos, calculamos em cêrca de 70% essa percentagem, embora seja arriscado tomá-la como válida. Por outro lado, a *percentagem média conseguida com relação ao salário existente na época* varia com o aumento de custo de vida nessa época.

CAPÍTULO IV

(1) Michel Crozier, "Réflexions sociologiques sur les grèves américaines", em *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XIII, 1952, p. 162 e 163. Cabe observar que êsse autor só reconhece dois tipos de métodos contra as greves: a persuasão e a intimidação, sendo que a violência se incluiria neste último tipo.

(2) Segadas Vianna, *Greve — Direito ou Violência?*, Rio de Janeiro, 1959, p. 77. A posição do Sr. Segadas Vianna ante as greves serve bem como exemplo da posição oficial vigente até há poucos anos, pôsto que foi êle diretor da Divisão de Organização e Assistência Sindical, Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho e Ministro do Trabalho — e isto no período em que o *peleguismo* dominava o movimento sindical, sob a mais ampla proteção do Govêrno. Foi também, entre outras coisas, presidente da Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados, professor de Direito do Trabalho, advogado da Light & Power e chefe de polícia do Estado da Guanabara, sob o govêrno do Sr. Carlos Lacerda. Como se vê, é bem característico o caráter oficial da posição do Sr. Segadas Vianna.

(3) Tôdas estas "belas" palavras a respeito do povo e dos dirigentes operários estão contidas em apenas quatro páginas do livro do Sr. Segadas Vianna: p. 166 a 169.

CAPÍTULO V

(1) Não implica que *todos* os trabalhadores, sem exceção, tenham participado da greve, mas sim que a maioria participou. Por exemplo, a greve dos bancários não contou com a participação dos bancários de diversos Estados, embora atingisse a maioria dos Estados (em número de 15). Portanto, para eliminar essa divergência, poderíamos distinguir nesse tipo de greve as *totais* e as *parciais*. A dos bancários seria enquadrada como parcial, enquanto a dos aeroviários seria classificada como total.

(2) Também aqui podemos distinguir a greve regional total da greve regional parcial.

(3) Mais uma vez cabe distinguir: a greve geral pode ser total ou parcial. A greve geral total significa que em todo o País tôdas as categorias profissionais se incorporaram à greve. A greve geral parcial significa que algumas regiões ou algumas categorias profissionais ou, ainda, algumas categorias profissionais em algumas regiões não participaram da greve. Não temos conhecimento da existência de qualquer greve geral total; portanto, torna-se dispensável o têrmo "parcial" para a greve geral: tôda greve geral é parcial, ou seja, nunca é total. Se algum dia o fôr, aí, então, será necessário o emprêgo dêsses adjetivos para distingui-las.

(4) Note-se: não se trata do abandono coletivo da *emprêsa*, mas sim do *serviço*. Na greve de braços cruzados, embora não haja abandono da emprêsa, ao se recusar a execução das tarefas, há abandono do serviço.

CAPÍTULO VI

(1) Para exemplos estatísticos, outra vez precisamos buscar o auxílio de John A. Fitch ("Strikes and lockouts"), dada a extrema raridade de outros dados. Fitch assinala as seguintes causas e freqüências das greves, nos Estados Unidos e Grã-Bretanha: as principais causas são as controvérsias sôbre salários, abrangendo 53% das greves em 1881 a 1905 e 55% em 1916/32, nos Estados Unidos; 59% em 1919/30, na Grã-Bretanha. A segunda causa principal das greves é a luta pelo reconhecimento de sindicato: 17% em 1916/32, nos Estados Unidos, e 7,5% em 1919/30, na Inglaterra. Seguem-se as greves referentes a dias ou semanas de trabalho: 13% em 1916/32 e 10,4% em 1881/1905, nos Estados Unidos; na Inglaterra, 4% em 1919/30. Greves motivadas por dispensas de empregados: 5% em 1919/32, nos Estados Unidos, enquanto "na Grã-Bretanha 19% das greves ocorridas no período de 1919/30 foram catalogadas como referentes ao emprêgo de determinadas categorias de pessoas". Nos Estados Unidos, as disputas jurídicas concorrem com 1,1%. "Acôrdos de trabalho, regras e disciplina, causas não relacionadas nos Estados Unidos, atingem, na Grã-Bretanha, 8% dos casos no período 1919/30." Greves de solidariedade: 2%, de 1916 a 1932, nos EUA; na Inglaterra, variaram de 1% a 4%, entre 1911 e 1930.

Queremos fazer duas observações: 1) a luta pelo reconhecimento de sindicato, que, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, nos períodos assinalados, ocupava o segundo lugar entre as causas das greves, essa luta, no Brasil, dificilmente se traduziu em greves. Nos últimos anos, que compreendem o período estudado por nós, não encontramos qualquer greve causada por essa luta. E mesmo os dados de que dispomos sôbre a história das greves no Brasil não assinalam nenhuma greve dessa espécie; 2) quanto às greves motivadas pelas disputas referentes à jornada de trabalho, que ocupam o terceiro lugar nas estatísticas americanas e inglêsas, nos períodos assinalados, é certo que, atualmente, devem ter decrescido absoluta e relativamente. Naquela época, as atuais jornadas de 6 a 8 horas de trabalho ainda estavam em processo de fixação, enquanto hoje já estão fixadas.

(2) Empregamos os índices de custo de vida da Fundação Getúlio Vargas. Para facilidade de elaboração do Gráfico, e que não prejudica sua validade, empregamos a média anual do total dos itens de que se compõem os índices, colocando-a na metade do ano. Poderíamos ter empregado os índices mensais, mas isto sòmente dificultaria a elaboração do gráfico, e, dada sua reduzida dimensão, tal diferença nem se faria notar. Os índices referentes ao salário mínimo foram calculados com base nos salários mínimos oficiais para o Estado da Guanabara: Cr$ 1 200 (dezembro de 1951), Cr$ 2 400 (maio de 1954), Cr$ 3 800 (julho de 1956), Cr$ 6 000 (dezembro de 1958), Cr$ 9 600 (outubro de 1960) e Cr$ 13 440 (outubro de 1961).

(3) E esta é uma suposição otimista. Dificilmente poderíamos crer que os salários mínimos sejam suficientes para manter um nível de vida mínimo.

(4) Continuamos a empregar os índices da Fundação Getúlio Vargas.

(5) Nem sempre o movimento de solidariedade dos trabalhadores se manifesta sob a forma de greve, como veremos adiante. E o que afirmamos no texto é válido para qualquer forma de solidariedade.

(6) Hermínio Linhares, *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*, cit., p. 38.

(7) Hermínio Linhares, "As greves operárias no Brasil durante o primeiro quartel do século XX", em *Estudos Sociais*, n.º 2, 1958, p. 227/228. Notemos, contudo, que o autor, embora registre essa greve em seu livro (*Contribuição...*), não lhe assinalara êsse caráter político. Como o artigo é posterior ao livro, acreditamos que Hermínio Linhares colheu essa informação depois da publicação do livro.

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NÁS OFICINÀS DA COMPOSITORA GRÁFICA LUX LTDA., RUA FREI CANECA, 224 - RIO DE JANEIRO, PARA A EDITÔRA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.

CADERNOS DO POVO BRASILEIRO

Os grandes problemas de nosso País são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo; seu objetivo principal é o de informar. *Sòmente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se.*

Primeiros lançamentos

1 — QUE SÃO AS LIGAS CAMPONESAS?
Francisco Julião
2 — QUEM É O POVO NO BRASIL?
Nelson Werneck Sodré
3 — QUEM FAZ AS LEIS NO BRASIL?
Osny Duarte Pereira
4 — POR QUE OS RICOS NÃO FAZEM GREVE?
Alvaro Vieira Pinto
5 — QUEM DARÁ O GOLPE NO BRASIL?
Wanderley Guilherme
6 — QUAIS SÃO OS INIMIGOS DO POVO?
Theotônio Júnior
7 — QUEM PODE FAZER A REVOLUÇÃO NO BRASIL?
Bolivar Costa
8 — COMO SERIA O BRASIL SOCIALISTA?
Nestor de Holanda
9 — QUE É A REVOLUÇÃO BRASILEIRA?
Franklin de Oliveira
10 — O QUE É REFORMA AGRÁRIA?
Paulo R. Schilling
11 — VAMOS NACIONALIZAR A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA?
Maria Augusta Tibiriçá Miranda
12 — COMO ATUA O IMPERIALISMO IANQUE?
Sylvio Monteiro

Volumes extras

1 — VIOLÃO DE RUA
Diversos
2 — REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO NO BRASIL
Franklin de Oliveira
3 — VIOLÃO DE RUA (*Vol. 2*)
Diversos

LEIA-OS — COMENTE-OS — DIVULGUE-OS